



Resolução do Comité Central sobre a candidatura de Carlos Carvalho às eleições presidenciais

Vamos até ao voto!



Assembleia da OR de Setúbal, no Barreiro

Os camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalho usaram da palavra na Assembleia da Organização da OR de Setúbal que se realizou no passado sábado, no Barreiro. No passado fim-de-semana realizaram-se também Assembleias de Organização em Faro, Leiria, Aveiro e Vila Real.

Discurso de Álvaro Cunhal no Barreiro. Pág. 6/Semana
Reportagens — Págs. 7, 8, 9 e 10/Semana



Carlos Carvalho no encontro com intelectuais e quadros

Na sala Ogival do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, realizou-se na segunda-feira um concorrido encontro de Carlos Carvalho com intelectuais e quadros, integrado na pré-campanha. Carlos Carvalho pronunciou uma breve intervenção, tendo igualmente usado da palavra o escritor José Saramago, membro da Comissão de Apoio à Candidatura.

- O Comité Central do PCP decide que a candidatura de Carlos Carvalho vá até às urnas. A Resolução do CC foi divulgada à Comunicação Social na terça-feira pelo Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, num encontro no final da reunião. Na mesa estiveram também os camaradas Carlos Carvalho, secretário-geral adjunto e Vítor Dias, da Comissão Política do CC

Pág. 1 e 2/Semana

- Declaração de Carlos Carvalho à Comunicação Social — Pág. 3/Semana

- O debate de terça-feira na RTP.

Crónicas de Henrique Custódio e Mário Castrim — Págs. 3 e 4/Semana

REGIONALIZAÇÃO

**Governo
semeia
novos
obstáculos**

Pág. 6/Em Foco

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Juntar com a Campanha

**Ultrapassados os
134 mil contos!
Uma última
arrancada
para o final!**



Trabalhadores da Nobre & Silva durante a manifestação de ontem: a administração deve dois meses de salários e a empresa está em risco de fechar

Defender direitos

Trabalhadores manifestaram-se na Amadora, ontem de manhã contra o «acordo social», pelas 40 horas semanais e por salários justos. No Vale do Ave, nos CTT e em numerosas empresas registam-se também acções reivindicativas

— Pág. 14/Semana

Uma audaz Resolução

A Resolução do Comité Central do PCP, reunido anteontem em plenário, de ida até à boca das urnas da candidatura de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, é um facto de relevante significado nas eleições presidenciais de 13 de Janeiro.

A indefinição, necessariamente mantida até agora, sobre a concorrência ou não, até ao fim, do nosso candidato àquele acto eleitoral, terminou. A partir de terça-feira última os militantes comunistas e todos os seus amigos, simpaticizantes e aliados dispõem de um elemento novo e decisivo para a sua opção de voto.

Diferenças essenciais de situações entre as eleições presidenciais de 1991 e as duas outras que a antecederam determinaram uma postura diferente do PCP e a Resolução do Comité Central que noutro lugar publicamos:

1º) - Não há nestas eleições o perigo de vitória de uma candidatura reaccionária revanchista como existiu nas duas últimas com Soares Carneiro e Freitas do Amaral. Logo,

2º) - não há o perigo de uma subversão do regime democrático e,

3º) - a candidatura de Mário Soares que recolhe naturalmente o apoio do PS agrega também o apoio aberto do PSD e pessoalmente de Cavaco Silva, principais protagonistas do restauracionismo monopolista e do projecto contra-revolucionário da direita o que lhe imprime um carácter particular.

Ao contrário do que afirmou Mário Soares no programa «Primeira Página», de anteontem da RTP, no frente-a-frente com Carlos Carvalhas, a comissão de apoio do MASP, seu movimento de candidatura, integra um secretário de Estado do governo cavaquista e outros destacados dirigentes e deputados do PSD da cavaqueira de um Silva Marques e de um Pacheco Pereira e outros.

São ponderosas razões de fundo para uma necessária separação de águas entre o PCP, os seus amigos e aliados e outros democratas de esquerda com os quais partilham ideias comuns de liberdade, progresso social e paz que claramente não navegam nas águas inquinadas da bipolarização política, e a candidatura comprometida de Mário Soares.

A concorrência de Carvalhas até à boca das urnas não altera a natureza da tarefa central imediata do PCP, não anula nem muda os seus objectivos principais do momento actual, não os desvia das suas direcções fundamentais de luta.

Derrotar e afastar o governo PSD/Cavaco Silva nas próximas eleições legislativas e alcançar uma

alternativa democrática à direita governante é a tarefa política central imediata dos comunistas, aquela que norteia a sua acção fundamental na fase actual.

A desenfreada demagogia eleitoralista do governo PSD e pessoalmente do seu chefe Cavaco Silva, apoiada nos recursos financeiros e técnicos do Estado, visando de novo a conquista da maioria absoluta nas eleições legislativas de 1991, constitui um abuso do Poder e não tem força para ocultar e anular os verdadeiros efeitos da sua nefasta política económica, financeira e social no sentido em que mais afecta a vida dos trabalhadores e de todo o povo laborioso na sua expressão mais vasta e os próprios interesses do País.

A aprovação na madrugada de ontem do Orçamento do Estado na especialidade - pela votação exclusiva e maioritária do domesticado grupo parlamentar do PSD, que rejeitou todas as propostas da oposição, mesmo as alternativas de vincado carácter positivo e construtivo como as do PCP e dos outros partidos democráticos - é significativa.

Um Orçamento que diminui as verbas para a Habitação Social, que aumenta de facto a carga fiscal sobre o trabalho enquanto a alivia sobre o capital; que agrava a distribuição do rendimento nacional sob o mesmo injusto critério de classe; que aumenta as competências das autarquias locais sem simultaneamente alargar as verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro); que dota com gritante insuficiência financeira os sectores da Saúde e do Ensino - que demagogicamente o governo apregoa como prioritários - é altamente significativo.

E quando se ouve - como anteontem ouviram milhões de portugueses pela TV o actual Presidente da República e de novo candidato ao cargo nestas eleições, cujo desprezo pelos

«dossiers» e pelos números é conhecido e até por ele assumido - dizer que há progresso económico, crescimento e modernização da economia (ao contrário da opinião do próprio PS que os nega) fica-se a vislumbrar um pouco o vínculo do apoio do PSD e de Cavaco a Mário Soares.

É a política do governo cavaquista e a sua índole reaccionária e revanchista que põe cada vez mais na ordem do dia a necessidade de uma alternativa democrática.

A apresentação de um candidato do PCP às presidenciais, no uso de um direito constitucional e em obediência às exigências formais e democráticas da Constituição, mesmo quando pelos apoios com que conta Mário Soares a

sua reeleição pareça fora de dúvida, não contraria antes se enquadra nos esforços do PCP para alcançar aquela alternativa democrática.

Uma tal alternativa repousa em factores objectivos e na vontade política das forças intervenientes.

Na visão do PCP está em primeira instância uma convergência que assegure a derrota eleitoral do PSD, que o ponha em minoria e, numa segunda instância, assente no entendimento das forças democráticas, em particular dos dois grandes partidos democráticos que se reivindicam de esquerda - o PCP e o PS - sobre as questões essenciais da formação de um governo democrático e de uma política democrática.

Uma política que abra caminho ao melhoramento objectivo e progressivo das condições de vida dos trabalhadores e do povo, que promova a superação dos atrasos do País e o progresso e a modernização da sua economia, que assegure a defesa dos interesses nacionais no seio da comunidade das nações e de modo imediato da CEE, que assegure, nas novas condições da cooperação pacífica entre os povos, a defesa da independência e da soberania de Portugal.

O facto de as diversas forças do leque democrático português apoiarem e votarem candidatos diferentes às eleições presidenciais não inviabiliza as condições políticas e objectivas para que em convergência seja alcançada uma alternativa democrática.

Para esse patriótico objectivo o PCP está permanentemente aberto ao diálogo na base do respeito pela sua identidade própria e a sua independência política.

Objectivos centrais de luta se colocam aos comunistas no momento actual:

Contra o novo pacote laboral, comportando dispositivos e medidas já antes e firmemente foram repudiados pela classe operária;

Contra as reprivatizações que estão alienando aos grupos monopolistas do passado e ao capital estrangeiro e seus testas de ferro portugueses as empresas e sectores mais rentáveis da nossa actividade económica e aprovisionando o «saco azul» eleitoral do governo (a venda de anteontem na primeira das três fases da privatização do principal Banco comercial português - O BPA - rendeu ao governo 50 milhões de contos);

Contra a degradação da democracia política verificada nos renovados atentados aos direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores e do povo, no aumento da repressão

Resumo

5

Quarta-feira

O parlamento debate a extinção da comissão de coordenação da extinção da ex-PIDE-DGS sendo aprovada a proposta do PCP que estipula o acesso aos arquivos a partir de 1994 ■ Cavaco Silva e Felipe Gonzalez reúnem-se no Algarve com membros dos respectivos Governos para uma cimeira ibérica onde se discutem as relações bilaterais e uma eventual política comum perante a CEE. ■ A Comissão Política do PCP condena a política do Governo para os deficientes por ele se limitar a aprovar legislação avulsa e muitas vezes contrária ao espírito da Lei de Bases de Prevenção. ■ A Associação Socioprofissional da PSP reivindica aumentos salariais da ordem dos 20 por cento ■ Os trabalhadores da empresa metalúrgica Carvalho e Catarro são recebidos pelo governador civil de Leiria e pedem a intervenção das autoridades para que lhes sejam pagas as indemnizações da empresa. ■

Começa a campanha eleitoral em Cabo Verde para as Legislativas de 13 de Fevereiro ■ Uma rebelião militar na Argentina faz nove mortos e vários feridos, sendo dominada pelo exército argentino.

6

Quinta-feira

A Assembleia da República declara o dia de amanhã, sete de Dezembro, como Dia da Solidariedade com Timor ■ O Governo aprova aumentos nos abonos de família e pensões ■ Na televisão um debate entre Mário Soares e Basílio Horta é palco para um conjunto de acusações pessoais e a quase ausência de debate de ideias ■ O Senado da Universidade Clássica de Lisboa admite decretar o encerramento deste estabelecimento de ensino já em Janeiro caso não ocorra uma dotação governamental para o orçamento do corrente ano lectivo ■ A CAP diz que o Governo deve 14 milhões de contos aos agricultores no âmbito do PEDAP ■ O PCP na Câmara Municipal de Lisboa recusa o estudo prévio de construção para os terrenos envolventes do cinema Tivoli por insuficiências formais e metodológicas ■ O presidente Saddam Hussein ordena ao Parlamento iraquiano a libertação dos reféns estrangeiros. ■ O presidente George Bush considera insuficiente o anúncio de Saddam e rejeita a ideia de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

7

Sexta-feira

Trabalhadores têxteis aproveitam a presença de Cavaco Silva na zona de Guimarães para uma visita ao Vale do Ave, para protestarem contra a situação que se vive no sector. Em conferência de imprensa dirigentes sindicais da CGTP lembram que se

não forem tomadas medidas de emergência o número de desempregados ou com salários em atraso no Vale do Ave pode subir dos actuais 20 mil para 30 mil ■ Passam 15 anos sobre a data da invasão indonésia de Timor e em frente à Assembleia da República 200 membros da comunidade timorense radicada em Portugal manifestam-se exigindo uma maior intervenção da diplomacia portuguesa em favor da autodeterminação do território ■ Mário Soares e Carlos Marques formalizam no Tribunal Constitucional as suas candidaturas à Presidência da República ■ Em resposta a questões levantadas na Assembleia da República pelo PCP e PRD o secretário de Estado da Defesa, Eugénio Ramos, diz não ter informações sobre a actuação da organização Gládio em Portugal ■ Terminam as negociações do GATT sem que os países da CEE e os Estados Unidos da América estabeleçam um acordo sobre medidas proteccionistas, sendo a questão adiada para nova reunião em Janeiro, em Genebra ■ O recolher obrigatório é decretado nos territórios árabes ocupados por Israel para contrariar os efeitos da comemoração do terceiro aniversário da Intifada.

8

Sábado

Realizam-se as Assembleias Regionais do PCP de Setúbal e Aveiro. Em Setúbal, Álvaro Cunhal considera o debate televisivo Basílio/Soares como destituído do «aprumo» e da «dignidade exigíveis numa campanha». Carlos Carvalhas que esteve também em Setúbal, participa ainda em Lisboa num seminário intitulado «As pescas e a CEE» da Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu onde defende «uma estratégia verdadeiramente nacional» para o sector ■ O PCP classifica como «grave e insólita» a proposta de Orçamento do Ministério da Educação por ter «enormes discrepâncias em relação às dotações previstas pelo Ministério das Finanças no que respeita ao novo sistema retributivo da Função Pública» ■ Frederik de Klerk e Nelson Mandela têm uma reunião em Pretória, África do Sul, para debater o problema da violência naquele território.

9

Domingo

Comemora-se em todo o país o Dia Nacional do Deficiente através de uma organização das associações de deficientes cujo ponto alto ocorre no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. ■ Carlos Carvalhas participa no encerramento da II Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP enquanto, no mesmo dia, se realiza a III Organização Regional de Leiria com a presença de Albano Nunes ■ Mário Soares inaugura a sede da sua candidatura em Viseu ■ Lech Walesa é eleito à segunda volta presidente da Polónia com cerca de 74 por cento dos votos registando-se 45 por cento de abstenções ■ Fortes nevões em

alguns países europeus provocam a morte de 18 pessoas.

10

Segunda-feira

Carlos Carvalhas participa num jantar com intelectuais que apoiam a sua candidatura na Casa do Leão no Castelo de S. Jorge em Lisboa ■

Na Assembleia da República começa o debate final das propostas de Orçamento e de Grandes Opções do Plano com o PSD a recusar todas as propostas de alteração apresentadas pelos outros partidos ■ No início de aniversário do MPLA-PT o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anuncia as decisões tomadas pelo III Congresso do partido, com relevo para a despartidarização das Forças Armadas, a instauração de um sistema multipartidário e convida a UNITA a abandonar as armas ■ O Partido Socialista (ex-comunista) e Slobodan Milosevic vencem as eleições presidenciais e legislativas da república jugoslava da Sérvia ■ Reúne o Comité Central do PCUS para discutir o projecto de Tratado da União ■ Em Houston, EUA, Baker e Chevârdnadze, responsáveis pelos negócios estrangeiros dos Estados Unidos e União Soviética, debatem a crise no Golfo, armamentos estratégicos e os conflitos regionais ■ Um novo grupo de reféns abandona o Iraque. Em Lisboa um conjunto de personalidades fazem no Rossio uma vigília a favor da paz no Golfo ■ Na Colômbia a Aliança Democrática M-19 vence as eleições constituintes ■ Vaclav Havel pede o reforço dos seus poderes presidenciais para superar o impasse político vivido no país.

11

Segunda-feira

Comité Central do PCP decide manter candidatura de Carvalhas até às eleições presidenciais ■ Concretizada operação de privatização do Banco Português do Atlântico, em 33 por cento, ficando Belmiro de Azevedo como o maior accionista privado (13,7%) ■ Trabalhadores da zona incendiada do Chiado, decidem concentração para alertar opinião pública para a sua situação de desemprego ■ Numa iniciativa da SOS racismo, equipas de jovens limpam inscrições racistas na cidade de Lisboa ■ O Partido do Trabalho, no poder na Albânia, decide autorizar a criação de partidos políticos independentes ■ O Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu mostram unanimidade em procurar explorar uma solução pacífica para o conflito do Golfo ■ Uma delegação governamental norte-coreana desloca-se a Seul para relançar conversações com o objectivo da futura unificação da península ■ O secretário de Estado da Defesa britânico, Alan Clark, defende que a NATO é hoje uma instituição obsoleta ■ Plenário do Comité Central do PCUS vota uma resolução sobre «a noção do Tratado da União».

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matricula: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Rua de São Bernardo, 14
1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

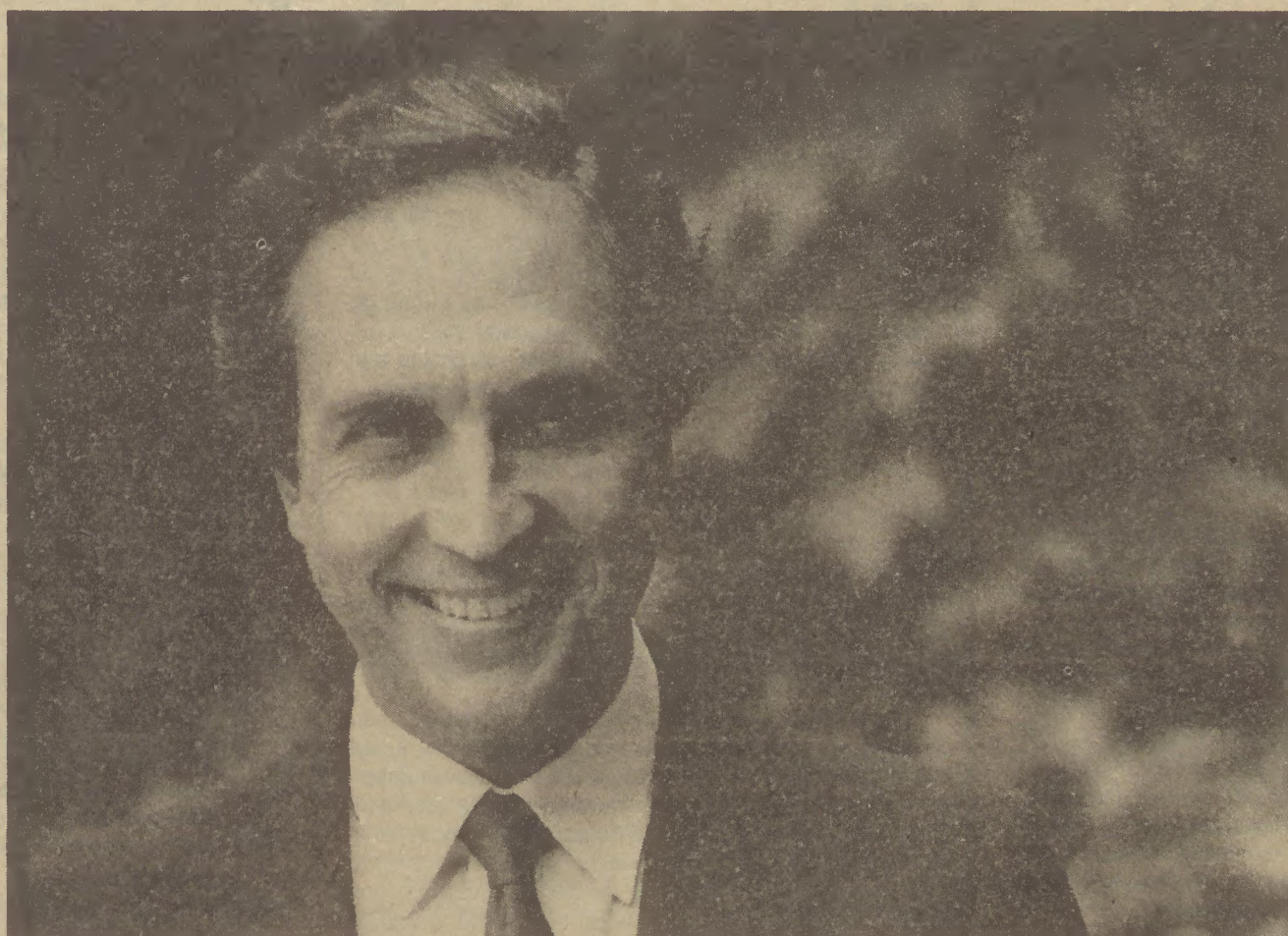
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e impresso na Heskla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Resolução do Comité Central sobre a candidatura de Carlos Carvalhas às eleições presidenciais

Vamos votar Carlos Carvalhas



As eleições presidenciais de 1991 apresentam particularidades que se torna necessário considerar tanto para uma correcta análise da situação nacional e da perspectiva da sua evolução, como para a motivação e os objectivos da candidatura do PCP — a candidatura de Carlos Carvalhas.

1. Ao contrário de eleições presidenciais anteriores, os partidos da direita (PSD e CDS) enfraquecidos na sua influência não estiveram em condições de propor um candidato que pudesse pretender com credibilidade ganhar as eleições. O PSD (nomeadamente Cavaco Silva) desistiu de apresentar candidato e decidiu apoiar a candidatura de Mário Soares. O CDS, avançando a candidatura de Basílio Horta, procura recuperar e fixar parte do eleitorado que em Julho de 1987 perdeu para o PSD do que resultou a redução do seu Grupo Parlamentar. Esta candidatura de cariz reaccionário ca-

racteriza-se por um estilo agressivo e por uma extrema intolerância, mas não tem qualquer hipótese de ganhar as eleições. Daqui se conclui que **as eleições presidenciais de 1991 não representam o perigo da vitória de uma candidatura reaccionária revanchista** (como foram as de Soares Carneiro e de Freitas do Amaral) e **que por isso, salvo qualquer rápida e imprevisível evolução da situação, não existe nestas eleições o perigo de uma subversão do regime democrático por via institucional.**

2. Ao contrário de eleições presidenciais anteriores, um candidato conta com o apoio do PS e do PSD, os dois partidos que têm alcançado as maiores votações nas eleições anteriores.

Daqui se conclui que **o resultado principal das eleições** — a eleição do futuro Presidente da República — **é, desde já, a um mês das eleições, praticamente**

conhecido, o que em termos de competição eleitoral diminui sensivelmente o interesse dos eleitores e se manifesta em tendências para a abstenção.

3. A candidatura de Mário Soares, pelo apoio empenhado do PSD e pelas posições assumidas pelo candidato em relação ao PSD, a Cavaco Silva, e ao Governo, caracteriza-se por uma influência e um interesse da direita que lhe retira transparência democrática.

A convergência do PS e do PSD, a participação de dirigentes do PSD nas estruturas de decisão da candidatura, as posições conhecidas de Mário Soares e o seu desejo de agradar à direita, podem transformá-la num instrumento tendente a favorecer soluções de tipo «bloco central».

Esta situação **exclui que** a candidatura de Mário Soares, embora dispondo do apoio do PS, **possa ser apoiada por todos os democratas.**

Debates

Como diria o senhor de La Palice, um debate é um debate.

Mas só quem nunca se deu ao trabalho de consultar um dicionário ou de ligar a televisão no momento oportuno é que ainda não descobriu que há debates e debates. Segundo o dicionário, debate é discussão, disputa, altercação, contenda, combate, peleja.

O que nos remete para a evidência de que Basílio Horta é um manipulador de dicionários.

Mas como ele há debates e debates, nada melhor do que ir até ao verbo, que muitos ditos cristãos parecem desconhecer. É que o verbo — debater, evidentemente — para além dos já citados significados remete-nos também para «defender» ou «elucidar».

Posto o que, para quem na televisão vai mais longe do que a telenovela e os jogos de azar, forçoso se torna concluir que Mário Soares, se não gosta particularmente destas miudezas do dicionário, também não se preocupa particularmente com o verbo. Vícios, como diria o candidato Carlos Marques, de quem anda pelo País a cimentar a ideia de que o povo português, para além de pouco inteligente, não precisa de se preocupar muito com a gramática.

Neste imbróglio todo cabe ao candidato Carlos Carvalho a difícil tarefa de demonstrar, entre muitas e variadas coisas, que debater é «defender», «elucidar».

Nada fácil, como na passada terça-feira se viu. É que num debate a dois a coisa só se torna séria quando não se cai na rábula de um falar em alhos e outro em bogalhos.

Ora acontece que ao candidato Mário Soares não resta outra alternativa, o que vicia à partida todas as tentativas de debate.

Após um mandato em que nunca debateu com ninguém nada que se visse, perdeu-lhe o hábito.

Foi assim que na passada terça-feira chegou à brilhante conclusão que nenhuma das candidaturas à Presidência se justifica, excepto a sua, pelo que os outros candidatos mais não estão a fazer do que a meter os respectivos partidos num *ghetto* na tentativa de contar o eleitorado que lhes cabe, coisa que consabidamente ele não fará, não porque essas coisas dos números sempre o atrapalharam, a ele que é de humanísticas, mas pela simples razão de não saber a quem atribuir os votos na miscelânia que o rodeia. Só faltou concluir que as próximas eleições são desnecessárias, conhecido à partida quem as vai ganhar.

Após esta «momentosa» questão, Mário Soares — que nunca respondeu às questões concretas colocadas por Carlos Carvalho — recordou aos portugueses que foi ele quem tornou possível uma greve geral (sem a sua intervenção sobre a legitimidade da mesma ainda a esta hora os trabalhadores estariam indecisos); informou que o trabalho infantil é «um problema cultural»; esclareceu que em seu entender o Presidente da República só deve criticar o Governo em «privado», nos «locais próprios», praticando assim o que designou de «magistratura de influência»; defendeu que o PR só deve abordar os grandes problemas nacionais «em tese» para não criar «conflitualidade» nem «alarmismo»; declarou que gostaria que existissem no País «grandes grupos económicos portugueses» para tomar conta das empresas que o Governo está a reprivatizar; confessou ter assinado muitos diplomas com que nem sempre esteve de acordo para «amanhã não ser acusado» de bloquear a acção do Governo; reconheceu que a intervenção europeia começará a ser paga em força em 1993 com o aumento do desemprego «na indústria e na agricultura» e terminou afirmando-se como o garante, na Presidência da República, de «menos pobreza e menos desigualdade social».

Já agora, de lembrar ainda que Mário Soares se identificou com os objectivos vitoriosos que se implantam na Europa, embora lamentavelmente não tenha explicado se como socialista que diz ser se sente mais próximo do seu amigo Mitterrand, dos sociais-democratas ingleses ou dos democratas cristãos do senhor Khol.

No fim de tudo isto ainda haverá quem questione a justeza de uma candidatura comunista?

Há. José Saraiva, o comentador de serviço no «24 Horas», ainda que reconhecendo que Mário Soares não se saiu lá muito bem do debate com Carlos Carvalho por, no seu dizer, estar ainda traumatizado pelo confronto sangrento com Basílio, rematou o seu juízo com o estafado prognóstico da «derrocada eleitoral» do PCP caso Carvalho se fique por uma votação abaixo da média da já alcançada pelos comunistas.

Obrigadinha, oh Saraiva. Tanta preocupação comove-nos.



Resolução do Comité Central sobre a candidatura de Carlos Carvalho às eleições presidenciais

4. A candidatura do PCP — a candidatura de Carlos Carvalho, secretário-geral adjunto do PCP — distingue-se das outras candidaturas pelas suas propostas de revalorização democrática da função presidencial, pela defesa de um projecto de democracia simultaneamente política, económica, social e cultural, por uma firme adesão aos princípios e valores constitucionais, pela defesa de um Portugal independente e soberano, pela sua vinculação ao objectivo da convergência das forças democráticas, por uma mensagem de verdade, rigor e empenho na superação dos graves atrasos, carências e injustiças sociais que marcam a sociedade portuguesa.

5. Apesar da importância real que têm eleições presidenciais, a grande oportunidade institucional para afastar a direita do Governo e alcançar uma alternativa democrática são as eleições para a Assembleia da República a realizar também em 1991.

Como anteriormente o Comité Central apontou, a candidatura de Carlos Carvalho tem como objectivo fundamental assegurar uma importante intervenção no debate de ideias sobre o estatuto e função do Presidente da República, contribuir para a divulgação das propostas do PCP para a solução dos problemas nacionais e intervir na luta para assegurar a derrota da direita e alcançar uma alternativa democrática na perspectiva das próximas eleições legislativas.

A campanha de Carlos Carvalho conjuga-se estreitamente com as outras grandes direcções da actividade do Partido: a movimentação social, a acção institucional (na Assembleia da República, nas Autarquias e no Parlamento Europeu) e o reforço do Partido.

É essa conjugação que permitirá uma forte dinâmica de presença e afirmação na vida nacional, orientada para uma defesa combativa das liberdades e direitos dos cidadãos, da democracia, dos interesses dos trabalhadores e do povo, da soberania e da independência nacionais, com projecção e influência para além das eleições presidenciais.

6. A candidatura do PCP — a candidatura de Carlos Carvalho foi acolhida com entusiasmo pelo Partido, suscitou apoios e simpatia em sectores sociais e políticos muito diversos.

Não sendo o seu objectivo fundamental à partida o resultado eleitoral mas sim o resultado político da campanha, manifesta-se entretanto nas organizações e militantes do Partido e outros sectores uma forte e evidente tendência para ir às urnas, votar em Carlos Carvalho.

7. Considerando a especificidade das eleições presidenciais em que pesam factores distintos dos que determinam o voto e as opções partidárias em eleições legislativas ou autárquicas;

Considerando a natureza, objectivos e características das outras candidaturas;

Considerando a existência de uma forte tendência que se manifesta no Partido para ir às urnas;

Considerando que a ida às urnas da candidatura de Carlos Carvalho oferece uma importante possibilidade de manifestação de vontade, participação cívica e intervenção eleitoral dos cidadãos que compreensivelmente não se reconhecem nas outras candidaturas;

Considerando que ir às urnas votar em Carlos Carvalho poderá constituir um poderoso factor de dinamização não só da campanha eleitoral, mas também da actuação partidária em todas as direcções em que se desenvolve;

O Comité Central:

— resolve que a candidatura de Carlos Carvalho vá até às urnas;

— apela a todos os membros e simpatizantes do Partido e outros democratas para a participação activa na campanha e a voto militante e coerente que traduza a determinação de continuar o combate para além das eleições presidenciais com vista a uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.

Lisboa, 11 de Dezembro de 1990

O Comité Central do
Partido Comunista Português

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS ESTEIROS

Uma das mais importantes obras
do neo-realismo

Agora em 4ª. edição, com introdução
de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

PCP

Declaração de Carlos Carvalhas

Na conferência de imprensa da passada terça-feira onde foram comunicadas as decisões nesse dia tomadas pelo Comité Central do Partido Comunista Português, o secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas, leu aos jornalistas a declaração que publicamos na íntegra:

No momento em que é divulgada esta importante decisão do Comité Central do meu Partido, em breves palavras dirigidas à opinião pública e aos eleitores, quero afirmar o renovado empenho da minha candidatura numa intervenção política e eleitoral que contribua para a dignificação das eleições presidenciais e das instituições democráticas, que traga para o centro do debate as grandes questões da sociedade portuguesa e os problemas vivos dos cidadãos, que marque uma afirmação de autonomia e diferença, que leve mais longe uma mensagem construtiva de inconformismo, trabalho, luta e esperança.

A todos quantos acompanham ou se interessam pelo processo eleitoral em curso, quero deixar uma garantia: a decisão da ida às urnas da minha candidatura é um passo no desenvolvimento e não um factor de radical alteração das suas orientações fundamentais.

Nesta nova fase, continuaremos a privilegiar o debate das ideias e projectos, feito com dignidade e elevação, continuaremos a procurar fortalecer um importante movimento de opinião em torno de soluções e propostas que, de toda a evidência, são indispensáveis para o progresso do País e o bem-estar dos portugueses; e, afirmando as divergências e diferenças que enriquecem a vida democrática, continuaremos fiéis à grande e valiosa ideia da convergência e do entendimento dos democratas portugueses para a construção de uma alternativa democrática à política e ao governo de direita.

Mas, ao mesmo tempo, compreender-se-á que desde já nos dirigimos directamente a todos quantos, na sua diversidade social e política, aspiram a uma vida melhor num Portugal democrático, próspero e soberano; a todos quantos partilham da aspiração de profundas mudanças na sociedade portuguesa, num quadro de tranquilidade e normalidade democráticas; a todos quantos dão justa importância a que nas eleições presidenciais se afirmem os ideais de esquerda e os generosos valores da solidariedade, da justiça social, do trabalho — para lhes dizer que uma sua opção de consciência em favor do apoio e do voto na minha candidatura será utilizada na transformação da sociedade, na influência sobre a marcha dos acontecimentos, na luta que prosseguirá depois de 13 de Janeiro com o povo e pela democracia.

Com o meu Partido, com muitos outros democratas, com todos os que prezam a clareza e a coerência e rejeitam os equívocos e as ambiguidades, com todos os que prezam o inconformismo e a energia transformadora e rejeitam a resignação e a acomodação, proponho-me prosseguir a luta para que nos anos 90, em resposta a fundas aspirações da comunidade nacional, Portugal seja melhor para nós e para os nossos filhos.



Debate Carvalhas-Soares

Quando o discurso é sério não voam chapéus

A RTP começou por frustrar as expectativas dos jornalistas ao colocar duas salas de visionamento, ainda por cima desproporcionadas, ao dispor dos acompanhantes dos dois candidatos; o grupo de Mário Soares escolheu logo a mais pequena — um cubículo onde cabiam sete cadeiras e alguns cotovelos de jornalistas que, como nós, quiseram acompanhar o debate naquela companhia, — enquanto a equipa de Carlos Carvalhas ficou com um amplo espaço, em geral destinado à Comunicação Social, e que a maioria dos jornalistas aproveitou para se instalar comodamente, impossibilitados que estavam de apreciar as reacções, em simultâneo, dos acompanhantes dos dois candidatos.

Para trás tinha ficado a rápida entrada dos convidados pelas traseiras do edifício (com Carlos Carvalhas detendo-se para responder sucintamente aos jornalistas e Mário Soares caminhando uma recusa majestática em fazer comentários antes do debate), a passagem pelo recolhimento das salas de maquiagem

(onde só entraram alguns fotógrafos, admitidos sabe-se lá por que privilégios), o aperto de mão no estúdio, o ocupar tranquilo de Carlos Carvalhas do seu lugar, fazendo o que é suposto fazer-se nestas situações, que é sentar-se, e o instalar coreografado de Mário Soares, ora limpando displicentemente os óculos, distribuindo piscadelas de olho aos jornalistas que conhecia mas lançando olhares perscrutadores aos que desconhecia. Depois foi o encerrar do estúdio e o tropel para as salas de visionamento.

Era para sentir!

Dos sete acompanhantes de Soares, que encheram o cubículo posposamente chamado «sala de visionamento», só identificámos a sua filha, Isabel Soares, e o mandatário da candidatura, Gomes Mota.

E não houve muito para ouvir. A equipa de Soares estava ali para sentir. O nervosismo que flutuava na sala era de bastidor de espectáculo, atento à performance e

indiferente ao texto, preocupado com a forma e desatento ao conteúdo. Riram-se quando Carvalhas aconselhou Soares a guardar o chapéu porque, no debate com Basílio Horta, eles «tinham andado muito pelo ar», e a satisfação era mais pelo que de tranquilizador o aparte teve ao explicitar a determinação do candidato comunista em não entrar na «peixaria», que por genuíno prazer a fruir a piada. Lamentaram mas não estranharam quando Soares confundiu mais uma vez Partido Comunista com Partido Socialista ao falar do seu partido e acharam que «esta é grave!» quando Carvalhas, por lapso, disse «estabilidade» em vez de «instabilidade», acusaram o toque quando Carvalhas, a propósito da união política europeia defendida por Soares, lhes recordou que o Presidente da República é o garante da independência nacional («esta é boa!», apreciaram), mas o apreço foi pela esgrima, não pelo argumento esgrimido, postura aliás, e em resumo, que caracterizou todo o acompanha-

mento do debate feito pela equipa que foi com Mário Soares à RTP. A própria satisfação inicialmente demonstrada pela elevação e delicadeza impostas ao debate pelo candidato comunista foi depois esquecida, ao constatarem, com alegria, que Mário Soares aproveitava dessa delicadeza do adversário para se apropriar abusivamente do uso da palavra. Carlos Carvalhas explicaria aos jornalistas que, no final, lhe colocaram a questão, que o controlo da equidade do tempo ficou à responsabilidade do moderador, por acordo prévio entre os três. Pelos vistos só ele o cumpriu...

E cumpriu outra coisa: a dignificação dos debates desta campanha presidencial, obrigando Mário Soares a confrontar-se consigo próprio e a repetir ao infinito um discurso inconsistente, cheio de generalidades e vazio de conteúdo, num esforço para povoar o seu mandato, que agora expira, numa acção presidencial que se timbrou pela exiguidade.

■ H. C. ➔

Em qualquer altura do ano oferece Livros!



Dê uma boa prenda a um amigo



Edição ilustrada por Rogério Ribeiro
18 gravuras a cores

Pedidos a CDL

Central Distribuidora Livreira
Serviço de Venda Dirigida
Av. Santos Dumont, 57-2.º
1000 Lisboa

PCP

De quem é a pobreza?...

O dr. Mário Soares explicou muito bem explicadinho no final do seu debate com Carlos Carvalho a razão principal por que quer candidatar-se de novo à Presidência da República. «Porque — disse ele — eu sou a garantia de que haverá menos pobreza em Portugal...».

Situação mais estranha! De facto, ao longo do debate ele amontoou afirmações de que isso da pobreza, era com o Governo, ele, pobre dele, não podia fazer nada, bem, podia ter umas conversazinhas com o Primeiro-Ministro, conversas em privado, claro, bem resguardadas, género «ó senhor Primeiro-Ministro, aqui entre nós que ninguém nos ouve...» sim, porque «essas conversas não são para aqui chamadas» era o que faltava, o povo português, se quisesse andar bem fornecido de fofocas, leia a «Olá» ou a **gente** doutros semanários.

Este é apenas um exemplo das incoerências, das flutuações a que o Dr. Mário Soares anda sujeito. Carlos Carvalho, pacientemente, esforça-se por lhe mostrar que o Presidente da República, num sistema como o nosso, não pode ser mera figura decorativa. Como reage o outro candidato? Que sim, que não pode ser figurante, mas que também não quer transportar situações de bloqueio! Então como é? Tão fraquinha democracia é esta em que a defesa da Constituição pode, sem mais nem menos, bloqueá-la? O bom-senso diz-nos que o bloqueio democrático pode dar-se exactamente quando a Constituição não é defendida, tarefa que gravemente incumbe ao Presidente da República.

O resto são conversas... em privado.

Carlos Carvalho, como lhe ouvimos depois dizer na reportagem das 24 horas, desejou sempre que este debate decorresse num clima diferente do anterior. Sim à discussão de ideias, não à arruaça.

Diga-se que Mário Soares algumas vezes tentou enveredar por atalhos de má memória. Um comentador político diria depois que ele se encontrava traumatizado pela experiência hortícola. E se acabou por recuar, isso ficou a dever-se à firmeza de Carlos Carvalho que o chamou ao bom caminho.

Mas de facto, nada existe de semelhante entre os dois debates. No anterior, prevaleceu o jogo de pau, numa das piores sessões políticas que já se presenciaram na televisão portuguesa. Espíritos que se autoproclamam de «isentos», de «impolutos», de «profundamente democráticos» deviam pensar primeiro em certas tristes figuras que são maus exemplos de democracia...

Carlos Carvalho lançou sucessivamente para a mesa um acervo de situações demonstrativas da fraqueza do outro candidato, em vista das provas dadas. Mário Soares não teve outra alternativa senão refugiar-se na retórica, na esgrima das palavras ou naquilo a que Carlos Carvalho apelidou de **carlatura**.

Mestre como é na invenção das anedotas, não deixou de levantar um sorriso que se espalhou do Minho ao Algarve, ao lembrar que ele estivera presente em todos os acontecimentos «no momento H»...

São estes tratos de boa disposição que valem a pena, em geral, nas intervenções do dr. Mário Soares. Para já não falar na sua recusa em tratar os números que reflectem um certo tipo de relações porque o seu negócio não são números, ele é um humanista...

Foi sem dúvida um debate em que o dr. Mário Soares falou muito. Mas entre falar e dizer há uma distância a correr. E se falou muito, calou mais.

Calou a ambiguidade dos apoios envenenados. Calou o acordo tácito com Cavaco Silva para não se atacarem mutuamente, num caso típico de política em simbiose. Calou a sua ignorância dos «dossiers» comunitários. Passou por alto sobre a «factura» que Portugal terá de pagar em 1993 e que traz tão preocupados agricultores, industriais, trabalhadores. Os problemas dos empresários? Não queria agora referir-se a isso. Perante a atmosfera de receios, de temores, de ameaças em que vive a população portuguesa face à conjuntura comunitária, eis-nos em presença de um candidato a Presidente que, de facto, não mostrou estar minimamente informado, avisado, alertado, sem aquela prudência que Carlos Carvalho tanto considera indispensável.

Em certos aspectos, a leviandade apresentou índices assustadores. Que pensar de um candidato que, face à perda de soberania («uma soberania espartilhada e não partilhada», como diria Carlos Carvalho) dentro da Comunidade afirma que «riscos de perder a soberania todos os países os têm...» Como lembrava Anatole France: todos, mendigos ou milionários, podem dormir nos bancos de jardim...

Terá interesse recordar aqui o convite de Mário Soares feito aos comunistas para votarem nele. Para quê? Para não ficarem isolados! Os comunistas faziam um lindo ramo ao lado dos apoiantes de Cavaco Silva e pronto, já não ficavam isolados...

Que pensarão tantos e tantos socialistas de tão estranhas confluências? Depois deste debate, a pergunta tem forte razão de ser.

■ **Mário Castrim**

Álvaro Cunhal no Barreiro

Esclarecimento e reforço do PCP é objectivo político da campanha

Tem significado quase simbólico que esta III Assembleia esteja a realizar-se no Barreiro.

Muitos anos atrás, no tempo do fascismo, para que a bandeira vermelha do nosso Partido fosse desfraldada foi necessário que um homem corajoso e audacioso a fosse arvorar no alto praticamente inacessível da mais alta chaminé.

Mas hoje, quem passe pelas ruas do Barreiro, pode ver por todo o lado como em festa os pendões vermelhos, a sigla, o símbolo, a presença universal do nosso Partido.

É a marca (que os trabalhos da III Assembleia inteiramente comprovam) de que **Abril está vivo no Barreiro, no distrito de Setúbal, está viva a determinação de lutar na defesa das suas realizações e valores, e que, hoje como ontem, está viva, consciente e convicta a determinação dos comunistas de arrostar obstáculos e dificuldades e de organizar, promover, impulsionar a luta que continua.**

(...)

A III Assembleia da ORS e a força do Partido

(...)

A III Assembleia confirmou: a ímpar e poderosa influência social, política e eleitoral do nosso Partido no distrito; as profundas e indestrutíveis raízes do Partido na classe operária e nas populações; a ligação estreita com os trabalhadores e com o povo em geral; a luta consequente dos comunistas na defesa dos interesses populares, da economia, das conquistas de Abril, designadamente dos direitos dos trabalhadores, das nacionalizações, do SEE, da reforma agrária, do poder local democrático.

(...)

Confirmou a valorização das formas de organização, participação e intervenção populares com relevo para o associativismo popular, as comissões de moradores, as associações de pais e outras; a obra notável realizada nas autarquias (em 12 dos 13 municípios do distrito) nas quais os comunistas dão provas da forma como compreendem o exercício do poder.

Confirmou ainda o trabalho, o empenhamento, a luta incansável e bem sucedida dos comunistas para o desenvolvimento do distrito, a solução dos seus problemas, a melhoria das condições de vida das populações.

(...)

A luta contra o Governo do PSD

(...)

A tarefa política central que na fase actual da situação nacional se coloca ao nosso Partido e ao nosso povo: o afastamento do Governo de direita e uma alternativa democrática.

Com este objectivo central a luta contra o Governo do PSD/Cavaco Silva tem de desenvolver-se e está a desenvolver-se em todas as frentes. Quatro objectivos fundamentais, se colocam à luta dos trabalhadores, dos democratas, do povo português no momento presente: contra o pacote laboral, contra as privatizações, contra a degradação da democracia política, contra a capitulação ante interesses estrangeiros. Ou seja: a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral; em defesa da economia nacional portuguesa, de um dinâmico e moderno SEE em sectores e empresas de importância estratégica e de um projecto de desenvolvimento determinado pelos interesses do povo português e de Portugal; a defesa da democracia política e suas conquistas, características e valores; a defesa da independência e soberania nacionais.

(...)

As privatizações e o SEE necessário

(...)

O nosso Partido tem defendido, como objectivo em muitos aspectos decisivo para uma política económica nacional, e de importância vital para a independência do País, a existência, reforço e dinamização de um moderno e eficiente Sector Empresarial do Estado em sectores e empresas de importância estratégica que não devem estar submetidos a interesses privados e muito menos a interesses estrangeiros.

E o facto é que, através das privatizações, não são só os capitalistas portugueses que se apossam de tais empresas e sectores, mas também os capitalistas estrangeiros designadamente as transnacionais.

(...)

O processo das privatizações é um monstruoso processo frontalmente contrário aos interesses da economia nacional, à democracia, à independência e é também, como temos alertado a opinião pública, um processo ilustrado por um

rosário de Inconstitucionalidades, ilegalidades, Irregularidades, abusos e fraudes.

(...)

A nossa luta contra as privatizações, contra a restauração do capitalismo monopolista é justa, é necessária, é democrática, é patriótica.

É lamentável que o PS, em vez de se opor a este processo, venha agora (como fez há dias na Assembleia da República) propor que se apresse o pagamento das indemnizações por motivo das nacionalizações de 1975 e que os títulos de indemnização possam servir a esses senhores para comprarem as respectivas empresas.

(...)

Mas, se o PS se não opõe às privatizações, opõem-se a elas os trabalhadores, e não apenas os trabalhadores comunistas, mas os trabalhadores socialistas, os trabalhadores de todas as tendências que, em numerosos casos, como a III Assembleia mostrou, estão unidos e lutam corajosamente nas respectivas empresas.

O Acordo Social e o novo pacote laboral

A reestruturação e restauração dos grupos monopolistas e do capitalismo monopolista inclui, como elemento integrante, a imposição pelo Governo de novas formas de exploração dos trabalhadores e o agravamento dos problemas sociais de forma a fazer pagar ao povo português o preço da vertiginosa escalada de centralização e concentração de capital.

Da parte do Governo, não se trata de medidas provisórias e conjunturais mas de objectivos assumidos da sua política de classe, política antioperária e antipopular, ao serviço dos grandes capitalistas e dos grandes agrários.

O nosso Partido apoiou a justa atitude da CGTP de recusa a assinar o Acordo Económico e Social.

(...)

A gravidade de tal assinatura revela-se agora no facto referido amplamente na III Ass. da ORS de o Governo querer transformar em lei, isto é, num novo pacote laboral, algumas das disposições mais gravosas do Acordo Económico e Social.

Entre outros objectivos, o Governo quer impor como lei princípios e normas que entregariam ao arbitrio patronal alterações na duração do trabalho. Quer impor como lei o famigerado conceito da «Inadaptação» como motivo de despedimento. Quer impor como lei o alargamento do chamado «período experimental». Quer impor como lei o princípio da «quebra de confiança» como motivo da cessação de funções. Quer impor como lei a entrega ao patronato e ao Governo de uma falsa arbitragem de conflitos laborais.

A luta contra o novo pacote laboral que o Governo tenta impor aos trabalhadores é também uma das mais importantes tarefas do momento presente.

Direcções fundamentais da luta do Partido

A nossa luta desenvolve-se em quatro direcções fundamentais: a movimentação social, indissolivelmente ligada ao movimento sindical e a outros movimentos e organizações unitárias de massas; a luta institucional, nomeadamente na Assembleia da República e nas Autarquias; a luta no terreno eleitoral, em que se insere a candidatura do nosso Partido às eleições presidenciais e devemos desde já começar a preparar as legislativas; o reforço do Partido de que esta Assembleia e as suas decisões são um testemunho.

São quatro direcções de acção distintas, com os seus objectivos próprios, com a sua dinâmica própria exigindo todas elas o empenhamento do nosso Partido, como está a suceder.

(...)

Eleições presidenciais: as candidaturas de Mário Soares e Basílio Horta

Uma primeira observação é que nestas eleições presidenciais o quadro das candidaturas é muito diferente das eleições anteriores.

Não há o perigo da vitória de um candidato dos partidos da direita com um programa reacçãoário revanchista. Basílio Horta poderá quanto muito ter mais votos que o CDS nas últimas eleições legislativas. Mas pelo andar da carruagem pode dizer-se que não vai longe.

O actual Presidente da República contando com o apoio do PS e do PSD, tem à partida a eleição assegurada, e, com grande grau de probabilidade, logo à primeira volta.



Para tranquilidade de alguns eleitores inquietos, desta vez tudo indica que **não será necessário engolir mais sapos.**

Mas esta candidatura merece ainda algumas observações. Inicialmente, a candidatura de Mário Soares aparecia fundamentalmente como uma candidatura do PS. Com o apoio e o empenhamento crescentes do PSD e do próprio Primeiro-Ministro e as posições e atitudes de Mário Soares de elogio à direita, qual no fim de contas a cor política da candidatura?

Quando inicialmente Cavaco Silva declarou que o PSD aceitaria a candidatura de Mário Soares tomou tal atitude **numa posição de fraqueza**, de incapacidade de apresentar um candidato próprio, numa atitude em que estava em rápida e continua redução a sua base de apoio social, político e eleitoral.

Se a candidatura de Mário Soares mantivesse as distâncias em relação à direita e designadamente ao PSD e ao Governo, a direita aparecia nestas eleições presidenciais derrotada desde início, criando-se assim condições mais favoráveis à luta ulterior para pôr fim ao Governo do PSD e abrir caminho a uma vitória democrática nas legislativas e à formação de um Governo democrático.

Mas a verdade é que está sendo oferecida de bandeja ao PSD a oportunidade de transformar fraqueza em força, apossando-se da candidatura de tal forma que já há quem diga ironicamente que o único partido que não tem candidato é o PS.

Está nas mãos do próprio candidato e também do PS mostrar pelas palavras, pelos actos e pelas distâncias em relação à direita e particularmente ao PSD que esta apreciação não tem fundamento.

Anteontem milhões de portugueses puderam assistir àquilo que foi apelidado de debate na televisão entre os candidatos Mário Soares e Basílio Horta.

Chamaram àquilo debate, mas foi apenas um espectáculo lamentável: lamentável para os candidatos, lamentável para as instituições democráticas, lamentável para Portugal.

O dr. Basílio Horta já tinha dado um arzinho da sua graça antidemocrática e saudosista do passado ao afirmar que, se fosse Presidente da República, não daria posse a um Governo do PS e PCP, se estes dois partidos ganhassem as eleições legislativas, ou noutras palavras, que também utilizou, não depositaria nas mãos do PCP interesses da colectividade. Agora o chamado «debate» na RTP foi ainda mais revelador. Porque apresentou quem o ouviu com **uma amostra da mentalidade da direita portuguesa, da total inadaptação da direita à vida democrática e à dignidade das instituições.**

Por isso, eu atrever-me-lá a fazer uma sugestão ao dr. Basílio Horta. Peça a um amigo o vídeo que registou o espectáculo que deu na televisão. Não beba champanhe e olhe com olhos de ver a figura que fez. E tome a atitude que a noção da realidade melhor lhe aconselharia: desista da sua candidatura.

Naturalmente que foram levantados casos que necessitam de esclarecimento e que se inserem numa degradação geral de costumes e procedimentos. Mas, manifestamente, nem era o local próprio, nem era assim.

Sobre este chamado debate, os meios de comunicação social procederam a inquéritos e sondagens para apurar quem ganhou e quem perdeu.

A verdade é que não houve quem ganhasse. Ambos perderam. E ficaram também a perder o apuro e a dignidade exigíveis numa campanha eleitoral para a Presidência da República.

A candidatura do PCP de Carlos Carvalhas

Se, ao nível da opinião pública alguém ganhou, foi quem esteve fora de tal debate.

Creio, camaradas, que ao assistir-se a tal «debate» e ao fazerem-se comparações resulta que **a abordagem dos problemas concretos e as propostas feitas ao povo para a sua solução, a serenidade e a compostura política, a valorização das instituições democráticas e da sua dignidade sobressaem como características da candidatura de Carlos Carvalhas que, ante espectáculos como aquele a que se assistiu na RTP, surgem particularmente valorizadas e é necessário continuemos a valorizá-las.**

A apresentação de uma candidatura comunista nas eleições presidenciais e a designação do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, para candidato, suscitou não apenas aprovação, mas empenhamento e entusiasmo em todo o Partido.

Todos compreendem que a voz do Partido não poderia estar ausente neste importante acontecimento da vida política nacional.

A campanha desenvolve-se com boa dinâmica e larga participação. A mensagem do Partido, a análise que o Partido faz da situação, as propostas do Partido para a solução dos grandes problemas nacionais, a perspectiva de uma alternativa democrática ao Governo de direita, encontram eco em largos sectores da população.

Estando as eleições à partida ganhas por Mário Soares apoiado pelo PS e pelo PSD, a nosso ver **o objectivo político da nossa campanha não é tanto o resultado eleitoral nas presidenciais, como o esclarecimento, a influência os novos apoios ganhos para, após as eleições presidenciais, o Partido arrancar com mais força para uma nova fase de luta tendo como objectivo político central a derrota do Governo de direita e uma alternativa democrática.**

A oportunidade institucional para a alternativa

Apesar de ser importante (e devemos sublinhá-lo) que ao contrário de eleições anteriores a direita não esteve em condições de apresentar um candidato em condições de pretender ganhar as eleições para a Presidência da República, é claro que a alternativa democrática não resultará das eleições presidenciais.

A oportunidade institucional para uma alternativa será aberta pelas eleições para a Assembleia da República de 1991.

E então será necessário:

- 1.º que o PSD e o CDS fiquem em minoria;
- 2.º que o PS e o PCP obtenham maioria numérica;
- 3.º que se verifique a convergência democrática, designadamente do PS e do PCP;
- e 4.º (por motivo de vacilações do PS) que seja eleito um forte grupo parlamentar do PCP (esta é uma condição fundamental e determinante).

Camaradas:

O PCP está aberto ao diálogo mas com **a sua identidade própria, de Partido Comunista que foi, é e quer continuar a ser comunista.**

Por isso, camaradas, quando colocamos uma alternativa democrática ao Governo de direita, como tarefa política central, temos de considerar que, a par da movimentação de massas, da acção institucional (designadamente na Assembleia da República e nas Autarquias), da campanha de Carlos Carvalhas para as eleições presidenciais de 13 de Janeiro, **não é menos importante e virá a ser decisivo e determinante o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.**

(...)

Avante!

Números de 27 de Dezembro e 3 de Janeiro

DOSSIER

Assembleias de Organização

Nos números de 27 de Dezembro e 3 de Janeiro, o «Avante!» publicará um *dossier*, contendo uma selecção de documentos das Assembleias de Organização que se realizaram nos meses de Novembro e Dezembro.

*Um importante elemento de estudo
Um fundamental instrumento de trabalho*

PCP

2.ª Assembleia da OR de Lisboa

Criar condições para reforçar a ligação do Partido às massas

Cerca de meio milhar de delegados eleitos nas organizações dos 15 concelhos do distrito, representando, assim, um colectivo partidário de mais de 45 mil militantes, estarão amanhã à noite e durante todo o dia de sábado no cinema D. João V, na Damaia, para participarem na 2.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP. Em breve conversa com o «Avante!», os camaradas **José Casanova**, da Comissão Política, e **Paula Henriques**, **Carlos Grilo**, **Marques dos Santos**, da DORL, deram uma ideia do vasto trabalho preparatório da Assembleia e dos seus objectivos essenciais.

Começando por aquele último aspecto, atente-se nesta breve mas significativa passagem do 1.º capítulo do projecto de resolução política, documento que tem merecido numerosas propostas de alteração e enriquecimento:

«Sabendo que é na ligação do Partido às massas, com o seu significado e conteúdo específicos, que reside a sua fonte de força essencial — e que é no reforço dessa ligação que devem procurar-se os caminhos para o reforço da influência social, eleitoral e política do Partido — a 2.ª Assembleia da ORL do PCP define como objectivo central a criação de condições para reforçar a ligação do Partido às massas no distrito de Lisboa».

«Com os trabalhadores e o povo, um PCP mais forte, um futuro melhor» é o lema desta Assembleia, que avança quatro linhas prioritárias de acção: junto da classe operária e dos trabalhadores, junto das populações, junto da juventude e junto dos intelectuais e quadros técnicos.

A 2.ª Assembleia da ORL, que se realiza num momento

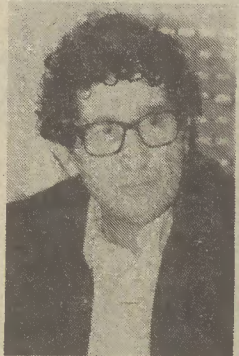
político particularmente importante com as Presidenciais já em 13 de Janeiro e as legislativas também em 91, vai proceder à análise da actividade realizada desde a 1.ª Assembleia (1984), à definição das orientações para a actividade futura e à eleição do organismo dirigente — a DORL.

Comentando questões centrais do trabalho de direcção, os camaradas que se encontraram com o «Avante!» sublinharam a necessidade de chamar novos quadros, de dividir tarefas e de criar maior operacionalidade no conjunto do trabalho de direcção. O projecto de resolução política revela a dado passo:

Comissão Distrital

«A realidade e o contexto em que a ORL actua hoje e a experiência de trabalho acumulado impõem profundas alterações na estruturação, na composição e nas atribuições dos organismos de direcção central da ORL. Entre as alterações destaca-se a criação de uma Comissão Distrital».

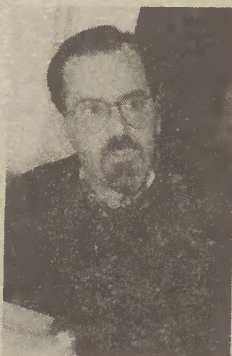
Vejamos as competências previstas para esse organis-



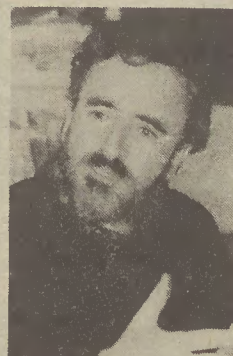
José Casanova



Paula Henriques



Marques dos Santos



Carlos Grilo

mo executivo composto por camaradas de todas as grandes organizações do Distrito e pelos responsáveis pelas principais frentes e linhas prioritárias de trabalho:

- O debate e acompanhamento a par e passo do desenvolvimento das organizações partidárias e da sua actividade visando o reforço da ligação do Partido às massas;

- O controlo de execução dinâmico e criativo da aplicação das medidas e orientações traçadas, particularmente as que respeitem às quatro linhas prioritárias de acção.

Intenso trabalho preparatório

«Nunca fomos tão longe na auscultação dos membros do Partido. Nunca tocámos tantos camaradas e outros democratas na preparação de uma iniciativa», sublinha na conversa com o «Avante!» o camarada José Casanova.

Preparada com vários meses de antecedência, a 2.ª Assembleia da ORL conta à partida com um profundo de-

bate que o projecto de resolução política tenta sintetizar. Um debate que, como salientaria **Paula Henriques**, teve lugar não só em reuniões, plenários e assembleias (cidade de Lisboa, FP, Transportes, Mafra, Torres Vedras, Algueirão, Santo António dos Cavaleiros), como também em iniciativas temáticas, onde participaram técnicos e especialistas comunistas e de outros sectores de opinião. Questões como a pobreza no distrito de Lisboa, segurança e marginalidade, ensino, Área Metropolitana, Orçamento do Estado, Sector Público e direitos dos trabalhadores foram temas em foco nesse diversificado conjunto de iniciativas, expressão da actividade intensa e responsável dos comunistas.

Carlos Grilo e **Marques dos Santos** chamaram a atenção para algumas das características que marcaram o desenvolvimento do debate preparatório da Assembleia. Uma delas: a detecção das insuficiências e o encontrar de propostas de solução objectivas, que poderão contribuir de forma significativa para a concretização do lema do objectivo central, e das prioridades a definir pela Assembleia.

Transportes para a Damaia

Para quem vai de Lisboa em transporte público, há duas alternativas:

- 1.ª **Comboio/Linha de Sintra** — Paragem na Damaia. Subir a Avenida fronteira à estação e virar na 2.ª rua à direita.
- 2.ª **Autocarro:**
Carreira 46 — Sta. Apolónia/Damaia — ficar na última paragem
Carreira 46-A — Entrecampos/Damaia — ficar na última paragem
Carreira 63 — Hospital Sta. Maria/Damaia — ficar na última paragem

Nota: Para as carreiras 46, 46-A e 63 — ao chegar à última paragem, atravessar a linha do comboio (estação da Damaia) e seguir as indicações para quem vai de comboio.

Para quem vai de viatura particular:

- Na Rotunda frente à estação da Damaia subir a Av. D. João V, e virar na 2.ª rua à direita.
- Quem vier pela via rápida, na saída para a Amadora virar à direita para a Reboleira, frente às bombas de gasolina da Shell e seguir a sinalização.

Cooperação intermunicipal na área de Lisboa

Dezasseis municípios da região de Lisboa decidiram realizar o **equacionamento conjunto das soluções e decisões sobre as grandes infra-estruturas e equipamentos estruturantes da Área Metropolitana de Lisboa**. A resolução foi tomada no dia 3, após uma reunião na CML, e engloba ainda as políticas relativas aos sectores terciário e industrial, à qualidade ambiental e à habitação.

Realizada por iniciativa dos presidentes das câmaras de Lisboa, Oeiras e Vila Franca de Xira, a reunião teve também a participação de representantes dos municípios de Loures, da Amadora, de Sintra, Cascais, Almada, Barreiro, Montijo, Alcochete, Moita, Seixal, Sesimbra, Palmela e Setúbal.

PDMs e PROT

A reunião - de acordo com uma nota do gabinete de imprensa da CML - teve por objectivo analisar os processos de

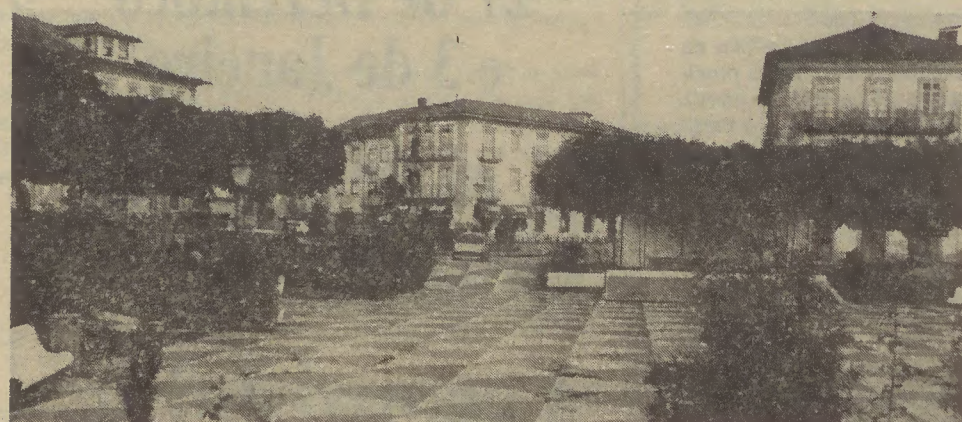
elaboração dos planos directores municipais, em curso na totalidade dos concelhos, e do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa, recentemente adjudicado pela administração central.

O PROT, cuja elaboração terá lugar nos próximos 18 meses, põe em marcha um processo que foi considerado pelos autarcas como uma oportunidade adequada para, em diálogo com o Governo, coordenar decisões sobre obras e investimentos estruturantes da região de Lisboa, nomeada-

mente a nova ponte sobre o Tejo, o mercado abastecedor, os portos de Lisboa e Setúbal, o sistema rodo-ferroviário.

Para «dinamizar o processo de coordenação» intermunicipal, foi decidido criar um núcleo de acompanhamento, constituído pelos presidentes das câmaras de Oeiras, Lisboa, Vila Franca de Xira, Almada, Moita e Setúbal.

No próximo dia 18 - anuncia-se na nota - realizar-se-á em Almada uma nova reunião com as equipas técnicas dos PDMs, para analisar as políticas, os projectos e os investimentos que deverão ser objecto de coordenação entre os municípios e de diálogo com o Governo, «no sentido de racionalizar meios e recursos para dotar a Área Metropolitana de Lisboa com as infra-estruturas e os equipamentos que melhorarão a sua funcionalidade e as condições de vida e de trabalho dos seus habitantes».



CDU obtém em Monção o melhor resultado de sempre

A Coligação Democrática Unitária obteve o seu melhor resultado de sempre no concelho de Monção nas eleições intercalares realizadas no domingo para os órgãos municipais.

As eleições para a Câmara e a Assembleia Municipal de Monção realizaram-se após a queda do executivo, provocada em Agosto pela demissão em bloco dos eleitos do PS e do CDS, que se seguiu à mudança de presidente (PSD) por duas vezes em oito meses.

No domingo votaram 10 870 eleitores, registando-

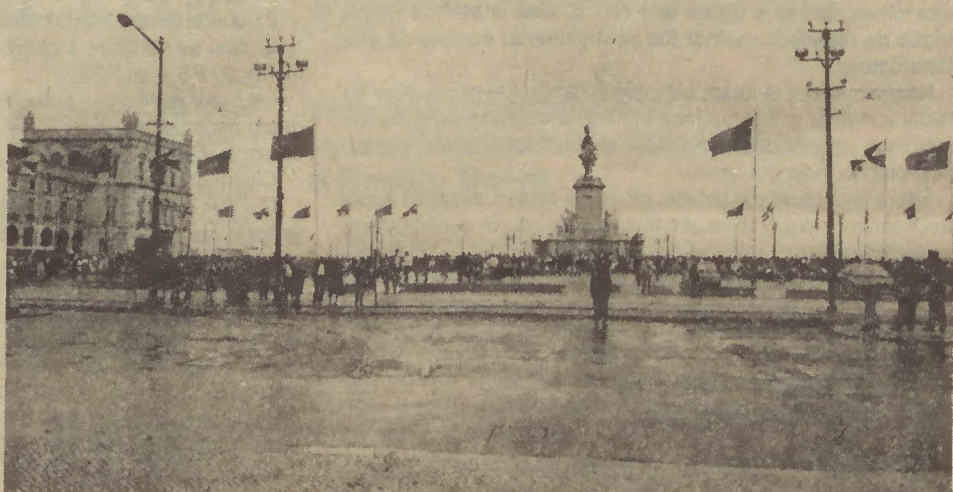
-se uma abstenção de 45,6 por cento. O PSD obteve 5070 votos, que correspondem a 4 vereadores na CM; a coligação PS/CDS teve 5009 votos (3 vereadores); a CDU conseguiu 592 votos e fica apenas representada na Assembleia Municipal.

Em 1989 a CDU obtivera 227 votos. Ao conseguir mais do dobro da votação numa situação particularmente difícil, afirma-se como uma força em crescimento no concelho, disposta a intervir na AM para a resolução dos problemas de Monção e das populações.

A coligação PS/CDS é a

grande derrotada. Os dois partidos em 1989 somaram 7648 votos (3500 do CDS e 4148 do PS), o que significa que perderam em menos de um ano mais de 2600 eleitores. Parte deles poderá ter votado no PSD, que subiu 454 votos, apesar da abstenção — a qual pode ser entendida como um reflexo do desencanto do eleitorado.

Derrotado sai sobretudo o PS, que contava obter a presidência mas ficou apenas com um vereador, o cabeça de lista da coligação; o segundo é militante do CDS e o terceiro um independente indicado por este partido.



PCP

ASSEMBLEIAS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

SETÚBAL

Uma Assembleia voltada para o futuro

Começou em tom de estudo e veio a acabar em festa, a III Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP. Culminaram ali os debates de um vasto trabalho preparatório — mais de 150 reuniões plenárias das organizações do Partido no distrito e mais de dois mil militantes haviam já participado no estudo aprofundado dos temas que a Assembleia aperfeiçoou e aprovou.

Reunidos na Casa da Cultura da Quimigal, os mais de seiscentos delegados eleitos e os que por inerência também participaram não se sentiam certamente numa casa fechada. Trouxeram as suas experiências, o seu saber, a sua íntima ligação às massas e aos trabalhadores do distrito. Falaram das dificuldades. Mas sobretudo de projectos e de luta para concretizá-los. E, no Barreiro, cidade escolhida para a realização da III Assembleia, esta reunião magna dos comunistas do distrito foi recebida com as cores da festa. No caminho até à Casa da Cultura, que fica mesmo na zona industrial da cidade, o vermelho dos pendões lembrava a todos o que aí acontecia.

Os trabalhos começaram com as várias eleições dos órgãos da Assembleia. Na Mesa, além de membros do Executivo da DORS cessante, alguns deles também do CC, e de destacados militantes do distrito, estavam os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional do CC. O camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto e candidato do PCP às eleições presidenciais, chegou na parte final dos trabalhos da Assembleia.

Sendo o distrito de Setúbal um dos distritos onde mais se tem feito sentir a negatividade da política de direita, natural seria que a maioria das intervenções mostrasse um pendor menos optimista e que os delegados fossem arrastados para as longas diatribes contra a ofensiva reacçãoária, e para a crítica, justa embora, à política destruidora do Governo. Assim não aconteceu, porém. Para além da crítica, que muito justamente foi sublinhada, o que verdadeiramente ressaltou desta Assembleia foi o projecto, a luta, o trabalho para o futuro. E também o que de positivo os comunistas têm conseguido realizar, remando contra as marés cavaquistas.

Nunca se ouvira falar tanto de desenvolvimento. Isto mesmo logo na intervenção do camarada Carlos Sousa, não contando com a intervenção de abertura de Manuel Sobral, de que damos alguns excertos nesta páginas. Um desenvolvimento encarado numa perspectiva integrada, que contemple as várias áreas da actividade e que se não confunda com o mero crescimento.

Uma organização actuante

A generalidade, para não dizer a totalidade das intervenções, revelaram um conhecimento aprofundado da realidade e ideias muito concretas para a transformar. E

cochete, que se referiu concretamente às acções desenvolvidas em defesa do meio ambiente, nomeadamente contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete.

A segunda sessão de trabalhos foi presidida pelo camarada José Caetano, do Executivo da DORS. Tomaram sucessivamente a palavra os camaradas Valdemar Santos, sobre o trabalho ideológico nas novas e difíceis condições em que se desenvolveu; António Medeiros, mostrando com exemplos de Almada, a ligação do Partido às populações; Augusto Flor, sobre a juventude; Figueira Mendes, sobre o Plano Integrado do Litoral Alentejano, que deu conta das iniciativas do Partido nessa área; Fernando Vaz, que traçou um exaustivo panorama da saúde no distrito, sublinhando que, se os índices não são maus, as carências em meios materiais e humanos são graves; José Figueiredo, sobre a grande riqueza do associativismo popular, as suas tradições e a ligação do Partido ao movimento.

O camarada Hélder Madeira, que os militantes do distrito bem conhecem, assim como é conhecido dos barreirenses por ter estado à frente da autarquia, falou depois das iniciativas e das propostas que o Partido tem apresentado no distrito no sentido de resolver o grave problema dos transportes públicos. Definindo a actual situação como caótica, Hélder Madeira referiu-se às propostas do PCP e das autarquias, resultado de longo amadurecimento e discussão, como mais uma das importantes iniciativas do Partido no sentido do progresso.

A juventude esteve lá

O final da manhã foi marcado com uma série de intervenções com números a apoiá-las. Números significativos. Por exemplo, o camarada



João Carlos Veiga contou uma experiência de recuperação de cotizações, numa organização do Montijo. Em poucos meses, resultado de um aturado trabalho, os camaradas conseguiram elevar aí os 20% de cotizações que se recebiam entre os militantes para 73%!

Depois de uma intervenção sobre Poder Local e Desenvolvimento, do camarada José L. Pereira, e da leitura de uma saudação às Assembleias regionais que simultaneamente se realizaram nesse fim-de-semana, o camarada Luís Guerreiro, de Palmela, traçou o quadro do desenvolvimento previsto para o concelho, nomeadamente referindo-se ao projectado investimento da Ford que será o maior investimento europeu no género.

Cristina Rocha Neto leu entretanto o relatório da Comissão de Verificação de Mandatos, na qual se constata que os delegados eleitos eram na maioria operários e empregados — 74% —, sendo os operários industriais 45% do total de delegados.

Antes de findar a sessão, mais números: a camarada Conceição Morais falou dos recursos financeiros do Partido, dando conta das dificuldades. Com efeito, revelando que as receitas têm crescido significativamente, mostrou que as despesas cresceram mais, do que resulta uma situação deficitária. Lembrou, por outro lado, o empenhamento do distrito em duas campanhas — a do Centro de Trabalho da DORS, que se espera venha a estar concluído no primeiro trimestre do próximo ano, mas cujo investimento só se encontra coberto em

35% pela campanha. Entretanto, a meta para a Campanha dos 150 mil contos só se encontrava preenchida a 23%. Razões de sobra para o apelo que foi feito à contribuição de todos...

Depois do almoço — os delegados espalharam-se um pouco pela cidade, comendo rapidamente para assistirem à sessão que exclusivamente lhes foi dedicada a fim de elegerem a nova Direcção da Organização Regional de Setúbal —, a nova sessão aberta a convidados foi presidida pela camarada Regina Marques. E a nota mais forte foi a presença da juventude, que apareceu com bandeiras e a alegria e vivacidade próprias. A juventude estava lá. E a Assembleia foi adquirindo um ar de festa.

As próximas batalhas

Viradas para o futuro — que começa já — as intervenções continuaram tarde fora. Henrique Marcelino, de Sesimbra, foi aplaudido quando falou no apoio que a candidatura de Carlos Carvalhas tem suscitado entre os militantes; Alice Pereira, da Moita, exigiu maior atenção às iniciativas e problemas dos deficientes; Duarte Gomes falou dos Reformados; Rita Marcelino, das Mulheres Comunistas; Paulo Rodrigues, do sistema educativo.

Seguiram-se as intervenções de Rui Paixão, o novo coordenador dos Sindicatos de Setúbal; de Manuel Barrão, do Montijo; de Rita Martins, do Feijó; de Agostinho Campos, do Samouco. A deputada Apolónia Teixeira falou do trabalho dos deputados comunistas do distrito, do seu trabalho e da confiança que merecem. Vicente Merendas, da Comissão de Trabalhadores

da Lisnave, fez o trágico balanço da ofensiva contra os trabalhadores da indústria naval, cuja redução, em mais de 60%, acabou com 12 mil postos de trabalho. Falaram ainda José Osório, da Siderurgia Nacional; José Catarino, de Setúbal; António Monteiro, das Associações de Pais. E António Pacheco, de Sines, sobre as privatizações.

Aproximava-se a hora da última sessão e as intervenções sucediam-se. Foi revelado à Assembleia que a recolha de fundos efectuada entretanto, tivera o resultado de cerca de 180 contos. O camarada Brito Apolónia foi à tribuna fazer o relato do trabalho da Comissão de Redacção. Durante a Assembleia haviam sido recebidas 31 propostas de emendas ao projecto de Resolução Política. A Comissão aceitara 22 e rejeitara 9 por incidirem apenas sobre a forma ou resultarem em pormenorização excessiva. No debate que se seguiu, uma das propostas rejeitadas veio a ser aceite. Na votação do projecto, a unanimidade e a aclamação transformaram o documento em Resolução Política da III AORS. Um projecto para o futuro. Que os comunistas do distrito vão procurar concretizar.

Unanimidade também, recolheu a votação de uma moção sobre a Palestina.

A última sessão, com a presidência do camarada Eufrásio Filipe, seguiu-se sem intervalo. Foi nesse momento que Carlos Carvalhas, vindo de uma iniciativa da candidatura, chegou. Saudado com uma prolongada e calorosa ovação. De pé, delegados e convidados saudavam o candidato comunista às eleições presidenciais.

Tomaram ainda a palavra os camaradas Jorge Pires, sobre a próxima Festa do «Avante!»; Odete Santos, deputada, sobre as próximas batalhas eleitorais; Isabel Lourenço, da JCP, com uma saudação sublinhada pelas bandeiras da juventude.

Eufrásio Filipe chamou, então, os membros eleitos da nova DORS. Era o culminar da Assembleia. Era já a festa.

Finalmente, e depois de uma saudação ao povo de Timor, falaram os camaradas Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, cujos discursos publicamos também. Depois foram os hinos, a corrente de fraternidade que tomou conta da sala. Antes de cada um voltar à sua terra, ao seu local de trabalho, às suas tarefas renovadas.



ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

LEIRIA

Para um distrito melhor

«Um partido necessário, para um distrito melhor, para a viragem democrática» — foi com este lema que decorreu no passado domingo, na Marinha Grande, a 3.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP.

O debate em torno da proposta de Resolução Política, aspectos centrais da actualidade regional, as propostas dos comunistas para o desenvolvimento do distrito, medidas orgânicas para o reforço do Partido e para o melhoramento do conjunto da sua actividade, com saliência para o trabalho de direcção, e a eleição da nova DORLEI (Direcção Regional) marcaram esta 3.ª Assembleia, reunida no Sport Império Marinhense.

Com delegados oriundos de todas as zonas do distrito, registando intervenções reveladoras de um profundo conhecimento da realidade regional (pescas, agricultura, indústria, comércio, ensino, deficientes, mulheres, movimento sindical, etc.), a 3.ª Assembleia avançou um conjunto de decisões a que nos referiremos oportunamente.

A intervenção de abertura coube a **José Augusto Esteves**, da Comissão Executiva Nacional, e a de encerramento a **Albano**

Nunes, membro do Secretariado do Comité Central. Na Mesa da presidência encontravam-se ainda os seguintes camaradas:

Joaquim Gomes, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros, António Orcinha, da Comissão Executiva Nacional, Aleixo Brás, membro suplente do Comité Central, da DORLEI e da Comissão Concelhia de Peniche, Ana Filipa Bonita, da JCP, António Carvalho, membro da Comissão Concelhia de Porto de Mós, Fernando Canais, da Comissão Concelhia de Leiria, Jorge Amador, membro do Secretariado da Comissão Nacional da JCP, Jorge Paixão, José Inácio, José Boleixa, membros da DORLEI, José Luís Aniceto, da Comissão Concelhia de Caldas da Rainha, José Luís Sousa, membro da DORLEI e da Comissão Concelhia da Marinha Grande, presidente em exercício da CMMG, José Miguel Subtil, membro da Comissão Concelhia de Alcobaça, Maria Etelvina Ribeiro, membro suplente do Comité Central e da Célula da «MP Roldão», Maria Onélia Cruz, da DORLEI, Maria Teresa Faustino, da Comissão Concelhia do Bombarral, Rui Baltasar, da DORLEI, Saul Fragata, suplente do Comité Central, da DORLEI e da Comissão Concelhia da Marinha Grande.

Análise, debate, decisões

A nova DORLEI

No decorrer dos trabalhos da Assembleia foi eleita, apenas com uma abstenção, a nova Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, constituída por 34 elementos, com uma média de idades de 39 anos. A DORLEI eleita no passado domingo inclui um pescador, 11 operários, 15 empregados, 5 intelectuais (dos quais 3 são professores) e 2 quadros técnicos. A Direcção Regional integra apenas 5 mulheres: uma professora, uma operária vidreira e três empregadas. Reunida numa pausa da Assembleia, a DORLEI elegeu por unanimidade os respectivos secretariado (4 membros) e executivo (13).

Desenvolvimento regional

A Assembleia aprovou a

realização de um conjunto de importantes iniciativas de âmbito regional para os primeiros meses do novo ano de 1991. Uma dessas acções será dedicada ao ponto da situação, perspectivas e propostas do PCP sobre **desenvolvimento regional**.



As razões de uma extinção

Da tribuna da Assembleia foram claramente explicadas as razões que conduziram à necessidade de extinguir a Comissão Coordenadora de Concelhos e Frentes de Tra-

balho. Vejamos o que disse sobre o assunto o camarada José Augusto Esteves, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido e responsável da DORLEI:

Sobre o trabalho de direcção consideramos muito positivo o termos conseguido concretizar já com alguma eficácia um estilo de trabalho que procura responsabilizar todos os quadros na direcção efectiva da actividade do Partido e também o termos conseguido criar condições para a descentralização de responsabilidades e do trabalho, também com eficácia em alguns concelhos.

Com um reduzido número de funcionários com tarefas políticas e de organização, insuficiente para as responsabilidades do Partido na região, conseguimos contudo encontrar alternativas que têm assegurado um trabalho continuado e consequente e no essencial as tarefas e direcção do Partido e ao mesmo tempo uma visão regional do nosso trabalho. À excepção da Marinha Grande, os coordenadores ou responsáveis dos concelhos são hoje camaradas não funcionários e em geral oriundos da própria organização. A Coordenadora de Concelhos e Frentes de Trabalho, que agora propomos se extinga, desempenhou um papel importante.

A nova DORLEI, que se propõe tenha 34 camaradas, incluiu a maioria dos membros da Coordenadora em extinção.

No trabalho de Direcção Regional pesa de forma decisiva a capacidade de resposta das Comissões Concelhias, e o seu reforço é uma questão fundamental para o melhoramento do trabalho de direcção e da organização.

Existem hoje Concelhias actuais e com ligação aos problemas locais, mas existem outras que têm um funcionamento irregular, fechado e pouco ligado às massas. No quadro actual de funcionamento, cada vez mais se impõe que se assumam como verdadeiros organismos de direcção.

De viva voz

Degradação do meio ambiente

No ambiente nenhuma medida foi tomada e os problemas ambientais continuam sem solução. Os programas de intervenção visando a despoluição das linhas de água (Liz, Arunca, Paúl de Tornada, Alcoa, Lagoa de Óbidos, Baía de S. Martinho, etc.) não existem e a situação continua a degradar-se.

José Augusto Esteves

«Temos que concluir...»

Dum balanço sucinto da realidade do nosso distrito, da sua evolução desde a II Assembleia temos que concluir:

- 1.º — Que a política de direita não resolveu os problemas de fundo do nosso desenvolvimento regional;
- 2.º — Que esta política acentuou as assimetrias regionais;
- 3.º — Que aumentaram as desigualdades sociais;
- 4.º — Que se degrada a democracia política particularmente na sua componente laboral e Poder Local;
- 5.º — Que em aspectos cruciais o nosso desenvolvimento social não conheceu avanços sensíveis e que em algumas áreas, inclusive, se degradaram;
- 6.º — Que se avolumaram os perigos de rotura na economia regional em sectores com uma grande componente de mão-de-obra.

José Augusto Esteves

JCP, organização com vida própria

Numa Assembleia Distrital de Comunistas é correcto transmitir aos delegados a evolução da JCP no distrito desde a 2.ª Assembleia.

A JCP é hoje uma organização com características diferentes, e mais virada para a acção e a intervenção, nomeadamente junto do movimento juvenil, nas suas diferentes expressões.

A JCP é hoje uma organização com vida própria, com propostas concretas para a resolução dos problemas dos jovens.

Desde 88 foram recrutados 126 jovens, permitindo uma renovação e rejuvenescimento muito acentuado, não só na Comissão Distrital como também nos colectivos locais.

Jorge Amador

A 3.ª Assembleia da ORLEI aprovou várias moções e saudações, nomeadamente em apoio à candidatura de Carlos Carvalhas, de solidariedade com os povos da Palestina e de Timor e de repúdio pelo «novo pacote laboral já tornado público pelo Governo, resultante do Pacto Social acordado entre o patronato, o Governo e a UGT»

Marinha Grande: rumo ao futuro

Uma palavra sobre a **Marinha Grande**, Município onde temos maiores responsabilidades e onde, apesar de algum recuo, o povo do concelho continuou a depositar em nós a confiança é a legitimidade para gerir os destinos do concelho. É uma situação de **maioria relativa** que não nos aflige, pois estamos habituados a trabalhar com todos os eleitos honestamente interessados na resolução dos problemas das populações. Mas é essencialmente uma situação de confronto entre duas posições: de um lado, aqueles que pretendem resolver os problemas locais e do povo do concelho e nesse sentido lutam e trabalham, aliás, com provas dadas e, do outro, eleitos e forças políticas mais norteadas pelo espírito da desestabilização e por fins meramente político-partidários e eleitoralistas do que propriamente interessados na melhoria do bem-estar das populações e do progresso local.

Continuar o trabalho que vimos fazendo, melhorá-lo sem dúvida em muitos aspectos, deverá ser o nosso lema, rumo ao futuro mais feliz e risonho para os munícipes, em particular das crianças e jovens.

José Inácio

A frota pesqueira e o «comboio da Europa»

Não nos devemos esquecer que a nossa frota continua a envelhecer e com a livre circulação, numa Europa sem fronteiras, a frota da CEE virá capturar nas nossas águas aquilo que nós não conseguimos fazer. E aqui, sim, devemos lembrar-nos da célebre frase do ex-secretário de Estado das Pescas que afirmou que se não conseguíssemos apanhar o «comboio da Europa» teríamos que importar o peixe que consumimos.

Esqueceu-se foi de dizer que esse peixe na sua maior parte é capturado nas nossas águas. E falando em frota modernizada queria aqui sublinhar que continuamos na pesca de cerco como há anos atrás, excepção feita aos meios técnicos para detecção de cardumes.

Aleixo Brás

REGIONALIZAÇÃO e desenvolvimento integrado

Os comunistas, ao denunciarem as grandes distorções e assimetrias regionais que se desenvolvem e as graves carências em áreas vitais do desenvolvimento do distrito bem como a divisão arbitrária e artificial do distrito em unidades de planeamento e serviços que estão a acentuar os riscos da sua desagregação, proclamam que a exigência de um efectivo desenvolvimento do distrito deve ser sentido de forma integrada e que considere o distrito no seu todo, isto é, conjugando e complementando harmoniosamente as diversas componentes físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais.

O Distrito de Leiria, com uma extensa área unida naturalmente em mais de 500 anos de História, que nos últimos 150 anos cimentaram e alargaram a outras áreas em laços de convivência que o marcam, dá suporte à criação de uma Região Administrativa e a sua criação e entrada em funcionamento é condição fundamental para o desenvolvimento do distrito.

Defendendo como ponto de partida, no processo de regionalização o distrito, o processo da sua instituição em concreto pode contemplar que, através de processos democráticos, áreas actualmente pertencentes ao distrito possam passar para outras regiões e

que, inversamente, áreas incluídas em distritos limítrofes possam vir a aderir à Região de Leiria.

A Região Administrativa que os comunistas defendem é entendida como uma verdadeira autarquia local, dotada de órgãos representativos resultantes do sufrágio directo, com património e finanças próprios e com as atribuições defendidas na Constituição: direcção de serviços públicos, planeamento regional, coordenação e apoio à acção dos municípios.

Enquanto não forem instituídas as Regiões Administrativas, a descentralização dos serviços deve ter em conta o distrito.

Os comunistas combatem a actual divisão de serviços regionais e as medidas avulsas de regionalização de serviços e planeamento, em função da divisão do distrito pelas Comissões de Coordenação Regional do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, concentrando de novo nas Sedes dessas Comissões o que devia ser descentralizado e desconcentrado e fazendo do distrito de Leiria uma região periférica de Coimbra e de Lisboa, com graves prejuízos para a população.

(Da Resolução Política aprovada na 3.ª Assembleia da ORLEI do PCP)

PCP

ALGARVE

Mantêm-se os problemas e pode agravar-se a dependência

PCP quer democracia, desenvolvimento e regionalização

Os problemas de fundo do Algarve não são resolvidos e, devido à falta de um projecto claro e coerente que procure dinamizar todo o tecido produtivo, as importantes e necessárias infra-estruturas que o poder local e o poder central, com apoios comunitários, têm vindo a construir, podem acentuar ainda mais, a curto prazo, a dependência do exterior e a invasão do mercado pelos outros países da CEE.

O alerta foi lançado na 2.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP, domingo passado, em Faro. Os comunistas do distrito de Faro afirmam que estão em condições de assumir maiores responsabilidades perante os algarvios e propõem uma política que responda à urgente necessidade de democratizar, desenvolver e regionalizar.

A Assembleia realizou-se durante todo o dia 9 de Dezembro, no cinema Santo António, e contou com a participação de cerca de 350 delegados. Entre os convidados estiveram os camaradas Carlos Carvalhas, Carlos Brito, José Vitoriano, e Luísa Araújo.

A discussão teve por base um projecto de resolução política elaborado no início de Novembro pela direcção regional (DORAL) e que foi aprovado na Assembleia com uma abstenção (depois das alterações, que, como informou José Veloso, da comissão de redacção, incidiram sobretudo no capítulo dedicado ao papel e acção do Partido).

Foram ainda aprovados por unanimidade um manifesto à população do Algarve e uma moção exigindo que sejam aprovadas as medidas legislativas que permitam a instituição das regiões administrati-

vas e, no concreto, da Região Administrativa do Algarve, ainda nos primeiros meses de 1991.

Em sessão reservada aos delegados, foi eleita a DORAL, que fica composta por 45 camaradas, dos quais 32 faziam parte da direcção anterior. Na direcção regional agora eleita, 12 camaradas são dirigentes ou delegados sindicais, 9 são funcionários do Partido, 11 são membros de órgãos das autarquias locais; há 7 operários, 20 empregados, 10 intelectuais e quadros técnicos, 1 camponês e 1 pescador.

Projecto precisa-se

Esta 2.ª Assembleia da ORAL realizou-se seis anos após a 1.ª — período considerado, tanto na resolução política,

como na intervenção de abertura de Carlos Luís Figueira, demasiado longo. Mas, como também sublinhou o responsável da DORAL e membro da Comissão Executiva Nacional do CC do Partido, «seis anos passados, o Algarve apresenta de forma acentuada, nos planos económico, social e cultural, os mesmos traços negativos que já então tinham sido detalhadamente evidenciados.

A resolução política concretiza: «O Algarve continua sem um projecto claro de desenvolvimento, que responda às potencialidades dos seus recursos naturais, que elimine desigualdades e

das, como a construção civil), cujas receitas representam mais de metade dos índices nacionais do sector. A extrema vulnerabilidade da economia algarvia é acentuada pela concentração na faixa litoral e em 4 concelhos com peso determinante (num total de 16).

Aumentou ao longo destes anos o peso do capital estrangeiro no imobiliário (50 milhões de contos em 1988/89, avultando aqui a compra de equipamentos turísticos e de terras), na agricultura, no comércio e nas pescas (armadores estrangeiros, particularmente espanhóis, compram embarcações, mantêm o registo português e exploram os



promova o bem-estar das populações».

Na análise da situação económica da região feita pelo PCP sobressai o peso do sector terciário (com 47,5% da população activa e mais de 80% do PIB regional) — e particularmente do turismo (e actividades que lhe estão liga-

recursos das nossas águas).

O quadro completa-se com os problemas na agricultura (mantêm-se os estrangulamentos técnicos, financeiros e de escoamento, falta um plano de especialização da produção que permita responder à pressão dos mercados estrangeiros e da especulação imobiliária), nas pescas (sem reconversão da frota nem apoios à artesanal, ao marisqueiro e à aquacultura), na indústria transformadora (que definha há anos), no comércio (dependente do turismo e afectado pela perda de poder de compra da população), na preservação do meio ambiente (com a ilha de Faro novamente ameaçada pela próxima tempestade, com problemas de fundo por resolver em importantes reservas naturais, com a erosão do litoral a avançar sem medidas de resposta), e no próprio turismo.

Limitar a venda ao estrangeiro

Face a tal situação, a Assembleia da ORAL proclama a necessidade de uma política de desenvolvimento que:

— aproveite os recursos humanos e naturais existentes na região e dê combate às desigualdades entre o litoral e a serra;

— acelere a execução dos grandes projectos regionais, há muito reclamados pelos algarvios (portos, aeroportos,

sistemas de barragens, estradas, saneamento básico, transportes, energia e telecomunicações);

— defenda o meio ambiente e o património, as belezas e reservas naturais;

— limite a apropriação de importantes recursos regionais pelo capital estrangeiro, em defesa da soberania e independência.

O PCP — como também se afirma no manifesto à população do Algarve — reclama uma política regional de defesa dos direitos dos trabalhadores e de melhoria da qualidade de vida da população residente, criando condições para melhor acolhimento dos milhares de visitantes que preferem a região para as suas férias.

A Assembleia sublinha a necessidade de aprofundar a democracia e a descentraliza-

ção, propondo-se os comunistas prosseguir o combate pela instituição da Região Administrativa.

A regionalização — e as responsabilidades do PSD e do PS no atraso do processo e no não cumprimento das promessas feitas ao eleitorado algarvio — foi precisamente um dos temas fortes da intervenção de Carlos Brito no encerramento, que antecedeu na tribuna o secretário-geral adjunto do PCP. O presidente do Grupo Parlamentar comunista (deputado eleito pelo círculo de Faro) fez também uma pormenorizada descrição da actividade parlamentar do PCP, sublinhando que o PCP «tem sido o primeiro partido e o insistente no tratamento de praticamente todos os problemas que mais afligem o Algarve e os algarvios».

Crónica do hospital anunciado

«Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, apoiada por toda a oposição — que era então maioritária —, foi inscrita uma dotação de 5 mil contos no OE de 1987 destinada a estudos e projectos para o Hospital do Barlavento Algarvio. Esta verba transitou de Orçamento para Orçamento, sem que o Governo mostrasse vontade política de utilizá-la.

De repente, no princípio deste ano, o Governo anunciou, com as fanfarras da praxe, que ia fazer o Hospital. Um fogoso deputado do PSD eleito pelo Algarve correu à AR para fazer um festivo discurso em que se regozijou, agradeceu ao Governo e apontou à oposição este exemplo da boa gestão governamental.

Os meses passaram, até que chegou o Orçamento de Estado. Os deputados do Algarve correram a conhecer a magnífica dotação para o Hospital do Barlavento Algarvio. Grande surpresa: só lá estão os pobres 5 mil contos que vêm desde 1987!

Quisemos testar a posição do Governo, propusemos um reforço da verba para 200 mil contos destinados aos projectos e arranque da obra. Resultado da votação: PCP e PRD, a favor; PSD e CDS, contra; PS, abstenção. Mais comentários para quê?»

(Da intervenção de Carlos Brito)

A Via do Infante

«A Via do Infante deve ser um elemento fundamental para combater as assimetrias, deve contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de toda a região, e não tornar-se num novo espalhão que condicione ou agrave os contrastes já existentes, como o faz o Governo com a proposta aprovada e já em execução.»

(Da intervenção de José Lucas)

Identidade cultural

«A criação da Região Autónoma do Algarve com atribuições, competências e finanças próprias daria um impulso decisivo para a defesa, a dinamização e a divulgação do património e dos valores culturais da região, que no seu conjunto constituem a identidade cultural do Algarve.»

(Da intervenção de Margarida Tengarrinha)

Perigo! Infra-estruturas sem projecto global!

Nos últimos anos o Algarve tem beneficiado de importantes obras em infra-estruturas, promovidas pelo poder central e pelo poder local. Mas, uma vez que à execução das obras não tem correspondido uma política global de dinamização de todo o tecido produtivo e da actividade económica da região, essas importantes e necessárias infra-estruturas podem, a curto prazo, vir a ser aproveitadas por interesses que não têm a ver com o progresso e a independência económica do Algarve e do País.

O alerta foi lançado na Assembleia da ORAL do PCP. Tanto a resolução política ali aprovada, como a intervenção de abertura de Carlos Luís Figueira, chamam a atenção para o facto de que, a manter-se o actual quadro, dos portos virá a beneficiar a frota espanhola, enquanto a rede viária será um meio mais rápido para que cá entre a produção dos países da CEE.

Além de registar os melhoramentos que têm sido feitos, a Assembleia criticou os «atrasos, hesitações e abandonos, até», nas execuções das barragens e canais adutores e do novo porto de Quarteira, na conclusão e reparação de projectos existentes, no desassoreamento de barras, na urgente remodelação da rede ferroviária.

Também foram reafirmadas as críticas ao traçado da Via do Infante. Uma delegação de agricultores de Santa Bárbara de Nexe deslocou-se ao local da Assembleia do PCP, onde se encontrou com Carlos Carvalhas, Carlos Brito e outros dirigentes comunistas, que lhes reafirmaram o apoio do PCP à construção da via mais a Norte e às justas reclamações das populações. Este tema mereceu mesmo uma intervenção específica, do camarada José Lucas, da DORAL, na tribuna do cinema Santo António.

PCP

ASSEMBLEIAS DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

AVEIRO

Desenvolvimento integrado com um PCP mais forte

A caracterização económica, social e política do distrito de Aveiro; as propostas concretas dos comunistas para o «desenvolvimento integrado» da região; as questões internas do PCP; a campanha dos 150 mil contos para a aquisição do terreno da Atalaia para a Festa do «Avante!»; a situação política nacional com as eleições presidenciais e legislativas a serem alvo de maiores atenções foram assuntos que mereceram particular destaque nas dezenas de intervenções feitas durante seis horas de trabalho útil na segunda Assembleia da Organização Regional de Aveiro do PCP, que no passado sábado reuniu no Salão Cultural daquela capital de distrito os delegados eleitos em numerosas organizações locais do Partido e muitos e muitos convidados, comunistas e não comunistas, que quiseram assistir ao andamento dos trabalhos.

Os trabalhos desta Assembleia encerram com uma intervenção do membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, Domingos Abrantes, que se referiu às questões mais pertinentes da situação política nacional e defendeu a necessidade de reforçar a organização do PCP neste distrito que tem a característica particular de uma composição social onde a classe operária e os trabalhadores têm um grande peso.

Aprovado por unanimidade o projecto de Resolução Política, depois de diversas alterações introduzidas por esta Assembleia, resultou daí um importante e detalhado documento que aborda as questões essenciais e prioritárias da actividade do PCP em Aveiro nos últimos quatro anos, analisa e caracte-

riza exaustivamente a actual situação distrital, define uma proposta política de intervenção política na região e adequa as estruturas e o funcionamento da Organização Distrital do PCP às necessidades de intervenção dos comunistas.

Quatro grandes capítulos dividem esta Resolução. «O Distrito de Aveiro Hoje» é o primeiro e nele fala-se das características populacionais, das infraestruturas existentes, das actividades económicas, dos reflexos da adesão à CEE, da situação dos trabalhadores, dos problemas do distrito e da política desenvolvida contra a região e as suas gentes, onde se reivindica a necessária criação da Região Administrativa.

O segundo capítulo deste documento intitula-se «A Luta Popular e o Movimento de Mas-

sas», onde se analisa a luta dos trabalhadores, o movimento e a luta dos agricultores, a situação dos intelectuais e quadros técnicos bem como de outras camadas sociais e a luta das populações em geral a par da acção do Poder Local e da análise dos diversos processos processos eleitorais, do papel dos deputados do PCP na defesa do distrito e da intervenção geral dos comunistas, considerada indispensável para a defesa dos interesses da região.

Propostas concretas

«Proposta para o Distrito» é o título de um terceiro capítulo desta Resolução Política, que defende vias para o desenvolvimento integrado do Distrito de Aveiro, define condições para esse desenvolvimento, apresenta medidas sectoriais para as actividades económicas, para a defesa do património natural e meio ambiente, tudo isto tendo em conta a necessária vertente social do desenvolvimento.

Finalmente, o último capítulo trata em particular do Partido, com destaque para a intervenção dos comunistas no distrito, das novas condições de trabalho adquiridas com a nova designação da Organização Distrital de Aveiro; faz-se um balanço da situação, problemas e características essenciais da Organi-

zação Regional; traçam-se algumas linhas estratégicas para a intervenção e acção dos comunistas no distrito bem como formas de reforçar o Partido para possibilitar uma melhor intervenção.

Debate

Eleitas a Mesa da Assembleia, as várias comissões e aprovado o regulamento, Sérgio Teixeira abriu o período de intervenções frisando que «o crescimento registado no distrito de Aveiro não foi sinónimo de desenvolvimento e progresso social». Aquele membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP sublinharia que para os comunistas é essencial a vertente social do desenvolvimento e que para alterar a situação «são necessárias as propostas do PCP que legitimam o nosso Partido, tal como o concebemos, como uma componente partidária essencial e imprescindível».

A intervenção da Organização Concelhia de Aveiro, a cargo de Fernanda Simões, reforçou esta ideia com a enumeração de vários problemas do concelho de Aveiro «cuja população é maioritariamente jo-

vem». No plano partidário colocou em destaque o trabalho resultante da última Assembleia de Organização Concelhia de Aveiro.

Outra intervenção a destacar foi a de Bernardino Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Fiães, (de maioria absoluta CDU), que ressaltou o muito que a coligação já fez por aquela população: «nos nossos mandatos foram construídos: as escolas preparatória e secundária, o lar da terceira idade, a biblioteca, a rede de água e esgotos, o cemitério e vários lavadouros, entre outras obras».

Fazer mais e melhor

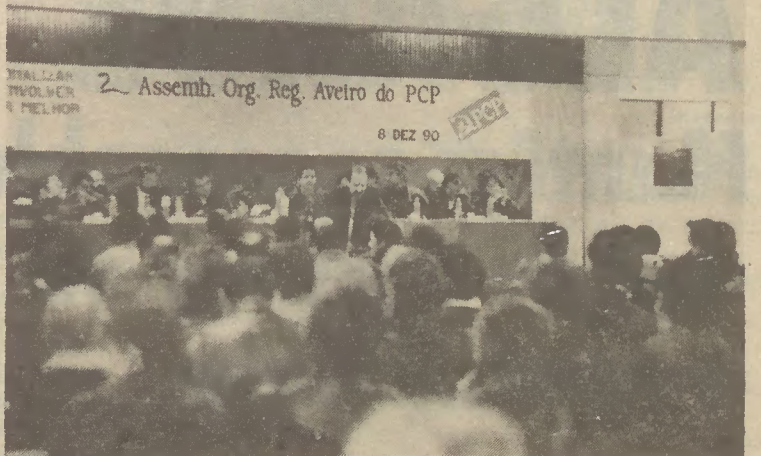
Mas outros problemas foram levantados por esta intervenção: nas Juntas de Freguesia «falta gente a tempo permanente para que se possa fazer mais», frisando Bernardino Ribeiro que «foi justo o projecto Lei do PCP sobre a matéria».

«Fazer mais e melhor» é uma das vontades dos comunistas também a nível interno, como afirmou Teixeira Lopes ao referir-se à segunda Assembleia Concelhia de Espinho que no

passado dia 24 de Novembro se propôs «mudar radicalmente métodos e estilos de trabalho para relançar o interesse pela militância e vida do Partido».

Ilustrativo do ambiente de repressão que se vive em muitas empresas foi o testemunho de José de Almeida, da célula da Salvador Caetano (Toyota) em Ovar: «passam-se nesta empresa coisas incríveis como o arrombamento e despejo da sala da organização representativa dos trabalhadores (ORT), a proibição ilegal de entrada de elementos da comissão de trabalhadores (CT) nas divisões da empresa acompanhada da instauração de processos disciplinares e discriminações salariais escandalosas de que são vítimas os trabalhadores mais combativos».

Estas apenas algumas referências às muitas e importantes intervenções feitas ao longo dos trabalhos desta Assembleia que elegeu, com uma abstenção entre 170 delegados, a nova Direcção de Organização Regional, composta por 47 membros e ainda aprovou por unanimidade uma «Resolução sobre as Eleições de 1991» que defende ser o PCP a força indispensável para uma alternativa democrática.



VILA REAL

A primeira, para subir!

No sábado realizou-se a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Vila Real do PCP. Teve a participação de 71 delegados de onze concelhos e, constituindo «uma demonstração da vitalidade» do Partido no distrito — como disse **Vasco Paiva**, da Comissão Executiva Nacional do CC, na sua intervenção inicial —, foi um passo importante para reforçar a intervenção dos comunistas numa região onde a influência eleitoral ainda é pequena, mas onde a organização é dinâmica, interveniente e activa no que respeita aos principais problemas dos trabalhadores e das populações.

Na Assembleia participou também o camarada **Edgar Correia**, da Comissão Política do Partido, que fez uma intervenção política no final dos trabalhos, em que saudou «a importante e prolongada luta que os povos serranos têm vindo a travar em defesa do seu direito histórico à posse, uso e fruição e administração dos baldios».

Com a nova estruturação orgânica que se seguiu ao XIII Congresso, a anterior DORT deu origem a duas organizações de âmbito distrital. Surge assim a DORVIR, constituída transitoriamente a partir da anterior estrutura distrital. A 1.ª Assembleia encerra este período transitório, com a aprovação de uma resolução política que contém as grandes orientações para a actividade do PCP no distrito e com a eleição da direcção regional, constituída por 18 camaradas.

A política e o atraso

Os comunistas de Vila Real caracterizam o distrito como **atrasado, sujeito à marginalização pelo Governo e a política de direita, preterido em favor dos grandes centros urbanos e do litoral**.

Mantém-se o fraco desenvolvimento das forças produtivas; as riquezas naturais (minérios e massas minerais, capacidade hidroeléctrica, águas minero-medicinais,

produção florestal, produtos agrícolas como o vinho do Porto) são transformadas fora da região ou estão subaproveitadas.

Encerraram várias empresas industriais (como a Milnorte, a Vicominas, a Tabopan, as minas da Borralha e Vale das Gatas). De novo apenas surgiram algumas pequenas indústrias. Os próprios parques industriais concelhios são no fundamental ocupados por armazéns.

Na região penetram grupos económicos estrangeiros, interessados nas minas de Jales (ouro e prata), comprando a empresa das águas de Carvalhelhos, cerâmicas de Chaves, a Fiat em Vila Real e Chaves, as rodovias Cabanelas e Tâmega, os granitos e rochas ornamentais.

No Douro, a intervenção das multinacionais vai além das casas exportadoras de vinho do Porto, passando à aquisição de propriedades e estendendo-se assim à produção.

Os fundos comunitários não têm servido para a modernização da agricultura, e o sentido da orientação oficial aponta para o abandono desta actividade. Os baldios são

cobiçados pelas multinacionais e as celuloses, a favor de quem o PSD e o Governo avançam com uma nova tentativa de destruição do regime legal em vigor.

A regionalização tarda a ser feita, ficando Vila Real condicionado, em termos de decisão política e económica, a dois centros distantes: o Terreiro do Paço de Lisboa, onde está o Governo, e o Terreiro do Paço do Porto, onde está sediada a CCR Norte.

Assim, não são criados empregos, acentua-se a precariedade do trabalho e a exploração, praticam-se baixos salários, reflectindo-se esta situação num novo surto de emigração.

O aparente investimento e as múltiplas inaugurações, com cortejos e passeatas governamentais, não se traduzem em efectivo crescimento, nem no desenvolvimento do distrito.

Intervir contra a direita

A situação que o distrito vive agora gera insatisfação

e descontentamento, como se viu pelos resultados das eleições autárquicas de 1989 e em acções de protesto de algumas camadas. Mantém-se, no entanto, o domínio do PSD, quer nos órgãos do poder local, quer nos deputados eleitos para a AR. A Assembleia da ORVIR acusou os 5 deputados do PSD e o deputado do PS de não darem no parlamento expressão aos anseios da população. «A maioria nem sequer é conhecida no distrito, nem sequer se preocupa em vir conhecer os problemas e contactar as populações» — afirma-se na resolução política.

Apesar de, em votos e eleitos, ter uma pequena representação, o PCP tem em Vila Real uma intervenção constante e é mesmo — sublinhou Vasco Paiva — o **partido que mais iniciativas produz a nível da Assembleia da República em defesa e no interesse do distrito**. O PCP aborda de forma constante os temas de interesse regional, quer em iniciativas próprias e noutras em que participa, quer em documentos que torna públicos; acompanha permanentemente as lutas dos trabalha-

dores, dos agricultores e das populações.

Não é tarefa fácil, nem simples, transformar em votos e em eleitos esta intervenção, às lutas e o descontentamento. Os comunistas de Vila Real defendem que o **caminho passa por existirem mais lutas, maior participação popular nessas lutas, maior intervenção do Partido e dos militantes**.

Face a dificuldades específicas do trabalho do PCP na região — como a dispersão de militantes por um grande número de freguesias e aldeias, o reduzido número de quadros e a diminuição do número de funcionários, a emigração e a instabilidade profissional — os comunistas de Vila Real propõem-se reduzir a excessiva centralização de responsabilidades e trabalho nos funcionários, aumentando a participação e responsabilização de outros camaradas. Entre outras medidas concretas, foram criadas e eleitas comissões concelhias (e seus coordenadores) em Vila Real, Chaves, Régua, Sabrosa e Montalegre, trabalho que prossegue relativamente a outros concelhos.

— Assembleia da República —

Debate final confirma: Orçamento para 1991 não serve o País

Com a discussão artigo a artigo do capítulo referente às receitas, concluiu-se terça-feira na Assembleia da República o debate do Orçamento do Estado para 1991. Na votação final, tal como se esperava, apenas a bancada do PSD deu o «sim» à proposta de lei do Governo.

Igual a si própria, nesta recita final de apreciação do Orçamento, a maioria PSD voltou a assumir a sua habitual prática de recusa de tudo quanto foi o essencial das propostas de alteração apresentadas pelos partidos da oposição.

As excepções, poucas, que conseguiram romper este posicionamento, não foram naturalmente alterar o conteúdo profundamente negativo do Orçamento, designadamente a sua ausência de rigor e completa falta de credibilidade.

Ainda assim, em resultado da postura construtiva e do empenhamento da bancada

comunista, nota de registo não podem deixar de merecer algumas das suas propostas — das muitas que fez — que conseguiram passar, beneficiando sectores vastos da população como sejam os contribuintes, os agricultores ou os pequenos empresários.

Trata-se, no primeiro caso, de uma proposta que fixa em 60 e 120 contos para os casados e não casados, respectivamente, os abatimentos mínimos ao IRS nos casos em que não há documentos comprovativos.

Ainda neste domínio, sob proposta da bancada do PCP, foi igualmente aprovada a determinação de que a administração fiscal deve restituir no prazo de três meses as diferenças entre o IRS devido e o IRS pago.

Ao contrário do inicialmente estabelecido na proposta de lei do Governo, também os agricultores poderão recuperar totalmente o valor do IVA

que pagam sobre o gásóleo, de acordo com a alteração nesse sentido feita pelos parlamentares comunistas.

Devido à intervenção destes, foi também possível anular a disposição do Governo que acabava com benefício até agora usufruído pelos pequenos empresários no sentido de poderem escriturar como custos do seu exercício as remunerações do seu trabalho e do prestado por elementos do seu agregado familiar.

Não se sabe se para compensar estas pequenas melhorias, mas num gesto sem dúvida revelador da sua verdadeira natureza de classe, o PSD deixou no entanto em aberto no decorrer do debate a possibilidade de concretizar a sua intenção, mesmo em sede de especialidade, de aumentar ainda mais os benefícios fiscais a favor do grande capital, designadamente nas operações financeiras.

Escândalo «Gládio»

Claramente insatisfatória, no mínimo, assim pode ser considerada a resposta do secretário de Estado, Eugénio Ramos, à pergunta que lhe foi dirigida sobre a existência no nosso país de eventuais estruturas com ligação à «Gládio», organização secreta da NATO, cuja actividade, recentemente vinda a pública, desencadeou uma onda de escândalo na Europa.

A questão esteve em foco na Assembleia da República no final da passada semana e foi suscitada pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, apostado em saber, designadamente, se o Executivo tinha já investigado o «dossier» da Aginterpress (falsa agência de imprensa tutelada pela PIDE que mantinha ligações com o grupo fascista «Ordem e Tradição») ou se já tinha verificado nos arquivos da antiga Presidência do Conselho a existência de documentação que ajudasse a esclarecer o assunto.

Perante a afirmação do secretário de Estado de que não existem indícios na posse do Governo de que aquela organização alguma vez tenha actuado em Portugal, Mi-

«Esclarecimentos» do Governo nada esclarecem

guel Urbano Rodrigues voltou a reafirmar a sua estranheza por tal declaração, recordando a propósito que o próprio secretário-geral da NATO confirmou que o SHAPE coordenou desde 1967 as actividades da rede «Gládio» a nível continental, o mesmo fazendo os ministros da Defesa da Itália, da Bélgica, da França e da RFA quando declararam ter conhecimento da existência daquela organização nos seus países e das suas actividades clandestinas.

O deputado comunista chama também a atenção para a circunstância de o Parlamento Europeu ter já aprovado uma resolução exigindo uma investigação às actividades da «Gládio» e de em Itália o primeiro-ministro ter respondido em público a questões levantadas por este escândalo, factos que sem dúvida contrastam com a declaração dos Governos de Portugal, de Espanha e da Grécia, os únicos que afirmam não terem encontrado quaisquer vestígios da rede

«Gládio», quando são justamente os países onde «existiam condições muito favoráveis» à sua actuação, até pelo facto de terem estado submetidos a ditaduras fascistas até meados dos anos 70.

Miguel Urbano Rodrigues recordou ainda que o facto de os membros das centúrias da «Gládio» italiana se intitularem gladiadores, levar a crer que «houve contactos entre a organização secreta da NATO e os auto-intitulados gladiadores portugueses que, no auge da guerra colonial, enviaram cartas com ameaças de morte a personalidades antifascistas.

«A parte visível do iceberg «Gládio» aumenta, mas o Governo português parece indiferente ao estrondo da montanha em movimento», observou o deputado do PCP, antes de concluir: «Por que espera o Governo Cavaco Silva para abrir um inquérito sobre eventuais actividades da «Gládio» em Portugal, anteriores e posteriores ao 25 de Abril?»

Extinção do Serviço de Coordenação da ex-PIDE/DGS

A Assembleia da República voltou a analisar em plenário o destino a dar aos arquivos da ex-PIDE/DGS, aos moldes futuros da sua consulta e, bem assim, à definição das entidades futuramente responsáveis pelas funções do até agora Serviço de Coordenação de Extinção daquela polícia política.

Analisada há uns anos atrás no Parlamento, com base numa proposta de lei apresentada pelo então ministro da Justiça, Mário Raposo, esta matéria voltou agora a ser agendada por iniciativa do PSD que, para o efeito, se limitou a copiar, como assinou no debate o deputado comunista João Amaral, o texto na altura apresentado, acrescentando-lhe apenas uma dilatação do período de segredo do conteúdo dos Arquivos da ex-PIDE/DGS e Legião Portuguesa.

Embora discordando da forma e enquadramento como a questão foi tratada, a bancada

comunista deixou clara a sua posição de que o destino dos Arquivos deverá ser a Torre do Tombo e que o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP deve ser extinto logo que cessem o processo de transferência das funções que exerce e de transferência dos arquivos.

Analisando as questões suscitadas pela(s) lei(s) em debate — cuja aprovação requer maioria de dois terços, num sinal inequívoco da sua importância, como recordou João Amaral —, o deputado do PCP salientou em primeiro lugar que aquela deve abranger não só os Arquivos da PI-

DE/DGS e da LP mas também os da UN/ANP, da LAG (Liga dos Antigos Graduados da MP), da MP e até outros arquivos que se encontram espalhados.

A própria documentação produzida pelo Serviço de Extinção e toda a incluída em processos de inquérito e judiciais deve igualmente ser reunida na Torre do Tombo, para onde deve ainda transitar, no entender da bancada comunista, todo o pessoal daquele Serviço de Coordenação considerado necessário para suprir as carências em meios humanos e financeiros.

No que diz respeito à consulta dos arquivos, tal como preconiza no seu projecto, o PCP defende que sejam abertos a partir do 25 de Abril de 1994, ficando até lá à guarda conjunta do Presidente e Vice-Presidentes da Assembleia

da República, que terão faculdade para autorizar a sua consulta.

Quanto às funções do Serviço, segundo João Amaral, a lei a aprovar deve definir com clareza quais as entidades para que transitam as funções do Serviço, incluindo as administrativas e as funções investigatórias que a lei lhe cometia.

Detendo-se por último na questão mais vasta dos arquivos nacionais, designadamente quanto ao seu tratamento, definição das regras de acesso e sistema de acompanhamento, João Amaral questionou-se sobre as razões que levaram o secretário de Estado da Cultura a «congelar o projecto de lei dos arquivos nacionais», advogando o seu rápido desbloqueamento por forma a que a lei seja urgentemente apreciada e aprovada.

Privatizações Verba enorme tem destino?

Numa intervenção antes da ordem do dia, em 6 do corrente, o deputado do grupo parlamentar do PCP, Jerónimo de Sousa, depois de uma apreciação fortemente crítica da «aceleração do processo de privatizações» sublinhou que nos grandes debates que precederam a revisão constitucional e na discussão mais recente da Lei Quadro das Privatizações, o grupo parlamentar comunista «foi o único a insistir e a advertir» que, «dadas as limitações do capital português, o processo de privatização das grandes empresas e de sectores básicos conduziria inevitavelmente à sua entrega ao capital estrangeiro».

Depois de referir que o Governo PSD continua a escamotear o facto de que o «objectivo central» das privatizações é «a restauração monopolista», aquele deputado lembrou que o mesmo Governo «passa agora a sublinhar que os 2 mil milhões de contos, que valorizam a totalidade do património empresarial do Estado, são a única forma de resolver o défice do Estado».

Quanto ao capital estrangeiro, Jerónimo de Sousa citou alguns exemplos como o grupo Espírito Santo que, «através da Holding Prédica (testa de ferro do Crédito Agricole)» — o oitavo banco do continente europeu — como referiu, controla agora 57 por cento do capital da Tranquilidade. Citou também: «pelas mãos de Roquete, o grupo espanhol Banesto, terceiro banco de Espanha, domina o BTA (Totta & Açores) e a Aliança Seguradora».

Depois de outras considerações críticas do mesmo processo e referindo ainda as ligações do grupo Sonae à Tabacalera (espanhola) e da Colep à Carnaut (francesa) «para a privatização da Siderurgia Nacional», o deputado do grupo parlamentar comunista salientou que, «com base em dados recentes, num total de 32 instituições bancárias existentes, 20 são privadas e 12 de capital predominantemente estrangeiro, com grande peso dos bancos espanhóis (Banesto no Totta, Standard no BCI, Bilbao/Viscay no Lloyds)».

No que respeita aos trabalhadores, aos seus direitos e garantias constitucionais, Jerónimo de Sousa afirmou que «a preocupação primeira» do Governo é «entregar a empresa aliviada de encargos sociais».

Ao sublinhar que as propostas do PCP vão no sentido da reestruturação do sector empresarial do Estado e não no do seu desbaratar como quem desbarata «as pratas da família», o deputado do PCP recordou os cerca de 400 representantes dos trabalhadores das empresas do SEE que, recentemente reunidos em Plenário Nacional, se pronunciaram pela suspensão da «ofensiva privatizadora. Batendo-se pelos direitos daqueles que representam», esses trabalhadores «não descuraram o seu empenhamento e disponibilidade para defender um Portugal independente e soberano no sentido do progresso e do desenvolvimento», destacou.

Política anti-juvenil repudiada em Encontro Nacional

«Uma grande realização da juventude», não apenas pelo grau de participação como ainda pelo nível dos debates e pela importância das conclusões, assim classificou a deputada Paula Coelho o IV Encontro Nacional de Juventude, recentemente realizado no Alvor.

Tratou-se, em sua opinião, de um «grande espaço de convívio e de amizade», um espaço cujo carácter amplamente democrático e representativo foi unanimemente

reconhecido por todos os participantes, mas de onde lamentavelmente se auto-excluíram o Conselho Nacional da Juventude, a JSD e a JS.

Perderam assim o ensejo, com a sua ausência, de enriquecer o debate e, porventura, as conclusões, conclusões de onde releva, como lembrou a deputada comunista, «uma inequívoca disposição dos jovens de se oporem à política antijvenil deste Governo».

É nomeadamente o caso da reforma educativa, em relação

à qual foi salientada a necessidade urgente de generalizar o acesso à educação e modernizar as infra-estruturas educativas bem como alterar o acesso ao Ensino Superior, do qual se disse ser injusto e não servir os interesses do País.

Realce, no âmbito das conclusões, para a imperiosa redução do tempo de prestação do Serviço Militar Obrigatório e para a contestação que foi feita ao sistema de apoio social escolar em vigor e aos cortes orçamentais que estão

a condicionar o regular funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Superior público.

A precarização do emprego e o trabalho infantil, por sua vez, foram as duas áreas no mundo do trabalho que estiveram particularmente em foco no decorrer dos debates do IV Encontro Nacional da Juventude, que decidiu ainda por unanimidade propor a alteração da legislação sobre o subsídio de desemprego e de inserção dos jovens na vida activa.

PCP

PORTO

Factor de estagnação

Entre os dias 23 e 26 de Novembro, realizaram-se no Porto as **Jornadas Regionais**/«O Orçamento do Estado para 91 e o distrito», promovidas pela Comissão Executiva da DORP do PCP, com o objectivo de aprofundar o estudo e a análise da proposta orçamental do governo e elaborar propostas alternativas a apresentar pelos comunistas na Assembleia da República, que contribuam para o desenvolvimento social, económico e cultural da região.

No conjunto das três sessões de trabalho que constituíram estas Jornadas Regionais — sobre **infra-estruturas e desenvolvimento municipal e regional**; **Saúde**; e **Educação, cultura e ciência**, participaram cerca de uma centena de quadros do Partido, particularmente habilitados e conhecedores dos problemas que se fazem sentir naquelas áreas, e alguns independentes cuja qualificada contribuição enriqueceu o debate realizado. Os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto, vereadores e deputados municipais, diversos membros de Juntas e Assembleias de Freguesia do distrito eleitos nas listas da CDU, estiveram igualmente presentes.

As Jornadas culminaram um vasto trabalho preparatório, do qual é justo salientar os numerosos contactos, entrevistas e visitas (cerca de 30), realizados pelos deputados do PCP, que nos últimos meses estiveram em quase todos os concelhos do distrito, da cidade do Porto aos do interior, onde se encontraram com diversas entidades e responsáveis e numerosas organizações e associações, tomando conhecimento e contacto directo com a realidade e os problemas do distrito, reco-

lhendo informações, opiniões e fundamentação para as propostas a apresentar na discussão do OE/91 e que estiveram em debate nas Jornadas Regionais.

A proposta governamental de Orçamento do Estado para 1991, no que se refere às suas incidências no distrito do Porto, dá continuidade à política do Governo Cavaco Silva — o distrito não é encarado nem contemplado em correspondência com a importância e o peso que lhe é reconhecido na economia e na vida nacional e com o volume dos problemas, das dificuldades e das carências existentes.

Propaganda

O Governo desinveste no distrito no Porto: deixa cair investimentos anunciados, atrasa a conclusão de obras em curso, adia o início da execução de outros projectos, diminui drasticamente dotações previstas em anteriores orçamentos, não lança novos projectos mesmo considerados prioritários pelo Governo, não contempla investimentos indispensáveis e há muito reclamados, atribui verbas claramente insuficientes face aos custos globais dos projectos.

Do distrito do Porto «voam» milhões de contos, inscritos em anteriores orçamentos.

Neste OE, o grande «investimento» do Governo no distrito do Porto é na **propaganda**, inscrevendo verbas reduzidíssimas para investimentos de milhões e milhões de contos, destinados não à concretização efectiva de projectos e obras, mas sim e apenas com o propósito de dar cobertura e multiplicar artificialmente oportunidades para o desenvolvimento da demagogia eleitoralista do governo. Com este orçamento, em 91 e no distrito, não vão faltar primeiras-pedras, inaugurações simbólicas, passeios e visitas de ministros e secretários de Estado, incluindo naturalmente do próprio primeiro-ministro.

Entre outros, são exemplos flagrantes os casos da **Ponte Rodoviária do Freixo** (inscrição de 50 mil contos para custos previstos de 12,5 milhões de contos), a aquisição do **Teatro de S. João** na cidade do Porto (100 mil contos para uma previsão muito superior a meio milhão de contos) e da construção do **Centro Hospitalar de Vale do Sousa** (5 mil contos em 91 para um crédito global de 6 milhões de contos).

Este Orçamento não serve o distrito, não é um factor favorável ao seu desenvolvimento e ao bem-estar da população, não responde aos grandes problemas sociais. Ao contrário, é um factor de estagnação e atraso, particularmente na área das infra-estruturas, da habitação, do ambiente, da saúde e da educação.

Transportes

É no domínio das **infra-estruturas** que se faz sentir com particular evidência não só a intervenção eleitoralista, mas o arrastamento dos projectos e protelamento das obras, não só conduzindo ao atraso na sua conclusão, mas também a um aumento substancial dos custos de execução. Relativamente ao distrito do Porto não pode passar sem referência o que se passa com o **Nó Ferroviário do Porto** e respectivos acessos — a obra é atirada para o ano seguinte depois de sofrer uma quebra em termos nominais da ordem de 95%! Além deste caso, e da **Ponte do Freixo**, já referida — citam-se a título de exemplo, os seguintes:

- As obras nas estações de S. Bento, Campanhã e Contumil, adiadas para 93, 94 e 95 respectivamente;

- A variante de S. Tirso (EN 104 e 105), que recebe uma dotação de 10 mil contos para um custo total de 2 milhões de contos;

- As variantes de Vila das Aves e da Trofa, obras dotadas com 10 mil contos, e com custos previstos de 200 mil contos e 1,5 milhões de contos, respectivamente;

- Os itinerários suburbanos Porto-Aveiro, Porto-Braga,

Porto-Guimarães, Porto-Marco e Porto-Póvoa, com inscrições reduzidíssimas e sensivelmente diminuídas em relação ao previsto (pela ordem indicada: de 650 mil para 10 mil contos, de 170 mil contos para 95, de 90 mil para 30 mil, de 200 mil para 100 mil e de 1 milhão de contos para 250 mil);

- A Gare de Mercadorias de Matosinhos/S. Mamede, cuja dotação de 1,2 milhões passa para 400 mil contos;

- A EN 321 Marco-Baião, com uma dotação de 10 mil contos para custos globais de 600 mil contos.

Relativamente à **navegação do Douro** (canais de navegação e portos fluviais) a redução orçamental prolonga a



conclusão das obras para fins de 92, portanto com um atraso superior a um ano.

Ausentes de orçamento estão ainda promessas antigas — e mais uma vez esquecidas, para os **portos de abrigo** do litoral nortenho (só o da Póvoa é contemplado).

Meio ambiente

Relativamente à política de **defesa do ambiente**, o OE para 91 não inclui um único novo programa para o distrito do Porto! Não estão satisfatoriamente contemplados importantes e inadiáveis **projectos de desenvolvimento** como acontece relativamente à **região do Ave**, cuja OID se inicia este ano com meios finan-

Direcções Regionais do PCP comentam OE-91

(2)

ceiros escassos — dos 117 milhões de contos necessários para 17 milhões de contos, claramente insuficientes para fazer frente às necessidades de desenvolvimento do Vale do Ave, a reestruturação e a modernização do sector têxtil, à crise social que se avizinha e à protecção ambiental, designadamente o combate à poluição industrial que já hoje ameaça o próprio abastecimento de água às populações.

Cultura

No domínio da **Cultura** — onde, mais uma vez, ainda não é agora que se estabelece uma dotação de 1%, todo o investimento é concentrado na cidade do Porto e não há qualquer projecto novo. Em relação ao referido caso do **Teatro de S. João**, é útil recordar, que a proposta de aquisição do Teatro de S. João foi formulada pelo PCP, dando corpo a uma velha aspiração dos intelectuais e artistas da cidade que remonta aos finais da década de 70. Foi o PSD, nalguns casos com o apoio do PS, que inviabilizou durante sucessivos orçamentos as propostas dos deputados comunistas para inscrição de verbas destinadas à compra do Teatro de S. João. Esperamos, e actuaremos nesse sentido, para que a sua compra não se fique apenas por uma operação para eleitor ver.

Significativa, igualmente, é a dotação atribuída ao chamado **Centro Cultural da SEC/Porto**, cujas instalações estão concluídas, mas não podem ser utilizadas por falta de equipamento.

Segundo os próprios responsáveis da SEC/Porto são necessários 150 mil contos para, numa primeira fase, pôr o Centro em funcionamento. Deste OE constam apenas 25 mil contos.

Também a situação do **Museu de Etnologia** não verá melhores dias no próximo ano, tal como lá se verificou no ano que agora acaba — dos 40 mil contos atribuídos apenas recebeu 1500 contos; para 91, estavam previstos outros 40 mil contos, agora reduzidos para 5 mil contos!

Educação

No domínio da **Educação**, o traço mais saliente é a não inscrição de verbas para a construção de escolas que o próprio governo considera prioritárias e inadiáveis, como são o caso das **escolas preparatórias da Lixa**; das **preparatórias e secundárias de Idães-Felgueiras**, Frazão-Paços de Ferreira, Miragaia-Porto, Irene Lisboa-Porto e Junqueira, e **secundária do Cani-delo-Gaia**.

Outras escolas, cuja construção é considerada indispensável não constam do PID-DAC — C+S da Marão, C+S da Grijó (Gaia), Secundária de St.ª Marinha, C+S de Avintes e Secundária n.º 2 de Penafiel.

Por outro lado as verbas destinadas a equipamento (530 mil contos) e conservação (290 mil contos), são claramente insuficientes face à acentuada degradação do parque escolar do distrito, particularmente as relativas a despesas de conservação que são idênticas às de 1990, ou seja, inferiores em termos reais.

Visitas e contactos preparatórios

A anteceder as **Jornadas Regionais**, o PCP realizou um conjunto de **visitas e contactos preparatórios**, que incluíram:

- Direcção Regional do Norte da Educação
- Instituto Politécnico do Porto
- Delegação Escolar de Paredes
- Escola Preparatória de Amarante
- Escola Preparatória da Lixa
- Escola Preparatória de Felgueiras
- Escola Secundária de Felgueiras
- INESC Porto
- Companhias de Teatro do Porto
- Câmara Municipal de Amarante
- Câmara Municipal de Felgueiras
- Câmara Municipal de Penafiel
- Câmara Municipal de Paredes
- Hospital de Santo António
- Hospital de S. João
- Hospital de Matosinhos
- Hospital/Centro de Saúde de Felgueiras (visita proibida pelo dr. Manuel Lemos, presidente da ARS do Porto!)
- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia
- Centro Hospitalar do Vale do Sousa
- Hospital de Amarante
- Centro de Saúde de Amarante
- Associação dos Agricultores do Porto
- União Sindical de Felgueiras
- Sindicato da Construção Civil
- Bacia Hidrográfica do Tâmega
- Circunscrição Florestal de Amarante.

PCP



Da Universidade do Porto desapareceram mais de 2 milhões de contos (estavam previstos 2,780 milhões de contos, estão inscritos apenas 720 mil contos). Relativamente ao Politécnico do Porto, a diminuição é de cerca de 1 milhão, sendo apenas 15 mil contos o investimento atribuído para 91.

Saúde

No domínio da Saúde, a queda do investimento é superior a 2 milhões de contos:

- Relativamente à Saúde Mental, desapareceram os investimentos previstos para CS Mental em Penafiel e Gondomar/Valongo;

- Em relação aos Cuidados Primários de Saúde, apesar das graves carências existentes, não está previsto o lançamento de nenhum novo edifício de raiz!

São insuficientes as verbas destinadas aos Centros de Saúde, apesar de ser reconhecido unanimemente que é no distrito do Porto que estão as piores instalações, sendo flagrantes os casos dos CS dos concelhos da Maia, VN

gradados e insuficientes e que, seguramente, entrarão em ruptura antes da abertura dos novos hospitais, caso não sofram obras de conservação e ampliação.

Os hospitais distritais — cuja deterioração é grande, como é o caso de Amarante, não recebem qualquer investimento.

É possível fazer melhor

Na Assembleia da República, os deputados comunistas ao longo do debate já travado sobre o OE/91, têm reclamado e proposto que o Governo reformule as suas propostas, designadamente, que reforce as dotações claramente insuficientes e mantenha os investimentos previstos na região do Porto.

Por outro, pronunciam-se por dotações reais e efectivas para os projectos de maior alcance social, contrariando inscrições ridículas apenas destinadas a servir de base à campanha eleitoral do Governo.

Na AR, o PCP apresentou um conjunto de propostas de alterações ao OE/91, que não constitui um orçamento alter-



Gaia e Valongo, cujas instalações estão muitíssimo degradadas;

- Em relação aos Hospitais, e para além do caso já referido do Centro Hospitalar do Vale do Sousa (tantas vezes prometido e mais uma vez a marcar passo) e da situação do Hospital Maria Pia — ao mesmo tempo exemplar e escandalosa (em 91 rececerá 5 mil contos, quando lhe estavam atribuídos 300 mil, para não falar do milhão de contos prometidos por Cavaco Silva quando visitou o Maria Pia durante a greve geral), a situação é muitíssimo grave e preocupante — não só são reduzidos significativamente os investimentos para VN Gaia como também não há qualquer dotação para as actuais instalações dos Hospitais de Matosinhos e do Vale do Sousa, muito de-

nativo, mas que demonstram que mesmo com base na estrutura orçamental avançada pelo Governo é possível um orçamento melhor e sem agravamento do défice público.

O PCP propôs o reforço do FEF para as autarquias (180 milhões de contos), a duplicação da dotação atribuída à habitação social, o reforço das dotações para a Saúde e a Educação, incluindo as Universidades, (2,5 e 4,8 milhões de contos, respectivamente), a inscrição de meio milhão de contos para o Plano Orientador de Reabilitação e a dotação de 2 milhões de contos para o combate aos fogos florestais, incluindo para o SN Bombeiros, a Protecção Civil e a defesa da floresta, e a inscrição de mais meio milhão de contos para a construção de sedes de Juntas de Freguesia.

Propostas concretas

Relativamente ao distrito do Porto, o PCP apresentou as seguintes propostas:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Início da construção de novos Centros de Saúde nos seguintes concelhos:

- Amarante — 100 000 contos
- V. N. Gaia — 100 000 contos
- Maia — 50 000 contos
- Valongo — 50 000 contos
- Gondomar — 50 000 contos
- Freixo — 20 000 contos

- Melhoria das instalações das urgências dos Hospitais Centrais do Porto — 280 000 contos.
- Melhoria das instalações do Hospital do Vale do Sousa — 100 000 contos.
- Melhoria das instalações do Centro de Saúde de Felgueiras — 100 000 contos.
- Melhoria das instalações do Hospital de Amarante — 100 000 contos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- Construção da Escola Preparatória da Lixa, Felgueiras — 50 000 contos.
- Construção da Escola C+S Grijó, Gaia — 70 000 contos.
- Construção da Escola C+S Avintes, Gaia — 60 000 contos.
- Construção da Escola C+S Sta. Marinha, Gaia — 60 000 contos.
- Construção da Escola C+S Marão, Amarante — 80 000 contos.
- Construção da Escola Preparatória Irene Lisboa, Porto — 50 000 contos.
- Instalação Faculdade de Direito do Porto — 50 000 contos.

MINISTÉRIO DA CULTURA

- Instalação do Museu de Trabalho Industrial no Porto — 15 000 contos.
- Instalação do Museu de Cerâmica em Gaia — 15 000 contos.
- Obras no Auditório Carlos Alberto — 20 000 contos.
- Criação de Cinemateca — 10 000 contos.
- Início recuperação do Mosteiro do Pombeiro, Felgueiras — 15 000 contos.
- Sede da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto — 10 000 contos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Tribunal Judicial de Gaia (início de obra) — 60 000 contos.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- Construção da Pousada da Juventude em Montalto, S. Pedro da Cova — 20 000 contos.
- Recuperação do Centro Histórico de Gaia — 100 000 contos.
- Portos de Abrigo da Afurada e Aguda — 50 000 contos.
- Habitação Social — participação no reforço de verbas de 3 milhões de contos.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

- Despoluição do Rio Leça — 50 000 contos.
- Despoluição do Rio Tinto — 25 000 contos.
- Despoluição do Rio Sousa — 25 000 contos.
- Despoluição do Rio Ferreira — 15 000 contos.
- Programa de Defesa do Litoral da AMP — 60 000 contos.
- Programa de Defesa da Serra Sta. Justa e Valongo — 30 000 contos.
- Plano de Protecção e Reflorestação da Serra do Marão — 60 000 contos.
- Programa de Defesa do Cabedelo e margens da Foz do Douro — 50 000 contos.

Câmara Municipal de Almada

Comunistas lamentam posição do PS

No passado dia 3 foi aprovado na Câmara Municipal de Almada o Plano e o Orçamento para 1991. Os instrumentos aprovados irão contribuir de forma decisiva para um concelho melhor, um futuro de progresso e melhor bem-estar para a população, sublinha a Comissão Concelhia do PCP, que refere mais adiante:

«Foi aprovado o maior Orçamento de sempre no nosso Concelho — 10,3 milhões de contos dos quais importa destacar:

- Construção e Beneficiação do Parque Escolar 365 mil contos
- Rede Municipal de Equipamentos Desportivos 564 mil contos
- Apoio ao Movimento Associativo 100 mil contos
- Apoio aos Bombeiros Voluntários 60 mil contos
- Apoio na Construção de Habitação Social 610 mil contos
- Arruamentos e Caminhos 300 mil contos
- Vias Estruturantes do Concelho mais de 1 milhão de contos
- Participação para as Freguesias 23% do FEF quando a Lei das Finanças Locais obriga a apenas 10%
- Obras de Saneamento Básico 1360 mil contos.»

Este Orçamento — prossegue a Concelhia do PCP — só foi possível elaborar tendo como princípio a participação das Juntas de Freguesia do concelho, da população, em 10 plenários realizados para o efeito, dos trabalhadores e técnicos da Câmara Municipal e durante mais de 60 ho-

ras de trabalho colectivo da vereação camarária.

A Comissão Concelhia de Almada do Partido Comunista Português, reunida após a votação do Plano e Orçamento na Câmara, estranha e lamenta o sentido do voto dos eleitos do Partido Socialista. — Lamenta a posição assumida porque contraria o acordo existente entre o PCP e o PS. — Estranha porque esta posição é tomada sem argumentos válidos e apenas com argumentos políticos-partidários.

Ao abster-se — salientam os comunistas —, o Partido Socialista demonstra querer continuar a partilhar o Poder no que é de bom, e que lhe trás dividendos políticos, e ao mesmo tempo ser oposição e não dá garantias à população deste concelho pois é uma posição de indiferença que nós rejeitamos.

A Concelhia de Almada do PCP não deixa porém de reafirmar a sua total disponibilidade para manter o diálogo aberto e franco com o Partido Socialista no interesse da população do concelho e reafirma o seu total apoio aos eleitos da CDU na Câmara Municipal, na certeza que continuarão a demonstrar firmeza, capacidade, honestidade, trabalho e competência.

O Plano e Orçamento agora aprovado justifica e exige adesão forte e consequente, o Plano e Orçamento reclama determinação e firmeza para o levar por diante com rigor e sem hesitações. Este não é e não será o Plano da indiferença, conclui a Concelhia do PCP.

«Para um Nordeste melhor, PCP — o Partido necessário»

1.ª Assembleia da OR de Bragança no domingo

«Para um Nordeste melhor, PCP — o Partido necessário» é o lema da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Bragança do Partido Comunista Português, que decorrerá no próximo domingo, dia 16, a partir das 10 horas, na Escola Preparatória de Mirandela. São objectivos fundamentais desta Assembleia:

- Debater e aprofundar as principais direcções de trabalho do Partido no distrito de Bragança, nomeadamente as orientações e medidas de di-

recção, organização e frentes de trabalho;

- Preparar a intervenção dos comunistas do distrito tendo em vista o ano de 1991, nomeadamente os actos eleitorais a realizar;

- Eleger a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP.

Estarão presentes na iniciativa e intervirão os camaradas Serafim Brás, da Comissão Executiva Nacional do Comité Central e responsável da DORBA, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do Comité Central.



Trabalhadores

Jornada no Ave

A CGTP reclama medidas contra o aumento do desemprego e em auxílio dos desempregados

Deverá culminar amanhã em Guimarães uma jornada de sensibilização pública de todo o Vale do Ave. Os sindicatos da CGTP, as Uniões de Sindicatos de Braga e do Porto e a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal subscreveram juntamente com a CODDAVE (Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave) um comunicado nesse

do Lanhoso, há outras iniciativas em curso, incluindo contactos com Câmaras, Juntas de Freguesia, empresas e outras forças sociais — anuncia a CODDAVE, que promove a recolha de assinaturas para uma petição dirigida ao Presidente da Assembleia da República e aos ministérios (Indústria, Emprego, Educação, Planeamento, Obras Públicas, Ambiente, Agricultura) no sentido de se pôr em prá-

da concessão do subsídio de desemprego, para que todos os trabalhadores recebam pelo menos o salário mínimo nacional.

Mas essas são apenas algumas das medidas reclamadas ao Governo. A situação é tão grave que obrigou o próprio Primeiro-Ministro a criticar publicamente a ostentação do luxo e do «novo-riquismo» de algum patronato que, nas palavras da CODDAVE continua nomeadamente «a apostar na matriz falida e ultrapassada dos baixos salários».

Aumenta o desemprego

A CGTP chama a atenção para o aumento do desemprego, sem que se assista ao mesmo tempo à protecção dos desempregados. Citando o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Central refere que «do 2.º para o 3.º trimestre de 90 o desemprego pas-

sou de cerca de 227,2 mil trabalhadores para 257,4 mil trabalhadores».

Depois de vários comentários à política do emprego e de protecção dos desempregados, a CGTP sublinhou em 5 do corrente que «tem reivindicado uma melhoria significativa do regime de apoio material aos desempregados», principalmente no que respeita ao aumento dos que se encontram na situação de o receber e «também dos montantes dos subsídios».

Acrescenta no entanto a CGTP que «no decurso das negociações do Acordo Económico e Social o Governo assumiu o compromisso de melhorar o regime social. Porém — acrescenta — se foi lesto em apresentar um pacote legislativo no qual se contam medidas gravosas para os trabalhadores até agora ainda não apresentou qualquer projecto no sentido de concretizar esse compromisso».

3.º Congresso na Construção

Reúne-se amanhã e no próximo sábado em Lisboa o III Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore. A FNSCMM, filiada na CGTP-IN, anunciou a realização deste Congresso sexta-feira passada através do seu conselho nacional.

Os trabalhos decorrerão em quatro sessões, estando a abertura prevista para as 14 horas de amanhã.

A FNSCMM não fornece outros elementos sobre a composição deste Congresso. Além de lema — «Construir em Portugal com justiça social» — enumera apenas os temas dos trabalhos: abertura; discussão e votação do regulamento (um quarto de hora depois); apresentação, discussão e votação do relatório de actividades (15 horas); discussão e deliberação sobre as alterações aos esta-

tutos e aprovação do regulamento eleitoral». A seguir a um intervalo, os trabalhos de sexta-feira recomeçam com a discussão e votação da plataforma de acção, encerrando às 19 horas os trabalhos desta sessão.

Ainda na sexta-feira continua a discussão da plataforma, que será votada. A segunda sessão terminará às 23 e 30.

Sábado, 15, a ordem de trabalhos distribui-se como segue: discussão e votação das reivindicações imediatas e moções, às 9 horas; às 11 eleição do conselho nacional e às 11 e 45 encerramento da 3.ª sessão. A quarta, com o encerramento previsto para as 13 horas, incluirá a apresentação do conselho nacional, uma intervenção da CGTP-IN, às 12 e 15, e um discurso de encerramento às 12 e 45.

A União dos Sindicatos de Lisboa anunciou anteontem uma concentração-desfile para 18 do corrente, às 18 e 30, entre o Rossio e São Bento, numa acção de protesto e reivindicação contra as recentes medidas laborais do Governo.

sentido. Interessando a cerca de 30 mil trabalhadores desses ramos da indústria e à própria zona que vai de Vila do Conde a Fafe, passando por Santo Tirso, Famalicão, Guimarães, Braga e Póvoa

tica um plano integrado de medidas imediatas.

Trata-se para a CODDAVE de combater imediatamente os salários em atraso, da recuperação das empresas paralisadas e do alargamento

ALICERCE

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA CONSTRUÇÃO, MADEIRAS E MÁRMORES
TRIMESTRAL • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • N.º 13 • OUT./DEZ/1990 • AVENÇA

Grande parte do número de Outubro/Dezembro do boletim «Alicerce» da Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore é dedicado à preparação do III Congresso desta organização filiada na CGTP. É dado particular realce à síntese da plataforma de acção. Recorda o boletim que podem participar no Congresso, «em pé de igualdade com os sindicatos filiados», quaisquer outros que representem trabalhadores do sector.

Abalo no LNEC

A orgânica e a dimensão do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) são as mesmas há cerca de vinte anos. Salientando a «excelência da investigação» produzida apesar de tudo, as ORTs (organização representativas dos trabalhadores), incluindo a CT, as comissões sindicais do Sintap e do STFPSA e o delegado sindical do STE, numa nota à comunicação social referem «dificuldades financeiras» criadas na última década à actividade do LNEC.

Transcrevemos na íntegra a nota dos ORTs distribuída recentemente:

«1. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), fundado há mais de 40 anos, afirmou-se como um dos centros mundiais de excelência na investigação em engenharia civil, adquirindo nos anos setenta uma orgânica e dimensão semelhantes às que tem hoje.

«2. Na última década, têm vindo a ser criadas dificuldades financeiras à actividade do LNEC, dificuldades estas que se reflectem negativamente no funcionamento desta Instituição, cujo pessoal tem conseguido manter, e até aumentar, a qualidade e a quantidade do trabalho produzido.

«3. O equipamento de muitos sectores do LNEC é insuficiente, situação inaceitável, dadas as suas funções de investigação, de normalização, de fiscalização e controlo (lembramos que disposições legais recentemente entradas em vigor — O Regulamento de Segurança de Barragens e Marca de Qualidade LNEC) — alargam ainda mais o âmbito e a respon-

sabilidade da actividade do LNEC nas suas funções de fiscalização e controlo de qualidade.

«4. Tem havido ao longo dos anos um empenhamento redobrado dos trabalhadores que conduziu a um acréscimo das receitas próprias da Instituição, superiores às expectativas mais optimistas, insuficientes, no entanto, para fazer face ao constante decréscimo das receitas que obrigatoriamente deveriam provir do OE.

«5. Esta situação tem conduzido a que muitos trabalhadores qualificados, não vendo reconhecido o valor e interesse do seu trabalho, nem sentido qualquer benefício em termos de carreira, vínculos, etc., têm abandonado o LNEC.

«6. O património humano e material, que fez do LNEC uma instituição de vanguarda, embora abalado ainda não está delapidado, sendo por enquanto a instituição nacional melhor preparada para apoiar a Indústria da Construção na difícil fase de integração na Comunidade Económica Europeia, pelo que deve ser preservado e valorizado.

Movimentação nos CTT

Enquanto prossegue a política de entrega de sectores rentáveis e empresas recuperadas do sector empresarial do Estado ao sector privado, os sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores, como aconteceu recentemente nos CTT (foto), protestam contra a retirada de direitos e garantias e reclamam protecção para o emprego designadamente ameaçado pela polivalência e pelas medidas que o

Governo se propõe fazer aprovar no seguimento do acordo negociado no âmbito do CPCS e que como se sabe não foi assinado pela CGTP e pela CAP. Entretanto, na esfera da Administração Pública, no ensino e na Saúde continuam negociações, após algumas paralisações com êxito, por exemplo, no IEF (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Assalariados agrícolas Vila Real quer extensão

Uma extensão através de portaria do contrato colectivo de trabalho (CCT) do concelho de Vila Real aos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro do País tem sido recusada pelo Governo. Na mesma região de Trás-os-Montes, a par de uma campanha sindical contra a nova legislação a ser preparada para regulamentação do trabalho, é de destacar o facto de a Associação dos Pastores Transmontanos ter aprovado recentemente uma decisão destinada a não pagar «as multas que tenham sido aplicadas ou venham a sê-lo» ao abrigo da «famigerada postura municipal».

Exageros

Cerca de centena e meia de pastores reunidos em 21 de Novembro findo em Bragança reclamaram a abolição dos «exageros que a postura contém». Dirigindo-se aos órgãos de comunicação social, a Associação dos Pastores Transmontanos refere diligências efectuadas nesse sentido junto dos órgãos autárquicos. Segundo espera, durante este mês, «as vontades e pareceres positivos até hoje manifestados» devem ser levados à prática pela Assembleia Municipal.

Os pastores transmontanos reclamam ainda outras medidas, designadamente no sentido do pagamento de indemnizações. Deve, por outro lado, reduzir-se a importação excessiva da carne de borrego. Os pastores queixam-se da dificuldade existente no escoamento da produção nacional.

Entretanto, a União dos Sindicatos de Vila Real (USVR) «considera incorrecto que o Governo tente pôr à discussão pública a posterior aprovação o pacote laboral na época natalícia e marcada pelas eleições para a Presidência da República, tentando

desta forma ocultar aos trabalhadores e à opinião pública os graves prejuízos que advêm dessa legislação».

Quanto à portaria de extensão do CCT dos assalariados agrícolas, o respectivo sindicato de Vila Real admite a hipótese do recurso a formas de luta e, entretanto, enviou ao Ministério do Emprego e Segurança Social uma exposição onde é criticada a Direcção Regional de Agricultura «por mostrar falta de vontade política» para reparar uma injustiça, pois o CCT de Vila Real «é perfeitamente suportável para as entidades empregadoras do sector».



Internacional

A lição que chega da Colômbia

Em algumas capitais latino-americanas, a vitória alcançada pela Aliança Democrática M-19 nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de Colômbia foi já definida como o acontecimento político mais importante na história do Continente americano desde a entrada dos combatentes sandinistas em Manágua, em Julho de 1979.

Será exagero, mas é compreensível; o factor emocional pesa nas análises dos partidos e movimentos progressistas latino-americanos perante o êxito eleitoral obtido por uma organização revolucionária cujos militantes lutaram de armas na mão durante um quarto de século contra as forças políticas que acabam de derrotar nas urnas.

Tudo indica, porém, que estas eleições colombianas venham a produzir efeitos complexos e muito profundos em todo o Continente. O resultado surpreendeu os especialistas

do Departamento de Estado: há poucos meses era considerado uma impossibilidade absoluta.

A Colômbia foi governada na prática, desde Bolívar, por dois partidos. Com ou sem ditadura viveu quase ininterruptamente sob estado de sítio. Conservadores e liberais foram e continuam a ser ramos nascidos do tronco da velha oligarquia.

Os EUA tutelaram como quiseram a política colombiana, marcando-lhe o rumo de acordo com as suas conveniências. Nem a conspiração e

o golpe que no início do século levaram à separação da província do Panamá (os EUA queriam ter as mãos livres no futuro canal) afectaram esse relacionamento desigual entre Washington e Bogotá. Foi uma estranha «aliança», caracterizada pela total submissão dos governantes colombianos.

A Casa Branca aprovou diferentemente ditadores como Gomez e Rojas Pinilla, conservadores como Eduardo Santos e Pastrana, liberais como Lopez e Turbay. O panorama que Garcia Marquez esboça em «Cien Años de Soledad» da famosa guerra dos mil dias expressa admiravelmente a realidade social de um país onde na década de 50, após a orgia sangrenta do **bogotazo**, foram assassina- das mais de 200 000 pessoas.

Transformada em santuário

dos barões da droga (com a cumplicidade de sucessivos governos) a Colômbia somente principiou a preocupar Washington quando o consumo da cocaína assumiu nos EUA as proporções de flagelo nacional. O remédio ensaiado para o desafio foi, porém, o reforço da política de intervenção: tropas norte-americanas, a pretexto de dinamizar o combate ao narcotráfico, desembarcaram no país (foram tão mal recebidas que o contingente teve de voltar à procedência). Simultaneamente uma esquadra (com um porta-aviões) fez demonstrações de força no litoral colombiano, enquanto o Pentágono afirmava tratar-se de um bloqueio ao tráfico da cocaína...

Hoje, o presidente Bush tem motivos para estar alarmado. O voto popular na Aliança Democrática M-19 envolve a rejeição do modelo político e económico imposto pelos EUA. Daí a sua enorme significação. As eleições para a Constituinte ocorreram num momento em que nos EUA e na Europa Ocidental os governantes e os partidos no poder proclamam que a história chegou ao fim e não há alternativa para o neo-liberalismo. A era das revoluções teria acabado definitivamente e seria vocação da humanidade viver dividida em classes. A anunciada morte do comunismo e a inviolabilidade do socialismo e da propriedade social significariam a eternidade para o capitalismo ou seja da exploração do homem.

O voto do martirizado povo da Colômbia carrega assim lições importantíssimas.

Neste ano de 1990, quando um terramoto varreu o socia-

lismo de alguns países da Europa Oriental, quando a URSS se afunda numa crise gravíssima e de imprevisíveis desdobramentos — o eleitorado da Colômbia confere o primeiro lugar na sua Constituinte aos candidatos de um movimento que desfralda a bandeira da revolução social, humanista e pacífica, mas que por ela, soube bater-se quando o forçaram a pegar em armas, um movimento que se orgulha em afirmar a sua confiança no socialismo e assume o marxismo como ideologia, reivindicando o legado teórico de Lênine. E não se venha invocar a elevada abstenção para minimizar o significado da derrota de liberais e conservadores. A abstenção foi a do costume, no país mais violento das Américas.

Será a Constituinte instalada? Funcionará?

Qualquer previsão seria prematura e gratuita. A campanha não foi democrática, o que só aumenta o mérito da vitória do M-19. Na Colômbia as liberdades continuaram a ser calcadas aos pés pelos detentores do Poder. Na última campanha presidencial, o candidato da AD-M19, Carlos Pizarro, foi assassinado. O actual líder do M19, António Navarro (também vítima de um atentado que fez dele um quase inválido) teve de dirigir a fase final da campanha da clandestinidade, tantas eram as ameaças dos potenciais matadores.

A avaliar pelas primeiras reacções dos média porteo-americanos, a dimensão desta derrota pode forçar os EUA a reverem a sua estratégia global.

Usando a arma do voto, o M-19 deixou sem argumentos os seus inimigos. Numa sociedade onde o bipartidarismo oligárquico se havia institucionalizado, um movimento marxista demonstrou não temer as regras da democracia pluri-partidária. E o povo votou nele contra os partidos tradicionais.

As consequências dessa escolha assustam com razão o imperialismo. O abalo foi continental. Do México à Terra do Fogo os povos latinos vão tirar lições do que se passou na Colômbia. No momento em que as privatizações galopantes fazem estragos devastadores na Argentina e no Brasil, o **NÃO** colombiano às receitas do capitalismo selvagem aparece como exemplo tentador, mostrando que o desafio ao imperialismo americano e às oligarquias que o representam não é afinal impossível.

A euforia das forças progressistas é naturalíssima. Em Washington alastra, porém, o desalento. A «retaguarda dos EUA está ameaçada» — logo salientaram alguns comentaristas — anteendo que toda a política norte-americana no Terceiro Mundo será afectada pelo resultado da eleição colombiana. Sem excluir o cenário do Golfo e a estratégia do cerco a Cuba.

Afinal, a História não chegou ao fim, contrariamente ao que insistem em anunciar os políticos neo-liberais, arautos da morte (imaginária) das ideologias revolucionárias. A História está apenas a começar.

■ Miguel Urbano Rodrigues

Contra a contra-reforma laboral

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, este fim-de-semana realizadas na Colômbia, abrem um novo período na vida política do país, e terão necessariamente reflexos importantes por toda a América Latina. Tanto mais quanto a Colômbia partilha muitos dos problemas que se vivem noutros países do continente (e não só), agravados embora pelo imenso poder detido nas mãos dos senhores da droga.

Não é por acaso que a palavra de ordem da lista de Unidade de esquerda afirma a exigência do direito à vida. Bem precário na Colômbia. Por via da repressão e dos bandos armados ligados ao poder político e ao poder dos magnatas da droga. Mas também pelas muito comuns razões de natureza socioeconómica.

«Não à contra-reforma laboral», é o título de um comentário inserido recentemente nas páginas da «Voz», jornal dos comunistas colombianos, sobre a situação socioeconómica do país, e que aqui reproduzimos. Testemunho, aliás, do muito que há em comum nas lutas dos trabalhadores por todo o mundo.

Contra-reforma laboral

Desde o início deste ano que o governo e importantes sectores dos capitalistas colombianos fizeram passar ao primeiro plano os objectivos da chamada abertura económica, a internacionalização do capital e a privatização da propriedade estatal. O que corresponde também à crescente pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, no quadro de um reajustamento global da economia capitalista no final do século XX.

O objectivo dessa estratégia é alcançar um alto nível de produção de mercadorias a preços competitivos no mercado mundial. Pressupõe-se que esta entrada num mercado su-

percompetitivo se limitará aos ramos da indústria ligeira de consumo, pois ninguém pensará a sério que poderemos competir com a General Motors nos automóveis ou com a Sony na electrónica.

Há apenas duas vias para alcançar estas metas da burguesia. Antes do mais, entrando na corrida da revolução técnico-científica para modernizar em flecha o aparelho produtivo e alcançar num curto espaço de tempo uma alta competitividade nacional do trabalho. O que significa um elevado nível de investimentos para essa difícil renovação, num momento em que se regista um dos mais baixos índices de capitalização privada e a não utilização de uma significativa percentagem do capital fixo das empresas.

A outra via é a de baixar as receitas dos assalariados, embaratecendo assim o preço da produção como base da competitividade. O que permitirá aumentar as médias dos lucros e, se for caso disso, destinar maiores investimentos empresariais à acumulação com fins de modernização técnica.

À partida, as duas formas referidas conjugam-se e complementam-se. Mas é claro que a segunda é mais expedita e directa. A forma como hoje se apresenta é a da «reforma laboral» geral, sobre que o patronato há anos vinha insistindo.

Neste momento estamos no centro dos debates sobre o alcance dessa «reforma laboral». Governo e patronato estão empenhados numa grande batalha para impor a sua con-

cretização através do projecto de lei apresentado ao parlamento. Solícitos deputados trabalham sem descanso para o levar avante, estreitamente ligados ao gabinete presidencial.

É óbvio que esta verdadeira contra-reforma, de conhecida paternidade, tem como **preocupação central cercear os direitos e conquistas alcançados pelo movimento sindical através de muitas lutas**. No centro da contra-reforma, estão questões muito debatidas as reuniões dos grêmios: supressão do carácter retroactivo de pensões atribuídas a funcionários com mais de 10 anos de serviço; contratos de trabalho a prazo, para obtenção da chamada «mobilidade da mão-de-obra»; formas de iludir o pagamento dos dias de descanso, horas extraordinárias, trabalho nocturno, etc. (...); atribuição, ao «empregador», da faculdade de despedir; maiores dificuldades à actividade sindical, etc.

Se conseguisse alcançar as suas finalidades e anular importantes conquistas sindicais, a burguesia poderia aumentar consideravelmente os seus lucros, limitando as receitas dos operários, ao mesmo tempo que desteria um golpe na organização, estabilidade e dignidade dos trabalhadores. O que não deixaria de se repercutir negativamente nas perspectivas da luta popular, tornando o patronato mais abusivo e insolente.

Por isso, a questão de pôr como primeiro ponto da ordem do dia a **acção unitária, organizada e massiva da classe operária** e das forças progressistas contra este projecto — é vital. Uma classe que não se afirma na luta pelas suas exigências quotidianas e que não defende passo a passo os seus direitos, dificilmente poderá jogar o seu papel na grande batalha pela democracia e por um espaço digno na vida nacional.

Direito à vida exigência central das forças de esquerda

Na Colômbia de hoje não é apenas a defesa dos direitos humanos que está em causa. É a defesa da própria vida. Este o primeiro ponto das propostas que a Unidade de esquerda irá avançar, no Parlamento, como na acção popular.

Em entrevista concedida ao jornal «Voz», em véspera das eleições legislativas agora realizadas, o candidato da União Patriótica, Alfredo Vazquez Carrizosa, presidente do Comité Nacional para a Defesa dos Direitos Humanos, expôs as mais importantes propostas que a lista única vai levar à Assembleia Nacional Constituinte.

Nas palavras de Carrizosa, «o primeiro ponto é o direito à vida. Daí arranca todo o esquema de princípios que se devem inserir na Constituição.

«O direito à vida pressupõe a existência de um Estado Social de Direito, e como tal exige a reforma integral das instituições públicas, para suprimir as normas que anulam o livre desenvolvimento físico e espiritual dos cidadãos.

«Também, a designação de um Procurador Geral Especial para os Direitos Humanos, com capacidade para intervir em todos os assuntos civis e militares da Colômbia.

«Em terceiro lugar, o desmantelamento do artigo 121. A diferença entre a perturbação da ordem externa, que é a guerra fora de fronteiras, e a perturbação de ordem interna, que são manifestações sociais.

«Deve existir um regime especial para as perturbações internas e outro para a guerra externa. Em quarto lugar, creio que deve existir, no direito ao trabalho, um sistema de concertação operário/patrão; não é possível que estas relações se desenvolvam sempre num clima de luta e confrontação, quando estamos à

beira de consagrar uma democracia pluralista».

Na mesma perspectiva, de defesa da vida, o cabeça de lista da Unidade de esquerda, considerou que «o poder judicial necessita ser integralmente transformado e estabelecido na Colômbia. Não temos um poder judicial com garantias suficientes para que possa determinar quem são os assassinos e quem são as vítimas».

Em relação às Forças Armadas, Vazquez Carrizosa defendeu transformações radicais. «As Forças Armadas devem ser dirigidas pelo Presidente da República e estar ao serviço de toda a Nação.

A doutrina de segurança nacional não pode ser aplicada na Colômbia, se se quer reconhecer o equilíbrio dos cidadãos de diferentes ideologias. Os grupos paramilitares devem como tal ser abolidos. Os corpos de polícia não devem ser uma força de combate, mas de protecção dos cidadãos, com fins iminentemente cívicos».

Internacional

ANGOLA

Eduardo dos Santos anuncia profundas transformações

«A paz é um objectivo que tem de ser alcançado a todo o custo» — afirmou o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, quando falava no acto central das comemorações do 34.º aniversário do MPLA, e 13.º da sua transformação em partido. Comemorações que se revestiram de particular significado, pois decorrem num momento de grandes transformações no país, em linhas gerais definidas no III Congresso do MPLA-PT, que encerra os seus trabalhos na véspera.

A exigência de paz foi um ponto saliente do discurso do presidente angolano no comício de Luanda. «O povo angolano tem direito à paz e vai conquistá-la custe o que custar» — frisou o presidente — «Nós não queremos que a guerra se prolongue por muito mais tempo porque o nosso povo já sofreu de mais e a guerra impõe sacrifícios que só servem para agravar ainda mais os seus problemas.»

Em ligação com a premente exigência de paz, Eduardo dos Santos disse que o Congresso recomendara a continuação das conversações de paz, com vigilância, «não aceitando as exigências absurdas da Unita, como a existência de dois exércitos ou a entrega da manutenção da ordem pública à ONU.»

«Se a Unita teimar em continuar com a guerra em vez de seguir o caminho da paz, teremos que nos organizar melhor para dar-lhes a devida resposta militar», advertiu o presidente angolano — «não queremos que angolanos continuem a morrer porque outros angolanos ambiciosos têm sonhos de os explorar, para controlarem em seu próprio benefício» as riquezas do país.

Uma advertência que veio acompanhada de um desafio: «A Unita que tenha a coragem de abandonar as armas, de se integrar na sociedade nova», que vai ser construída.

Uma sociedade nova que passa pela institucionalização de um sistema multipartidário — medida que «pode acelerar a busca da paz, consolidar a unidade nacional e favorecer o rápido desenvolvimento económico e social do país». E pela transformação do próprio partido MPLA-PT.

Referindo-se às alterações no carácter do MPLA-PT, promovidas pelo Congresso agora realizado, Eduardo dos Santos afirmou que «as regras que antes impunham uma escolha demasiado rigorosa das pessoas que queriam ser membros do partido, sobretudo tendo em conta a classe a que pertenciam, foram modificadas».

Esta decisão, disse, foi tomada considerando o papel desempenhado pelo MPLA ao saber mobilizar e organizar todo o povo para a conquista e consolidação da independência nacional.

Para o presidente esta medida vai permitir que importantes camadas da sociedade retomem o seu empen-

hamento de outrora na defesa das conquistas já alcançadas e na resolução dos problemas «com que ainda nos confrontamos».

«Não tinha, de facto, qualquer sentido, nesta etapa histórica, excluir do partido, de forma artificial, com base apenas na ideologia e em critérios demasiado rígidos e exigentes de conduta social, política e económica, milhares e milhares de patriotas honestos, capazes de, com o seu saber e dedicação, contribuir de forma decisiva para a superação de muitos dos obstáculos que entravam o nosso desenvolvimento», disse, acrescentando que eram os camponeses e os intelectuais os que mais dificuldades encontravam no ingresso do partido «por causa desses critérios».

Dentro desta mesma lógica de transformação política, José Eduardo dos Santos exortou os órgãos de informação nacional a «abrirem-se a todas as correntes de pensamento». Sublinhou que a informação nacional deve servir de veículo para o sã debate de ideias, para o confronto pacífico de opiniões, promovendo em paralelo a liberdade de expressão e uma maior responsabilidade de cada um na defesa dos ideais.

Liberdade e responsabilidade que pressupõem uma limitação — «não devem ser toleradas ideias que fomentem a violência ou renovem o racismo, tribalismo e outros factores de divisão que viriam afectar e abalar o equilíbrio ainda frágil do nosso tecido social humano».

MPLA-PT, decisões do Congresso

O III Congresso do MPLA-Partido do Trabalho ratificou a decisão do CC (quando da sua reunião de Outubro), de instauração de uma democracia pluralista em Angola, até Março próximo.

Neste curto período de tempo, a revisão parcial da lei constitucional deverá estar concluída, e aprovada a principal legislação complementar, sobre os partidos políticos, associações, direito de reunião e lei de imprensa.

A revisão parcial deverá também consagrar a institucionalização das forças armadas nacionais, como instituição de Estado e apartidárias.

A futura constituição, cujo projecto foi debatido pelos delegados, será submetida a debate público e outras sensibilidades políticas da sociedade civil com o objectivo de se reunir «o maior consenso nacional», antes da sua aprovação.

O texto constitucional apresentado ao Congresso garante a participação dos partidos políticos na formação dos órgãos do Estado, «através do sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico».

Consagra a despartidarização das Forças Armadas e a sua subordinação aos órgãos de soberania do Estado, bem como a aplicação do reconhecimento e da protecção dos direitos e liberdades pessoais.

Defende explicitamente a inviolabilidade da vida humana, da liberdade de expressão, associação, informação, imprensa, liberdade sindical, direito à greve e proibição do lock out.

A futura lei fundamental defende uma economia mista baseada nas leis do mercado, que salgarde a soberania nacional e garanta a participação mais ampla de todos os cidadãos na recuperação e desenvolvimento da economia.

Sistema económico e relações internacionais

O projecto de revisão constitucional propõe um sistema económico assente na combinação «harmoniosa das forças de mercado com o interesse social».

Enquadrado na perspectiva de uma «economia social de mercado», este sistema vinca o carácter actuante e critico do direito face à realidade social.

O novo sistema proposto, que também defende a con-

corrência leal e restringe a formação de monopólios, vincula o Estado a um programa económico que deverá ser respeitado «como um compromisso para com a sociedade».

«É um sistema económico eficiente, baseado em métodos científicos de gestão, através da conjugação das leis económicas com os mecanismos e instrumentos regulares do mercado» — afirma-se no projecto.

Os seus autores propõem, por outro lado, que o Estado deverá garantir a coexistência de diversos tipos de propriedades, nomeadamente estatal, privada, mista e familiar.

O Estado deverá promover e garantir o desenvolvimento das forças de mercado, bem como a livre circulação de pessoas e bens no espaço nacional. Será protegido o investimento e a propriedade de estrangeiros, e reconhecido o direito à constituição de associações entre agentes económicos.

É consagrado o princípio da propriedade originária da terra.

No quadro das relações internacionais, o III Congresso do MPLA-PT decidiu reforçar e ampliar as suas relações com os partidos membros da Internacional Socialista e da Intercontinental Socialista Democrática.

Os congressistas comprometeram-se a privilegiar relações com os partidos amigos dos «cinco» e foi sublinhada a necessidade de reforçar e diversificar a cooperação com os países da África Austral.

No final dos trabalhos, foi aprovada uma moção de reconhecimento a Cuba pela ajuda internacionalista a Angola.

O Congresso realçou a participação cubana ao lado dos angolanos no combate às «forças coligadas do imperialismo», no limiar da independência nacional.

De recordar que os cubanos chegaram a Angola em 1975, pouco antes da proclamação da independência nacional, a pedido do então presidente Agostinho Neto.

Nos termos do acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul, os soldados cubanos deverão sair totalmente de Angola até Julho de 1991.

«No dia 19 de Dezembro foi assassinado a tiro pela Pide na Rua dos Lusíadas em Alcantara o camarada José Dias Coelho, de 38 anos, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

O crime foi cometido por uma brigada de 5 agentes da Pide que saindo dum automóvel o assaltaram em plena rua, disparando dois tiros contra o nosso camarada. Um tiro à queima-roupa, em pleno peito, deitou-o por terra e outro foi disparado com ele já no chão.

Passou-se isto cerca das 8 horas da noite. Precipitadamente, os assassinos meteram o nosso camarada no automóvel e só duas horas depois o foram entregar, já a expirar, no Hospital da CUF.

(...) José Dias Coelho era um conhecido escultor, com muito prestígio no meio artístico e intelectual. O seu assassinato levantou nestes meios e entre o povo trabalhador a mais viva repulsa e protesto.

Ainda muito jovem, aderiu à Frente Académica Anti-Fascista e mais tarde, já aluno de Belas Artes, fez parte do Mud Juvenil, tendo participado em várias lutas académicas, nomeadamente no movimento de protesto contra a demissão de professores das várias Faculdades, que culminou com a luta contra as forças repressivas na Faculdade de Medicina, em 1947. Foi um dos dirigentes das lutas na sua escola pela Associação Académica, das lutas em defesa da Paz e contra a reunião do Pacto do Atlântico em Lisboa em 1952, pelo que foi expulso da Escola Superior de Belas Artes, proibido de ingressar em qualquer outra faculdade do país, e demitido do seu lugar de professor do Ensino Técnico.

(...) Era um artista cheio de sensibilidade e talento, mas nunca quis dissociar a sua vida de homem, os deveres que lhe impunham os seus elevados ideais, da sua actividade de artista. Por isso sacrificou à sua coerência de vida a carreira artística e ingressou no quadro de funcionários do Partido Comunista.

(«A Pide assassinou José Dias Coelho» - «Avante!», VI série, n.º 312, Janeiro de 1962)

AVANTE!

«Os stops gigantescos levados a cabo pela Polícia de Viação e Trânsito, sendo na aparência apenas operações de utilidade pública, enquadram-se na campanha repressiva desencadeada pelo governo salazarista contra o povo português e causam prejuízos à população. Se a PVT estivesse simplesmente incumbida de procurar carros roubados, não teria mais que vigiar as matrículas ou os carros das marcas dos desaparecidos. Para isso tem postos e brigadas volantes que seriam mais que suficientes. E-se levado a concluir que a actividade em que a PVT tem estado empenhada vai muito para além das suas atribuições. Só isto pode explicar que se organizem stops como aquele a que chamaram «Operação Portugal», que abrangeu a totalidade do país, demorou 27 horas e no qual foram controlados mais de 125 mil carros e mais de 24 mil ciclistas. Já antes, Lisboa e Porto tinham estado submetidas, durante toda uma noite, a stops do mesmo género.

Por outro lado, a desencadeada perseguição que esta polícia tem conduzido contra milhares e milhares de ciclistas, gente do povo que vive cheia de dificuldades, aplicando multas a esmo pelas coisas mais insignificantes, é outro aspecto da actividade reprovável que tem vindo a desempenhar, parecendo que esta polícia deixou de ter qualquer papel na boa marcha do trânsito nas nossas estradas para se dedicar apenas à aplicação de multas e colaborar na acção repressiva do governo.»

(«Os stops da PVT causam prejuízos à população» - «Avante!», VI série, n.º 336, Dezembro de 1963)

Solidariedade com a Palestina

Reunida no passado dia 8, a Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP aprovou uma moção de solidariedade com o povo palestino, que aqui transcrevemos.

O Estado Palestiniano, proclamado e como tal reconhecido há dois anos pela parte mais progressista da comunidade internacional, permanece ocupado por Israel, ponta-de-lança do imperialismo no Médio Oriente.

Fará amanhã, 9 de Dezembro, precisamente três anos que o povo palestino da Cisjordânia, faixa de Gaza e Jerusalém se levantou massivamente contra o opressor. A Intifada é um exemplo de que não é possível dizimar um povo, apagá-lo da face da Terra e da História e perpetuar a agressão, pese as milhares de vítimas que a resposta militar de Israel já provocou: 1380 mortos, 60% dos quais com menos de 16 anos, 64 mil feridos, mais de 100 mil presos!

Na crise do Golfo, e qualquer que venha a ser o seu desfecho, a questão palestina assume-se irredutivelmente como problema fulcral que a procura da paz não pode ignorar, e é um referente por excelência da solidariedade internacionalista que se dá antes mesmo de ser pedida.

Reunida a 8 de Dezembro de 1990, no Barreiro, a III Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP decide:

- Saudar o Povo da Palestina pelo 2.º Aniversário da proclamação do Estado Palestino e pelo 3.º Aniversário do seu heróico levantamento;

- Manifestar a mais fraterna solidariedade ao povo palestino e em especial à OLP, vanguarda da sua luta, para alcançar o reconhecimento dos seus direitos nacionais inalienáveis;

- Exigir do Conselho de Segurança da ONU que faça cumprir as resoluções aprovadas na Assembleia das Nações Unidas relativamente aos territórios árabes ilegalmente ocupados, provando assim, face a acontecimentos de idêntica natureza e gravidade, não ter uma política de dois pesos e duas medidas;

- Apoiar a realização de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Médio Oriente, que termine com a ocupação israelista e abra caminho enfim a um futuro livre para o povo da Palestina e de toda a região.

Viva a Justa Luta da OLP e do Povo da Palestina!
Viva o Internacionalismo Proletário!

Em Foco

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 886

13 de Dezembro de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

MESA REDONDA EMIGRAÇÃO

DAS SETE PARTIDAS AOS QUATRO CANTOS DO MUNDO

Saiados dum Povo que a História regista como tendo jogado as sete partidas, os nossos emigrantes continuam a jogar a sorte e, tantas vezes, a sobrevivência, num planeta por onde se espalharam em número de três milhões e 900 000, em contas actuais e por defeito. Falar deles é abordar este País de frente. Por isso nada mais a propósito da emigração portuguesa que uma mesa-redonda: em ambas se anda à volta, num movimento que parece perpétuo, no primeiro caso, e que foi de conversa fluente, no segundo. Foram protagonistas **José Soeiro**, membro da Comissão Política do CC do PCP, **João Armando**, da Comissão do Partido para o Trabalho entre a Emigração, e **Luís Filipe Garcês**, que viveu cerca de 15 anos na Bélgica, onde se licenciou em Música, leccionando há dois anos nos Concelhos do Seixal e Almada.

O «Seminário do PCP Sobre Questões da Emigração, Hoje», a realizar no próximo fim-de-semana (dia 15) no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, foi um óptimo indicador para a marcação desta já programada mesa-redonda; ir ao Seminário, caro leitor, é uma bela oportunidade de ver amiudado muito do que aqui se diz.



■ **Henrique Custódio**

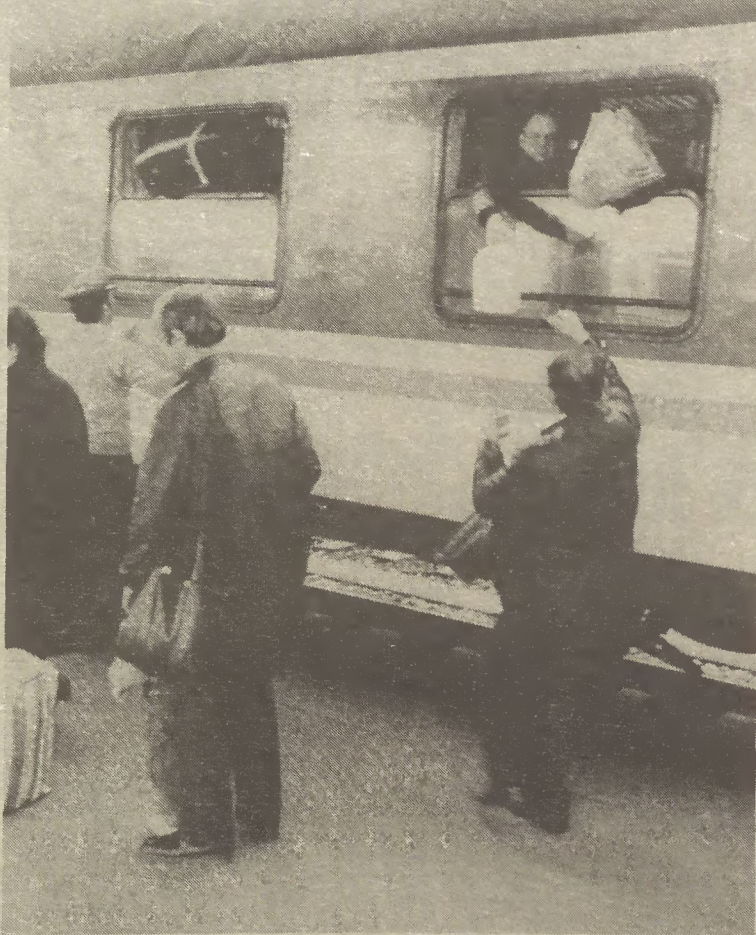
«Avante!» — Genericamente, quais são os objectivos do «Seminário do PCP sobre questões de Emigração, Hoje»; a realizar no próximo fim-de-semana em Lisboa?

João Armando — Há vários. Um deles, por exemplo, tem a ver com a degradação da situação social no País e o seu reflexo na emigração. Outra questão é a política comunitária em matéria de emigração; outro objectivo é a abordagem dos problemas sociais das comunidades portuguesas na emigração e as suas perspectivas, nomeadamente em relação ao regresso. Por último ver-se-á a política do Governo em matéria de emigração. São estes, portanto, os grandes temas do Seminário. É evidente que aparecerão outras questões no meio destas e a elas adjacentes, mas, genericamente, será isto que se abordará no próximo dia 15 na Junta de Freguesia de Alcântara.

José Soeiro — O Seminário não vai ser uma acção isolada do Partido nem tem nada de eleitoralista; trata-se de uma iniciativa, entre muitas, que o Partido realiza em torno desta temática e considerando a importância que a emigração tem na vida do País; poderíamos, aliás, falar durante horas sobre a intervenção do Partido nesta matéria.

Av. — Nesse caso como caracteriza o Partido, hoje, a situação da emigração portuguesa?

J.S. — A emigração não é senão um outro reflexo da degradação da vida dos trabalhadores e das con-



Av. — Mas agora o êxodo repete-se...

J.S. — Sim, voltamos a assistir ao fluxo emigratório, o que significa que os projectos de desenvolvimento do País (ou a ausência deles) reflectem-se directamente na diminuição ou no aumento da emigração.

J.A. — Também tem havido regressos...

Av. — Dado que tens trabalhado directamente com a emigração, como caracterizas então a situação actual, em concreto?

J.A. — É preciso notar que, se a emigração já era uma realidade complexa, hoje é-o muito mais. Por um lado há já uma emigração instalada e permanente, a que saiu do País a partir dos anos 50 e 60; mas mesmo essa vive situações diver-

go 25 000 (quase tantos como a emigração permanente), na RFA 5000, na Bélgica 10 000, na Holanda 3000, na Suíça 30 000. Nos EUA e Canadá há 10 000 em cada um destes países, que são valores muito abaixo da situação clandestina. Gente que vive em condições desumanas de exploração. Tenho aqui uma carta de um emigrante português no Canadá que ilustra bem a situação.

Av. — E como quantifica o Governo português o nosso volume de emigração?

J.A. — Como não podia deixar de ser, tal aumento do fluxo emigratório tinha de se reflectir mesmo nas estatísticas oficiais portuguesas que, em 1984 registavam, no estrangeiro, três milhões e 400 000 portugueses, número que em 1987 já subira para os três milhões e 900 000.

Av. — Um aumento de meio milhão...

J.A. — Exactamente. Mas o que é preocupante é a forma como o Governo português interpreta os novos fenómenos da emigração. Basta pegarmos num exemplo para nos confrontarmos com o chocante da situação: o executivo de Cavaco Silva não reconhece a existência dos 200 000 trabalhadores portugueses a trabalhar clandestinamente em França, quando é o próprio Governo francês a afirmá-lo. Situando a questão na CEE, há aqui um diferendo entre os dois governos: enquanto o Governo português diz que estes trabalhadores estão em França na base da prestação de serviços, ou seja, arregimentados por empresas que contratam, aqui, portugueses para a prestação de serviços lá fora, o que estaria ao abrigo das disposições da CEE, o governo francês não reconhece tal situação. Trata-se de um diferendo resultante dos aspectos dúbios da própria legislação comunitária nesta matéria...

J.S. — O que ilustra bem em que condições os nossos trabalhadores são utilizados...

J.A. — ... e que depois, na prática, não têm regalias especiais, nem sequer direitos sociais e são pagos com salários abaixo do estipulado oficialmente.

Os negreiros

Av. — E quem é que beneficia com essa situação, quer cá, quer lá?

J.S. — Para já quem beneficia sempre e indiscutivelmente é o grande patronato, ao utilizar mão-de-obra muitíssimo mais barata, transformando as suas mercadorias mais concor-

MESA REDONDA EMIGRAÇÃO



lhadores portugueses, que, sendo para todos os efeitos emigrantes, executando trabalhos nas mesmas condições que o fariam na sua própria terra, vão para o estrangeiro viver em condições degradantes, não recebendo, sequer, os subsídios de deslocação pagos no interior do país estrangeiro em que estão a trabalhar; entretanto as empresas que, aqui, os contratam para irem trabalhar numa determinada cidade francesa cobram (e arrecadam) esses subsídios, dando mais qualquer coisa aos trabalhadores nacionais que, assim, recebem um pouco mais do que receberiam em Portugal pelo mesmo desempenho mas que fica muito abaixo, quer do que recebem os trabalhadores franceses, quer do que recebe a empresa que os arregimenta.

Av. — Portanto temos, como grandes lucradores do «negócio», o patronato francês por utilizar mão-de-obra portuguesa mais barata, e os contratadores que, em Portugal, esportulam outra fatia aos próprios vencimentos que os trabalhadores vão receber lá fora...

J.S. — Sim. Lucra quem está a entrar no concurso com mão-de-obra paga três vezes ou cinco vezes abaixo do que se pratica no país em causa — o que lhe permite orçamentar a obra a custos muito inferiores aos dos concorrentes — ganha ainda por estar a fazer o concurso com trabalhadores que não são do próprio país e, portanto, sem encargos sociais, e ganha, naturalmente, a empresa que aqui os contrata. Estamos perante o que justamente chamamos de **escravatura moderna**, um novo negócio que lida exclusivamente com o fornecimento de mão-de-obra barata.

J.A. — A técnica mais praticada passa por empresas que não existem mas têm registo em Portugal, tendo à frente indivíduos que vivem em França e arranjam subempregadas (como é o caso do comboio de Alta Velocidade em França, por exemplo), e que vêm cá contratar gente como se tivessem ganho um concurso.

Jovem: um outro herói

Av. — Filipe Garcês, tu que regressaste há dois anos de uma longa experiência de emigração na Bélgica, como aprecias a evolução da situação?

Luís Filipe Garcês — Estudei e trabalhei em escolas de música, que são uma área específica, mas tive oportunidade de constatar que a questão da língua não é defendida convenientemente, como aliás o atestam abundantemente as queixas dos professores de Português no es-

trangeiro. Verificou-se sempre uma insuficiência de ligação entre o Estado português e os emigrantes nesse aspecto da defesa da própria língua.

Quanto aos estudantes, de uma maneira global, um dos seus problemas tem a ver com a equivalência dos estudos que frequentam (aliás eu próprio fui vítima, na altura, desse esquema negligente). As formações adquiridas no estrangeiro criam uma perspectiva muito escura a todos os estudantes no que toca ao regresso a Portugal e à obtenção de equivalências e de uma valorização, tendo em conta que os estudos adquiridos lá fora são muitas vezes superiores aos feitos aqui.

Av. — Neste quadro, o regresso do jovem ao país de origem dos pais não se problematiza tanto pela falta de familiaridade com Portugal, mas por essa negligência do Governo português em relação aos estudantes.

L.F.G. — Há dificuldades enormes também para a continuação dos estudos em Portugal, o que leva muitos a continuar por lá, mesmo depois do regresso dos pais e, entretanto, a casar e a ficar definitivamente. É esta **perspectiva escura** de que falo e que se coloca ao jovem que quer regressar: como rentabilizar o esforço entretanto feito lá fora, se aqui se levantam tantas dificuldades?

Portanto creio que muitos jovens ficam por lá, não por ligação especial ao país de acolhimento, mas por esta grande interrogação do que fará ou poderá fazer em Portugal.

Em relação ao Português. Os meus filhos frequentaram o Português integrado nas escolas belgas, e ao chegarmos há três anos a Portugal a Direcção Geral impôs, taxativamente, que recuassem (e perdessem...) um ano.

Com estas e outras questões, estou convencido que um dos grandes obstáculos é Portugal continuar a não dar aos portugueses nascidos no estrangeiro, e que querem regressar, uma visão optimista do País.

Este jovem, lá fora, é outro herói: assume a família que continua a trazer a aldeia às costas e ele, que nasceu e cresceu num país com outras características, consegue ou tenta harmonizar estas realidades e sente-se tentado a regressar. Se o Governo português perspectivasse, em termos claros, as condições de regresso, creio que os jovens não ficariam por lá como ficam.

Pensando nos jovens de cá — eu estou ligado à formação de professores do ensino oficial — apercebo-me mais uma vez que o Governo português não está a saber aproveitar as novas condições e apoios financeiros da CEE para canalizar este novo potencial para modificar a situação. Há apenas um consumo de fundos per-



João Armando

Luís Filipe Garcês

José Soeiro

dições de vida da população portuguesa, como, aliás, estudos recentes (e oficiais) testemunham: aumentam as desigualdades e a pobreza e as projecções conhecidas apontam para o acentuar de tudo isto. Entretanto a situação que os nossos emigrantes estão a viver lá fora — e que aqui os nossos camaradas poderão caracterizar de forma mais precisa — não tem nada a ver com o que, agora, está muito na moda afirmar nos discursos: que somos todos cidadãos da Europa, que somos todos iguais e tudo está bem. Numa análise detalhada da situação dos nossos emigrantes verificamos que não é assim.

Av. — Em números redondos, temos neste momento três milhões de portugueses emigrados, mas não se chegou aqui de uma forma linear...

J.S. — Pois não. Podemos dizer que a seguir ao 25 de Abril, a abertura de uma perspectiva diferente para o desenvolvimento do País, as profundas alterações verificadas, não apenas de carácter político mas também de carácter económico, permitiram o regresso de muitos portugueses...

sas, pois é diferente a emigração que se radicou nos EUA ou no Canadá, no Brasil ou na Argentina, da emigração que está em países da Europa. Os seus problemas específicos e a ligação que mantém a Portugal são diferentes.

Outro aspecto é esta nova emigração, uma realidade igualmente complexa.

A nova emigração

J.A. — A nova emigração surge em força a partir de 1985, coincidindo com a entrada de Portugal na CEE e com o acelerar da degradação socioeconómica do nosso país.

Av. — Emigração legal ou clandestina?

J.A. — De ambas, mas em relação à clandestina há dados significativos em que importa reflectir, retirados de informações oficiais dos respectivos países de acolhimento (chamemos-lhes assim...) ou da Comunicação Social. Por exemplo em França os emigrantes clandestinos portugueses rondam os 200 000, em Espanha 45 000, no Luxembur-

didados da CEE através de acções de formação que não têm a preocupação de, efectivamente, formar os professores em relação às novas pedagogias. Os jovens, lá, sabem disto e, portanto, continuam a ter uma perspectiva muito escura em relação ao regresso.

Um lar da Terceira Idade

J.S. — Voltámos às estruturas de base que o País necessita para fazer regressar essa riqueza, esse património do nosso país que são os trabalhadores portugueses que foram obrigados a partir, e, ao mesmo tempo, pôr cobro à sangria, porque não são apenas os jovens de lá que não podem regressar, mas também os de cá que partem. Não havendo condições, o que nós vamos verificando é a transformação do nosso país num gigantesco lar da terceira idade.

Os poucos trabalhadores que cá ficam, segundo a estratégia do Governo que é mandar trabalhadores para fora e padrões para dentro, entregando ao grande capital as estruturas económicas que existem no País, estes servem de chamariz ao grande capital ao serem «fornecidos» como mão-de-obra barata.

O Governo não cria as estruturas económicas que o País necessita e a realidade nacional possibilitaria com outra política e andamos neste círculo vicioso em que a falta de estruturas leva os trabalhadores a partir, com a sua partida ficamos cada vez mais pobres e, portanto, torna-se cada vez mais difícil a perspectiva de regresso.

J.A. — Há aqui um dado curioso, fornecido por um número oficial que, sendo discutível, é em si mesmo significativo: dos 9540 emigrantes que saíram em 1987 com contrato, 5100 eram jovens com menos de 24 anos, o que corresponde a mais de 50%.

J.S. — Ora aí está, uma outra realidade, a dos emigrantes temporários, que aumenta dia a dia. Os cálculos apontam para 150 000, mas hoje é muito difícil acompanhar a mobilidade desses trabalhadores, dadas as facilidades de saída; há-os que já têm contrato do ano anterior, saem por seis meses, nove, dez meses e esses nem sequer adquirem qualquer vínculo, nem cá, nem lá. Trata-se de gente que trabalha toda uma vida e, quando chegar à altura da reforma, não recebe nada de lado nenhum nem tem qualquer regalia ou segurança social. Trata-se, aliás, duma situação para que temos vindo a alertar há muito e para a qual o Governo não encaminha o mínimo esforço de resolução.

O Governo não exige...

J.S. — Creio que a política governamental para a emigração se pode caracterizar por falta de política, na medida em que não há uma orientação nacional de salvaguarda da nossa soberania que assegure, no quadro da divisão internacional do trabalho, uma perspectiva de desenvolvimento harmonioso da nossa economia, que terá de ser a base que permita não apenas fixar a população, como abrir perspectivas para o regresso.

Depois temos a falta de firmeza do Governo de Cavaco Silva nas negociações com outros Estados na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, que se vêem efectiva-

mente sozinhos nos quatro cantos do mundo sem o apoio do Governo para negociar melhores condições de trabalho e melhores contrapartidas. Chegamos ao cúmulo de ouvir dizer a outros Estados que não fazem mais porque o Governo português não o exige!

J.A. — Como acontece, por exemplo, na Suíça.

J.S. — Ou a história dos abonos, com a França. Por nossa iniciativa, conseguiu-se que fosse considerado o pagamento dos abonos aos emigrantes portugueses com valores equivalentes aos dos franceses (e que excediam os praticados em Portugal); pois, após termos conseguido um acordo e uma resolução favorável no plano das instituições comunitárias, é o próprio executivo de Cavaco Silva que acorda com o governo francês a diminuição dessas condições. E exemplos destes temos nós, infelizmente, muitos...

J.A. — De facto o sentimento mais comum entre os portugueses emigrados por esse mundo fora é o de abandono. Sentem-se abandonados. Hoje o Governo procura dar a ideia que já não há emigrantes de garrafão e tralha às costas, que a emigração, é uma «comunidade adulta» onde pontificam empresários e quejandos, que há é que criar «lobbies», grupos de pressão e etc., para extrair a conclusão que a emigração já não precisa do «Estado-protector». Isto é um caminho para se demitir de responsabilidades e abandonar, efectivamente e cada vez mais, os portugueses que labutam no estrangeiro, o que é tanto mais grave quando temos, hoje, qualquer coisa como 400 000 emigrantes que não são reconhecidos pelo próprio Governo...

O Governo demite-se

Av. — Dado que vamos entrar na integração plena a partir de 1993, tal facto não irá melhorar este estado de coisas?

J.A. — Eu diria duas coisas em relação a isso.

Primeiro, esta política de desresponsabilização e abandono prosseguida pelo Governo ainda é mais sentida em relação aos países da CEE, porque remete para a Comunidade os problemas dos emigrantes, e isto é preocupante. A Espanha, por exemplo, que entrou ao mesmo tempo e se rege pelas mesmas cláusulas, tem tido sempre um papel interveniente e reivindicativo, ao contrário do «deixa-andar» que tem caracterizado a actuação do Governo português, que defende esta ideia peregrina: entrámos para a CEE, há comunidades portuguesas constituídas nesses países que já não necessitam do Estado protector, são adultas e já resolvem os seus problemas por si próprias, portanto o que houver a resolver em relação a esses compatriotas... sê-lo-á no âmbito da Comunida-

de, demitindo-se o Governo português do seu papel!

Entretanto os países mais desenvolvidos da CEE há estão a precaver-se contra a livre circulação em 1995, como é o caso da RFA que já está a criar legislação que, nessa altura, expulsará do país qualquer cidadão membro da Comunidade que lá permaneça mais de três meses sem arranjar trabalho...

Em Março deste ano, no encontro da CDU realizado em Paris para as eleições europeias, já reivindicámos a antecipação da livre circulação para 1991, o que permitiria criar alguns mecanismos de protecção, pelo menos em relação aos que já lá estão e que não são clandestinos nem ilegais.

O novo mito

J.S. — Em relação a este novo mito que é a «Europa dos cidadãos» e todo um conjunto de novos conceitos com que os nossos governantes procuram aturdir-nos e que no fundo, e em parte, vão substituindo o que antes caracterizava os seus discursos (o mito do emigrante-herói que se lançava no desconhecido, procurando assim levar os portugueses a aceitar a política desastrosa que era conduzida no País). Agora é o mito da prosperidade, com esta nova «realidade» da «Europa dos cidadãos» e seus derivados propagandísticos, que vão continuar a tentar iludir a realidade brutal em que vivemos.

De facto o que vamos vendo é que prossegue uma política que aumenta as desigualdades subalternizando a componente social face à componente económica (sacrificando os interesses dos trabalhadores aos interesses do grande capital), enquanto continuamos muito longe da garantia dos direitos dos cidadãos, da participação efectiva dos trabalhadores na construção dessa Europa, assistindo-se ao crescimento de manifestações de racismo e de xenofobia que já não atingem apenas as comunidades «extra-europeias», como eles dizem, mas também as nossas comunidades.

Estamos, efectivamente, muito longe dessa Europa que procuram apresentar-nos dourada para os trabalhadores; aliás não é por acaso que aumenta a pobreza na Europa, situação mais gravosa ainda no nosso país — um dinamarquês ganha cinco vezes mais que um português, logo um pobre na Dinamarca tem características diferentes de um pobre em Portugal, dado que se define por «pobre» aquele que ganha metade da média da renda atribuída *per capita* em cada país; portanto em Portugal um pobre é alguém que ganhará qualquer coisa como 10 vezes menos que um dinamarquês — um pobre entre os pobres ou, melhor dito, um miserável.

Dai entendermos que é indispensável lutarmos, quer no âmbito nacio-

nal quer no quadro da Comunidade Europeia, quer no quadro geral do mundo inteiro, para que se criem as condições que permitam aos trabalhadores beneficiarem das condições de dignidade que devem usufruir em qualquer parte do mundo.

Entretanto esta propaganda da «Europa dos cidadãos» no fundo o que mostra é já uma tentativa de silenciar as vozes dos emigrantes dentro da Comunidade e que vivem em condições degradantes em relação aos trabalhadores dos chamados «países de acolhimento». O recente «Forum de emigrantes», realizado nos passados dias 29 e 30, já é uma demonstração disso; aliás, nós, comunistas, denunciámos-lo no Parlamento Europeu, afirmando ser inaceitável que representantes dos emigrantes de países dentro da Comunidade fossem marginalizados a pretexto de que «não poderiam, talvez, já ser considerados emigrantes», dado fazerem parte da Comunidade. Na verdade o que se procura é silenciar a voz desses trabalhadores e esconder as desigualdades que caracterizam as condições em que eles exercem as suas profissões nos respectivos países de acolhimento. Esta é que é, quanto a nós, a questão de fundo.

Assiste-se entretanto a um empenho generalizado para a salvaguarda dos interesses do grande capital (reforço da componente militar europeia, e temos aí a UEO, sistema monetário europeu, etc.), mas onde estão as iniciativas para a componente social? O que há de concreto e programado com o objectivo de criar esse espaço dos trabalhadores nessa Europa social e solidária?

Da desilusão ao desprezo

L.F.G. — Indo ao encontro do que disse o Soeiro, há que considerar esta sangria de portugueses para o estrangeiro como um grande buraco para o desenvolvimento do País, particularmente por sorver um número

crescente de jovens. Nenhum país se desenvolve sem criar condições de fixação à juventude; é a instabilidade e a insegurança que levam os nossos jovens em demanda do estrangeiro, na busca natural do futuro. A insegurança que o Governo cria, ao não resolver questões essenciais como as já abordadas, está também na base deste fluxo emigratório. Já não é só a questão de ir lá fora buscar dinheiro para construir uma casa, muitos procuram também na emigração melhores condições para garantir a formação e o futuro dos filhos. Hoje em dia ninguém imagina o futuro fora de uma formação académica, mas em Portugal há uma dificuldade a acrescentar às decorrentes da própria dificuldade em estudar ou obter equivalências: é o desemprego que ameaça à partida qualquer estudante, ao querer entrar no mundo do trabalho. Tudo isto somado, acho que contribui para o aumento do fluxo emigratório.

Quanto aos jovens que estão no estrangeiro, estou convencido que o Governo aposta é no seu enraizamento nos países de acolhimento e não num regresso, que seria certamente útil e frutuoso para o nosso país. E mais: toda esta geração vai sofrer uma grande desilusão, pela perspectiva de grande desenvolvimento fomentada demagogicamente por este Governo: desilusão por, afinal, não ter emprego, não obter a formação que lhe prometeram, não poder rentabilizar no seu próprio País o esforço que fez, etc.

J.A. — Os emigrantes, todos eles, estão profundamente interessados no desenvolvimento do País, particularmente na sua vertente regional, para que possam fazer um regresso positivo e não continuem a ver-se forçados a retornar aos caminhos da emigração, como continua a acontecer na quase generalidade dos casos.

Outro aspecto que irá ser tratado no Seminário do próximo fim-de-semana é o da segurança social, questão que, como se viu numa reunião com ex-emigrantes realizada no final do mês passado no Montijo, preocupa profundamente os nossos compatriotas que trabalharam ou trabalham no estrangeiro. E há situações deste tipo, como lá foi mostrado: gente que trabalhou em Portugal 15 e 20 anos, outros tantos em França, na RFA, Suíça, etc., e que neste momento e após uma vida inteira de intenso labor, vêem o Governo português a cortar-lhes a reforma no nosso país sob o pretexto de que já a recebem do estrangeiro. Como dizia o Soeiro, o que se está a tratar, oficialmente, ao nível da CEE são só aspectos sobre a união económica, política, monetária, etc., com uma desvalorização deliberada da componente social. ■



Agostinho Lopes Em defesa da Vinha do Douro

A primeira região demarcada do mundo não tem lições a receber de ninguém! O que não poderá significar imobilismo ou falta de iniciativa para responder aos desafios que hoje se colocam aos produtores de vinho, ou desinteresse pelas experiências e conhecimentos de outras regiões vinícolas. Mas não é certamente o aceitar a adaptação acéfala ou cópia esquemática de formas de organização de vitiviniculturas bem sucedidas noutras paragens... Citamos afirmações produzidas por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP em entrevista ao jornal «Notícias do Douro», na sua edição de 29 de Novembro passado. O Douro, a sua vinha e os seus problemas são aí escalpelizados, num extenso depoimento que aqui condensamos.

A necessidade de reforçar o associativismo agrícola na região do Douro, nas diversas expressões que esse associativismo deverá tomar - socioprofissional e cooperativo, na produção, na comercialização dos seus produtos, na aquisição de factores de produção e serviços - foi destacada por Agostinho Lopes, que defendeu a necessidade de reforçar as adegas cooperativas e a sua união, com um objectivo a concretizar: caminhar para a cooperativização de cem por cento dos pequenos e médios agricultores. Constituir-se-iam assim organizações que dariam corpo e voz às reclamações da lavoura duriense ou de algumas das suas expressões sub-regionais, concelhias ou sectoriais junto das diversas instituições e órgãos de soberania. Agostinho Lopes sugeriria mesmo a criação de associações como, por exemplo, a de produtores do vinho generoso moscatel ou a de produtores de vinhos de pasto de Alijó.

Com o apoio das adegas cooperativas, da Casa do Douro e dos serviços do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (MAPA) este movimento associativo seria a forma de não marginalizar e excluir a imensa maioria dos agricultores durienses do acesso às novas técnicas produtivas e aos respectivos ganhos de rentabilidade nas suas explorações.

Exportações pelos produtores

Outras vantagens do associativismo, nas suas diversas modalidades, seriam o permitir aos pequenos e médios agricultores, em princípio, terem acesso a uma comercialização valorizada do seu vinho, a uma compra a bom preço do que precisa para amanho a terra, a uma utilização em boas condições de máquinas e mesmo a um conveniente apoio técnico, bens e serviços, que isolado não conseguiria ou lhe seria extremamente onerosos.

Dando exemplos concretos, Agostinho Lopes referiu-se à situação criada pela Portaria nº 685/82, financiada pelo PDRITM e da autoria de Basílio Horta, repudiada por toda a lavoura e contra a qual o PCP várias vezes se pronunciou. Essa Portaria exigia uma área mínima de três hectares de terra junta. Se nos lembrarmos que a área média por proprietário na região é de um hectare, produzindo menos de dez pipas, tornar-se-ia claro que a grande maioria dos pequenos e médios agricultores estaria excluída desse financiamento caso não se associassem.

Agostinho Lopes considerou mesmo um problema de vida ou de morte a questão do associativismo no Douro, num contexto socioeconómico onde a vida de 30 mil vitivinicultores está suspensa da vontade todo poderosa de 19 grupos multinacionais que dominam o comércio exportador do vinho generoso.

Só um forte movimento associati-

vo socioprofissional poderia assim ter impedido medidas gravosas aplicadas pelos diversos Governos de direita, a degradação dos preços do vinho tratado, o assalto das multinacionais às quintas e às terras do generoso, rompido o monopólio das exportações, e teria evitado a situação aflitiva de muitos viticultores que produzem fundamentalmente vinho de pasto.

Questionado sobre se essas associações de lavradores não poderiam entrar em choque com os poderes da Casa do Douro, Agostinho Lopes considerou que elas terão objectivos próprios de carácter socioprofissional e reivindicativo, com uma intervenção distinta da Casa do Douro, antes ajudando a completar a rede associativa da agricultura duriense. Aliás é de referir que os próprios estatutos da Casa do Douro admitem explicitamente, na composição do Conselho Regional de Vitivinicultores, a inclusão de um membro em representação das associações de vitivinicultores, enquanto a Lei nº 3/89, aprovada pela Assembleia da República que autorizou o Governo a realizar esses estatutos vai mais longe, falando de «representantes» (no plural) das adegas e associações.

Tendo em conta a entrada na CEE, Agostinho Lopes considerou igualmente que o reforço do associativismo se coloca ainda com mais força, já que a própria agricultura de outros países comunitários encontra o seu poder e força produtiva como consequência de uma forte organização, devendo-se analisar a forma como o Douro deveria chegar a esse mercado através de empresas controladas pelos produtores.

Crise ou ficção?

Explicando a quebra de exportação do vinho do Porto, Agostinho Lopes assinala três problemas: em primeiro lugar convirá saber até que ponto essa crise é real, já que ainda vivemos um período curto de tempo e os valores em causa estão ligados somente ao comportamento do importante mercado francês - «gritar é a crise só pode servir para justificar, quanto a mim mal, as pressões dos exportadores para restrições acentuadas ao quantitativo do benefício», afirma Agostinho Lopes. Em segundo lugar é necessário fazer uma reflexão tendo em conta a necessidade de um balanço referente às exportações e produção dos últimos 10/15 anos; saber do consumo interno; saber-se os stocks estão suficientemente repostos; saber das necessidades de reservas/armazenamento em anos de boa qualidade de produção por forma a terminar com a actual lógica que cria este problema: em anos em que há condições para beneficiar mais não se beneficia porque a exportação foi pequena e depois a exportação não cresce por

uma alegada produção insuficiente. Temos ainda de assinalar o grave afunilamento dos mercados externos (95 por cento para a CEE e destes, 40 por cento para a França). Por outro lado continuam a existir nos mercados mundiais imitações de baixa qualidade e baixo preço com a designação «Porto» em países como o Canadá, África do Sul, Austrália e Estados Unidos da América. «É espantosa a incapacidade e insuficiência do Governo perante este escândalo», comenta o dirigente comunista, perguntando se a propósito das negociações do GATT e da liberalização dos mercados agrícolas mundiais pretendida por alguns desses países (EUA e Canadá, por exemplo), alguém do Governo se lembrou de colocar o problema do necessário respeito pelas denominações de origem...

Uma última reflexão constata ser este um resultado natural de uma comercialização que deixou de ser feita por empresas especializadas,

na letra do decreto-lei nº 436/78? Uma empresa cujo núcleo duro seja a União das Adegas?

Hipocrisia e fariseísmo

Sobre este assunto Agostinho Lopes assinala a hipocrisia das casas exportadoras e a cumplicidade do Governo, hipocrisia desenvolvida ao longo de três actos. Um primeiro em que aparece a possibilidade de negócio com a Real Companhia Velha: a Casa do Douro coloca-o ao Governo que não o recusa mas também, ambigualmente, não o aceita. Num segundo acto a Casa do Douro acaba por fechar o negócio e as casas exportadoras começam a protestar alegando ilegalidades (esquecendo que se apropriaram do benefício dos viticultores e plantaram vinhas ilegais). Conseguem assim que a Casa do Douro tenha de largar mão das tarefas de elaboração e fiscalização

não ratificou um decreto-lei nesse sentido proposto pelo Governo.

O Governo não esquece essa derrota, quer fazer esquecer que nunca fez nada através da capacidade técnica dos Serviços Centrais e Regionais do Ministério da Agricultura; esquece-se, por outro lado, de outros pareceres da Procuradoria Geral da República relativamente aos quais não é tão zeloso na aplicação do seu cumprimento: os baldios e a sua gestão, ou ainda o cumprimento dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo no processo da contra-Reforma Agrária, por exemplo.

Questionado sobre qual a sua actualização, caso fosse ministro da Agricultura, Agostinho Lopes lembrou as afirmações do PCP, em Julho de 1986, num debate do Partido promovido em Lamego sobre «O Douro - a vinha e o vinho»: «Somos dos que pensamos que a resolução dos problemas durienses passa pela diver-



como eram as tradicionais casas exportadoras, passando a ser feita por grandes multinacionais que exportam uma vastíssima gama de bebidas, deixando de ter no centro das preocupações o vinho do Porto, mas apenas a lógica da maximização dos lucros no contexto de uma diversificada comercialização de produtos onde o vinho do Porto é apenas... mais um.

Dando uma opinião favorável ao chamado «negócio Casa do Douro-Real Companhia Velha», Agostinho Lopes refere-se ao facto de esta posição do PCP ser coerente com posições anteriormente assumidas no sentido de ser aplicada uma política que rompa o monopólio das casas exportadoras, já que esta negociação abre uma porta para a exportação directa do generoso, a partir da lavoura duriense.

Resta saber como é que será a inserção de uma estrutura com forte presença nos mercados internacionais e dotada de capacidade técnica e de marcas conhecidas, na complexa orgânica institucional da região demarcada e de acordo com as normas legais. E as interrogações surgem: directamente através da Casa do Douro? Através da constituição de uma empresa no sentido e

do cadastro, de distribuição do benefício, da venda de aguardente, etc.

Finalmente, num terceiro acto, o Governo de mãos limpas, consulta a Procuradoria Geral da República que considera existirem no negócio problemas de legalidade formal. O Governo então cria esta situação: ou a Casa do Douro tem que escolher entre a Real Companhia Velha ou as funções delegadas pelo Governo!

E Agostinho Lopes conclui: «o pano, naturalmente, cai com o peso de tanta hipocrisia e fariseísmo». É que o Governo quer esquecer que as pretensões de afastar a Casa do Douro das referidas funções (beneficiando as casas exportadoras) foram derrotadas quando unanimemente a Assembleia da República

sificação da sua produção agrícola (e industrial), e sobretudo pela beneficiação de toda a sua produção vinícola, que a par do generoso tradicional, faça crescer o moscatel e os aperitivos, em conjunto com a produção de alguns vinhos de mesa de altíssima qualidade.

Mas até que se chegue aí, será bom que se defendam os interesses dos obreiros dessa monumental e espantosa escadaria de vinha, os rompedores do xisto, os que fazem as fragas suar (ou chorar!?) vinho: os assalariados agrícolas e os pequenos e médios viticultores do Douro.

Estes não perdoarão a manutenção de uma política que os condena a serem pilhados e colonizados por uma nova espécie de piratas! ■



■ Octávio Teixeira

Orçamento
do Estado 1991

Um orçamento do Estado contra o orçamento dos portugueses

A bordadas que foram, na anterior edição do «Avante!», as «grandes opções» do Governo do PSD para 1991 e o seu antagonismo com a realidade vivida, justifica-se hoje uma abordagem mais circunscrita ao conteúdo efectivo da proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano. Também aqui a característica primeira a realçar é a profunda contradição, a enorme divergência, entre o que é propagandeado pelo Governo e o que ele efectivamente propõe.

Da mentira da inflação...

Os temas básicos da propaganda governamental são conhecidos: por um lado, a inflação baixaria e os salários reais aumentariam tanto ou mais que a produtividade; por outro lado, os impostos sobre os rendimentos do trabalho diminuiriam, aumentariam as despesas (nomeadamente as despesas sociais) e o défice orçamental decresceria.

Mas, como os deputados comunistas demonstraram - com factos e com a prova da prática do Governo - a realidade e a verdade são substancialmente diferentes da propaganda governamental.

No que respeita à inflação, e tendo em conta quer as políticas económica e social do Governo quer a previsível evolução da economia internacional, a previsão do Governo de uma taxa (10,75%) claramente inferior à registada no ano corrente (cerca de 13,3%) não tem qualquer credibilidade, como se pode demonstrar tecnicamente, como foi feito durante o debate na Assembleia da República. A própria Comissão das Comunidades Europeias reconhece que «as optimistas metas governamentais para a inflação perderam credibilidade». E a OCDE vai mais longe, ao prever para a inflação portuguesa em 1991 uma taxa de 13,5%, superior à de 1990. Aliás, a falta de credibilidade, a mentira reiterada do Governo de Cavaco Silva acerca da previsão da inflação, que se repete anualmente, é comprovada pelos factos: no quadriénio 1987/1990, o Governo anunciou taxas de inflação que, acumuladas, somariam os 33%, mas a taxa de inflação acumulada atingiu de facto os 55% !! Mentira que não resulta de erros (técnicos) de previsão, mas que assenta numa vontade, numa opção política do Governo: **a subestimação voluntária da inflação pelo Governo tem por objectivo fundamental tentar limitar as negociações salariais (com o apoio expresso da UGT ao assinar o pacto social com o patronato e o Governo), e assim continuar a lesar os rendimentos dos que vivem do seu trabalho e dos reformados e pensionistas, em benefício dos lucros e das receitas fiscais**, como o mostram as próprias estatísticas oficiais. É, aliás, politicamente significativo que, sendo actualmente o enorme crescimento das margens de lucro a causa fundamental da aceleração da inflação em Portugal (como o reconheceu, na A.R., um vice-governador do Banco de Portugal), o Governo não proponha quaisquer medidas de política para conter o ritmo de crescimento dos lucros, antes se proponha continuar a travar os crescimentos salariais.

...À falsidade da baixa dos impostos...

De igual modo contrariando a propaganda governamental, o Orçamento

do Estado para 1991 agrava a carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho, e procede a um efectivo desagravamento do imposto sobre os lucros (a taxa do IRC passa de 36,5% para 36%), aumentando a já grande injustiça fiscal actualmente existente e mostrando, mais uma vez, os interesses de classe que o Governo e o PSD defendem.

dente aumentaram, pelo menos, ao mesmo ritmo da evolução da massa salarial, que afinal não houve qualquer desagravamento fiscal, e que o Governo cobrou aos trabalhadores mais 58 milhões de contos (mais 20 contos por trabalhador) do que tinha previsto.

Também em 1991 haverá novo aumento real dos impostos pagos pelos que vivem do seu trabalho. E desde logo no IRS. Como o PCP mostrou já, mesmo que os rendimentos salariais aumentem apenas 13,5% (como o pretendem o Governo e o patronato com o

os trabalhadores, para compensarem a taxa efectiva de inflação conseguirem, pela sua luta e a do movimento sindical unitário, aumentos salariais nominais superiores aos 13,5%. Aliás, o próprio Primeiro-Ministro, talvez por inadvertência, confirmou esta perspectiva em recente entrevista na televisão ao afirmar que, e cito de memória, «se um trabalhador recebesse em 1991 o mesmo salário que em 1990 pagaria menos impostos, mas, se aumentasse o salário em 1991, então parabéns mas terá um aumento da carga fiscal».

mais imposto sobre os combustíveis através do aumento dos preços dos transportes, do gás de consumo doméstico e de outros produtos agropecuários e industriais.

...Passando pelo sofisma das despesas sociais

Igualmente no âmbito das despesas o discurso governamental deforma substancialmente a realidade da proposta orçamental, nomeadamente no que se refere à função social do Estado.

E isto é especialmente visível quanto às despesas com a Educação, a Saúde e a Habitação, como o grupo parlamentar do PCP o mostrou no debate orçamental. No que se refere às dotações orçamentais para a Educação e Saúde basta referir que elas aumentam menos que a taxa de inflação previsível, e que os aumentos nominais não chegam, sequer, para pagar os aumentos salariais dos profissionais que trabalham nessas áreas. No que concerne à Habitação a proposta governamental é escandalosa. Só um Governo insensível à realidade social do País e às crescentes dificuldades habitacionais para largos estratos da população, pode continuar a propor a redução drástica das dotações reais para a promoção directa de habitação destinada às camadas que não têm rendimentos para adquirir habitação própria ou para pagar rendas de dezenas de contos. Do mesmo modo que é inaceitável que as dotações para bonificação de juros à aquisição de habitação própria praticamente não aumentem, quando é certo que as taxas de juro, já demasiado elevadas, vão aumentar no próximo ano.

As despesas orçamentais para as funções sociais são bem a demonstração de que o Governo vive de costas para a realidade social do País e apenas se preocupa com o enriquecimento e benefício do grande capital e a restauração dos grupos monopolistas.

Mas há alternativa

O PCP não se limitou, nem se fica, pela denúncia das insuficiências da proposta governamental para o Orçamento do Estado. Apresentou propostas que mostram a possibilidade de se conseguir o aumento das receitas do Estado sem agravar a carga fiscal que incide sobre os que pagam impostos (trabalhadores e empresas produtivas), e de aumentar as despesas sociais sem agravar o défice orçamental. O conjunto articulado dessas propostas assenta, basicamente, na eliminação de uma grande panóplia de benefícios fiscais (isenções, reduções de taxas, etc.) concedidos exclusivamente a instituições e aplicações financeiras e às mais-valias da especulação bolsista. São muitas dezenas de milhões de contos que tais benefícios custam anualmente ao Estado, e que não têm justificação económica nem social.

A possibilidade de uma alternativa orçamental existe e é real. Mas só é concretizável com uma alternativa política ao Governo e à política de direita. Continua a ser essa a questão determinante para a luta das forças democráticas, e que no horizonte próximo se consubstancia em desalojar o PSD do Governo do País.



Aliás, também aqui, e como diz o nosso povo, «pela boca morre o peixe»: já no OE para 1990 o Governo jurava a pés juntos que havia uma redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Agora, os próprios dados fornecidos pelo Governo vêm confirmar que as receitas do IRS sobre os rendimentos do trabalho depen-

apoio da UGT), tanto quanto a inflação possível, não só não haverá desagravamento fiscal digno desse nome para a generalidade dos contribuintes como se registará um forte aumento da carga fiscal para uma larga camada de famílias portuguesas, com rendimentos mensais familiares entre os 175 e os 235 contos. Mas o agravamento será bastante maior e generalizado se

Mas não será apenas pelo IRS que os trabalhadores pagarão mais impostos. O agravamento da carga fiscal verificar-se-á também nos impostos indirectos sobre a cerveja, o vinho e o tabaco, no IVA (o aumento da inflação conduz ao aumento do imposto) e no imposto dos combustíveis - mesmo que não tenham automóvel, os trabalhadores pagarão

REGIONALIZAÇÃO

Governo semeia

novos obstáculos



Grupo Parlamentar acusou o Governo de pretender «retardar, manietar e semear mais obstáculos» ao processo de Regionalização, preparando-se não para fazer nascer as Regiões Administrativas, mas para criar «uma verdadeira jaula» que as encerre, caso estas, apesar da obstrução do PSD, consigam nascer.

A «jaula», para ser mais preciso, aparece consubstanciada sob a forma de proposta de lei e constitui mesmo, na opinião da bancada comunista «uma peça ameaçadora e tortuosa», merecedora por conseguinte da mais completa reprobção.

Recentemente apresentada pelo Governo, cinco anos depois de o processo ter sido desencadeado por um projecto de lei do PCP, a proposta de lei em apreço não podia deixar de suscitar reacções e críticas imediatas por parte da bancada

comunista, que tratou de as explicar detalhadamente em conferência de imprensa, em que participaram os deputados Carlos Brito, João Amaral e Ilda Figueiredo.

Sumariamente, de acordo com a exposição feita aos jornalistas, as

razões para a posição dos parlamentares do PCP decorrem do facto de a Proposta de Lei conceber as Regiões Administrativas como «entes menores e suspeitos», de comportar numerosos expedientes de obstrução do processo, de abundar em ingerências do Governo nas Regiões, de reconfigurar com a criação do Governador Regional «um poderoso instrumento de centralização do Estado» e, por último, de recorrer a «soluções de duvidosa constitucionalidade e, em

muitos casos, de frontal inconstitucionalidade».

Suspeição governamental

Mas vejamos em pormenor e no concreto, alguns casos elucidativos, para os quais foi chamada a atenção, começando precisamente pela menorização e suspeição governamental patentes em todo o articulado, aspecto este que se exprime mais nitidamente quando:

- invocando o princípio de subsidiariedade entala as Regiões, com um papel secundário, entre o Estado e os Municípios (art.º 4.º);
- as expropria de atribuições que lhes estão constitucionalmente conferidas (art.º 19.º);
- reduz e esvazia as competências dos seus órgãos, designadamente a Assembleia Regional (art.º 24.º).

A suspeição vai ao ponto, disse Carlos Brito, de usar o artifício da exigência das Regiões serem factor de coesão nacional, o que nunca esteve em dúvida, para emendar o conceito constitucional da Região Administrativa.

Quanto aos novos expedientes obstrucionistas definidos na Proposta de Lei, eles são particularmente claros quando:

- inconstitucionalmente, exige a maioria absoluta de cada Assembleia Municipal para a aprovação da instituição da Região Administrativa (art.º 13.º);
- estabelece o prazo mínimo de um ano para nova consulta às Assembleias Municipais, no caso da primeira não ter produzido um resultado positivo;
- estabelece o prazo de 180 dias após a primeira eleição da Assembleia Regional para a transferência pelo Governo dos meios necessários ao funcionamento da Região Administrativa, isto é, parece que o Governo quer saber primeiro a cor dos eleitos para ver depois como fará a transferência.

Ingerências escandalosas

Gritantes, na opinião do PCP, são ainda as numerosas e abusivas ingerências na vida das Regiões que o Governo se arroga através desta Proposta de Lei. Citam-se, entre as mais escandalosas:

- Reserva para definição por Decreto-Lei do Governo de toda «a matéria relativa ao funcionamento e competência dos Órgãos Regionais», quando a Constituição estabelece que estas matérias são definidas por Lei da Assembleia da República;
- Obriga à sujeição dos Planos de Desenvolvimento Regional a ratificação governamental (art.º 19.º), quando a Constituição atribui essa competência às Regiões Administrativas;
- Faz depender de Decretos-Lei do Governo, designadamente, os princípios normativos do Plano Regional, as condições de celebração de contratos-programa e a transferência de serviços da Administração Central para a Regional.

A figura do «Governador Civil tra-

vestido de Regional», por sua vez, resume as concepções centralistas e redutoras das liberdades que informam a Proposta de Lei». É tão tipicamente uma figura do passado anterior ao 25 de Abril e comporta tais ameaças à descentralização administrativa que parece um «Frankenstein» saído das páginas do Código Administrativo de Marcello Caetano», assinala o Grupo Parlamentar Comunista.

Basta referir que lhe são conferidos, inconstitucional e ilegalmente, vastos poderes, como:

- o poder de arbitrar conflitos de competência entre órgãos autárquicos, o que a Constituição claramente reserva aos tribunais;
- os poderes de, como autoridade policial, requisitar a intervenção da Força Armada, manifestamente inconstitucional;
- e ainda, poderes excepcionais «em caso de extrema urgência», sem contornos nem limites e fora do enquadramento dos casos constitucionalmente previstos.

Em suma, na perspectiva do PCP, esta figura do «Governador Regional» reflecte bem a omnipresença do Governo em toda a vida das Regiões Administrativas.

Nota de realce, por outro lado, merece o facto de ser falsa a afir-



mação contida no preâmbulo de que este é o primeiro Projecto apresentado em conformidade com a segunda Revisão da Constituição.

Na verdade, como tratou de recordar Carlos Brito, o PCP apresentou, logo após a entrada em vigor do novo texto constitucional, Propostas de Substituição ao seu Projecto de Lei com vista à sua adequação e que estão publicadas no Diário da Assembleia República n.º 16 de 31 de Janeiro de 1990.

Inaceitável, do ponto de vista da bancada comunista, é, por sua vez, o atraso com que o Governo apresenta a sua Proposta de Lei, diploma onde ainda por cima o preâmbulo está manifestamente em desacordo com o articulado.

Fundamentando a afirmação, Carlos Brito assinalou que, enquanto o preâmbulo preconiza a eleição do Presidente da Junta com poder para escolher os restantes membros, escolha esta sujeita a ratificação pela Assembleia Regional, o articulado estabelece a eleição do Órgão no seu todo; enquanto o preâmbulo anuncia a possibilidade de aprovação de moções de censura construtivas, o articulado estabelece o quadro de moções de censura com os efeitos da demissão da Junta e da realização de novas eleições. ■

■ Miguel Urbano Rodrigues



Os EUA no limiar de uma crise de novo tipo

Os EUA estão à beira de uma das maiores crises da sua história bicentenária. Enquanto o presidente Bush enfrenta o dilema resultante da política americana no Golfo, a situação interna agrava-se a cada dia. A recessão que se esboça pode ser o final de um grande ciclo. Nestas semanas em que o medo do futuro cresce, o Governo norte-americano é acusado de envolvimento numa ofensiva sem precedentes contra liberdades e direitos constitucionais.

Em meados de Novembro a produção mundial de petróleo excedia sensivelmente o nível de Julho, numa transparente confirmação de que a subida dos preços resultou de manobras especulativas e não da escassez de combustíveis.

Nos EUA, dissipado o fervor intervencionista das semanas posteriores à invasão do Kuwait pelo Iraque, a popularidade do presidente George Bush cai. As sondagens revelam que os defensores de uma solução negociada para a crise do Golfo são hoje mais numerosos do que os partidários da guerra. O senador Sam Nunn, presidente da Comissão das Forças Armadas no Senado, sintetizou bem a posição do americano médio na resposta dada a uma tirada belicosa do secretário da Defesa: «Se tivermos guerra nunca saberemos se as sanções teriam funcionado, não acha?»

Entretanto, a situação interna agrava-se na grande república. Harry Kaufman, um dos economistas mais prestigiados do país, advertiu em Novembro que a crise económica pode converter-se rapidamente numa crise financeira em consequência do afundamento do mercado imobiliário, da falência das caixas de poupança e previdência, das altas taxas de juro e da incapacidade da banca para responder às exigências da conjuntura.

Na opinião de muitos especialistas, os EUA não se encontram no limiar de uma recessão cíclica similar a outras, mas sim no final de um grande ciclo. A tempestade que se aproxima apresenta-se como fecho de uma época de esbanjamentos que tornou mais evidente a fragilidade da economia norte-americana. O cidadão comum descobre, com amargura e medo, que o seu país perdeu a liderança em sectores fundamentais para o Japão e a Alemanha. Os EUA não conseguem hoje competir com economias baseadas em tecnologias de ponta nem sequer com países de recente industrialização.

Num contexto em que a euforia da era reaganiana cedeu o lugar à insegurança e ao medo do futuro imediato, desenvolvem-se na sociedade norte-americana processos de extraordinária complexidade que escapam ao controlo do presidente, embora a sua política tenha contribuído para os desencadear. Um exemplo concreto: a Casa Branca principia a temer os efeitos sociais do zelo demonstrado pela Administração no combate à droga.

A pretexto da guerra sem quartel contra o narcotráfico, o Governo está hoje envolvido numa ofensiva sem precedentes contra liberdades cívicas garantidas pela Constituição. Meios repressivos que não eram utilizados maciçamente desde o auge do maccartismo, nos anos 50, voltam a ser de rotina.

A tese de Reagan segundo a qual a Justiça norte-americana era excessivamente branda com os traficantes de droga tende a tornar-se doutrina oficial em muitos Estados.

Na prática o endurecimento de alguns governos e polícias estaduais abre a porta a perigosas iniciativas ilegais. Em numerosas cidades, o arbítrio, a violação dos direitos constitucionais, o desrespeito por garantias elementares geram situações comparáveis às da época da caça às bruxas.

O Departamento de Justiça dos EUA dá, aliás, o mau exemplo ao determinar o confisco dos rendimentos dos advogados que defendem traficantes, com o argumento de que os seus serviços foram pagos com dinheiro vindo do narcotráfico.

Essa decisão suscitou polémica nos meios intelectuais e forenses. De modo geral, a imprensa liberal acusa o Executivo de recorrer a métodos que restringem o direito de defesa perante os tribunais.

A violação dos direitos alastra. É um facto. Somente em 1989 quatro milhões de trabalhadores que procuravam emprego foram submetidos por diferentes empresas a fazer teste de que não eram consumidores de drogas. Ora tal prova, segundo os médicos, não merece confiança.

Contudo, esse tipo de exame está a servir não apenas para recusar candidatos, mas também para despedir trabalhadores incómodos, especialmente activistas sindicais.

Relatórios médicos amplamente divulgados demonstram, por exemplo, que uma elevada concentração de melanina (substância comum na pigmentação da pele dos negros) pode em muitos casos falsear o exame antidroga, apontando como fumadores de marijuana pessoas que o não são.

Em Washington e Detroit dezenas de famílias foram expulsas dos seus apartamentos sob a acusação de que alguns dos moradores consumiam drogas.

O uso da delação está a ser estimulado pelas polícias. Em Lewsville, no Texas, as autoridades instituíram um prémio de cem dólares para cada estudante do ensino secundário que proporcione informações que levem à identificação de consumidores ou passadores de droga. O director de uma escola local manifestou mesmo a sua satisfação pela «excelente cooperação prestada pelos estudantes. Alguns — revelou — delataram os seus melhores amigos». O ex-presidente Reagan não hesitou em elogiar uma aluna que informou a polícia de que os pais fumavam marijuana.

Em Julho, a polícia do Estado da Virginia emitiu um apelo à popula-

ção, convidando os cidadãos a denunciarem «vizinhos suspeitos de consumir ou vender drogas».

As pessoas acusadas não podem, naturalmente, defender-se. Mas são logo fichadas como eventuais delinquentes.

Perante a multiplicação de iniciativas tão ostensivamente ilegais e incompatíveis com os princípios éticos que o Executivo diz defender, escritores, jornalistas e políticos de prestígio nacional acusaram já o governo de permitir que a campanha antidroga esteja, na prática, a servir de instrumento à criação de condições favoráveis à militarização da sociedade norte-americana.

Em dez Estados do Sul e do Sudeste, unidades da Guarda Nacional foram mobilizadas para cooperar com as polícias locais em actividades de combate à droga flagrantemente anticonstitucionais. As estatísticas confirmam que os negros e os latinos-americanos são as principais vítimas da ofensiva ilegal. Na cidade de Boston, tão orgulhosa das suas tradições liberais, cresce o racismo; a polícia tem obrigado jovens negros a despir-se nas ruas, a pretexto de que podem ser portadores de droga.

Protestando contra a discriminação, Ron Harris, um destacado colunista, escreveu no «Los Angeles

Times» «a guerra contra as drogas está a transformar-se numa guerra contra os negros» (22.4.90).

Edward Yule, presidente do Sindicato dos Transportes Suburbanos de Long Island em Nova York, expressou a sua opinião sobre as violações em curso neste desabafo: «Se eles não te querem, encontram uma maneira de te despedir acusando-te de consumir drogas».

A União Americana das Liberdades Cívicas lançou recentemente um protesto no qual adverte que «o resultado líquido da guerra contra as drogas é um gradual mas inexorável aumento dos poderes da polícia à custa da liberdade pessoal».

**

Não é apenas o temor do envolvimento do país numa guerra longínqua (os boys vão passar o Natal no deserto árabe) que faz da próxima quadra festiva a mais melancólica das últimas décadas.

A política global de Bush é considerada decepcionante pela maioria dos analistas. Os inquiridos de opinião confirmam que a maioria dos norte-americanos perdeu a confiança no futuro e acha que o actual Presidente não será capaz de inverter o processo de decadência dos EUA como grande potência. O fim da guerra fria e a gravidade da crise que a União Soviética atravessa não compensam o povo dos EUA da quebra de esperança.

A viagem de Bush à América Latina não correspondeu também às expectativas geradas. O sucessor de Ronald Reagan foi recebido sem entusiasmo, quase com indiferença. O presidente levava os bolsos vazios. Pediu muita coisa, mas não ofereceu nada de concreto em troca. O seu discurso não impressionou. Os Cofres do Tesouro estão vazios.

Em Washington recorda-se com saudade o tempo das promessas míticas de Kennedy. Parece que decorreu um século desde que a Nação se deixou empolgar pela ilusão de que um futuro maravilhoso estava ao seu alcance e que a Nova Fronteira poderia ser ultrapassada se o povo reasseguresse as virtudes dos pais da Pátria...

Os EUA, promessa de novo paraíso, tornaram-se uma terra de sombras, um império poderoso em decadência, sem um projecto mobilizador.

A cada dia que passa, os norte-americanos apercebem-se da extraordinária complexidade da crise que se abate sobre o seu país. Os EUA não estão em condições de tirar os benefícios (que durante décadas povoaram de sonhos o imaginário americano) do terramoto que destróçou o socialismo na Europa Oriental. Num contexto diferente, valores e ideias do sistema económico norte-americano que se julgava terem uma solidez granítica estão também a desmoronar-se. ■



Parabéns

Esta veio no «Independente» e é das tais que prescinde comentários. Ora vejam: «Mário Soares faz anos e fá-los bem: a 100 contos por cabeça convidada. O MASP, além da festa que se seguia ao debate televisivo, resolveu organizar um jantar de aniversário como recolha de fundos para a campanha de Soares. Vai daí, da sede da candidatura mandam uma carta-circular a umas centenas de eleitos, incluindo aos assessores de Soares e aos próprios dirigentes do MASP. A carta convida-os a comparecer no jantar de anos, mediante o pagamento da módica quantia de cem mil escudos. O presente obrigatório do Presidente. A comissão política do MASP, entretanto, não achou graça nenhuma e zangou-se. Jorge Sampaio e Manuel José Homem de Melo, por exemplo, pagam mas não vão. Parabéns a você (...)

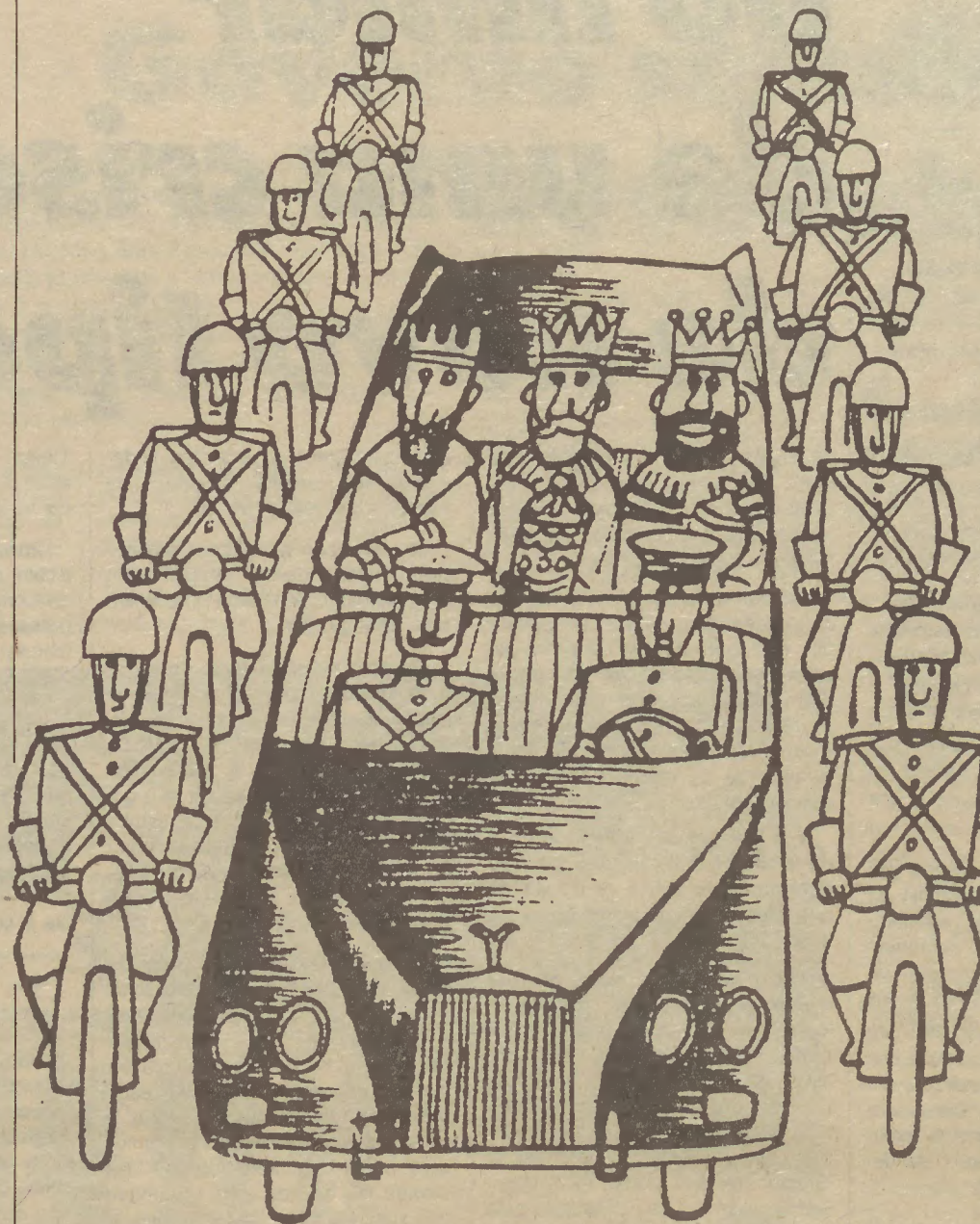
Basílio nos Açores

Basílio Horta, depois de assumir a sua nostalgia pelas «províncias ultramarinas» que os «nossos militares» de então «defenderam patrioticamente», deslocou-se aos Açores para os considerar «um dos problemas mais sérios que Portugal tem de enfrentar nos próximos anos». E destacou os três planos que, na sua óptica, tornam os Açores privilegiados: a sua dimensão atlântica, o seu lugar na defesa nacional e a sua importância geoestratégica nas estruturas das Forças Armadas. Será que o homem, baralhado com o evidente atlantismo da Região Autónoma dos Açores, quer agora partir de lá à reconquista do Império? Ou, pura e simplesmente, está a confundir o belo arquipélago açoriano como uma derradeira... «província ultramarina»?

Almoços

Um grupo de militantes sociais-democratas de Aveiro vai promover amanhã «um jantar de apoio e solidariedade» ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, uma iniciativa que «visa homenagear um homem íntegro e honesto que tem vindo a ser injustamente atacado por alguma Imprensa», pensando os organizadores reunir mais de 700 pessoas «numa manifestação que não deixe dúvidas a ninguém sobre o apoio de que Oliveira e Costa goza no Distrito». E o que ele goza no País?!...

Pontos Cardeais



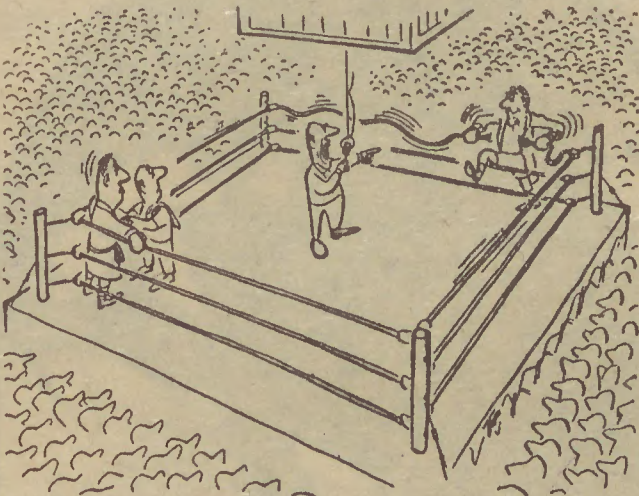
De terceira

O Conselho de Ministros da Agricultura da CEE aprovou um «pacote» de medidas de transição da agricultura portuguesa para os próximos cinco anos onde fomos «contemplados» com duas medidas de protecção — uma para as cebolas, alhos, maçãs e Taranjas, outra para carnes, leites e vinho, numa confusão que não se percebe quem protege o quê. Entretanto foi introduzida uma cláusula curiosa, que diz que os «Doze» nos deixam comercializar produtos hortofrutícolas de terceira categoria, quando se sabe que a comercialização desta categoria de produtos está proibida nos restantes países da Comunidade. Pelos vistos, para a CEE, nem membro de segunda chegamos a ser. Vá lá de terceira...

O rei

O recém-eleito presidente da Polónia, Lech Walesa, reeditando uma prática seguida durante séculos pelos reis polacos, prestou juramento de fidelidade perante o ícone da Virgem Negra de Czestichowa.

Que Walesa se fie na Virgem, é lá com ele e só demonstra que não tem a sabedoria do povo português, que acha mais fiável correr que ficar à espera do divino, mas que ande tão entusiasmado consigo próprio ao ponto de querer ser como os reis, é capaz de ser uma grande falta de... solidariedade.



Gazetilha

por **Ignotus Sum**

«Transparência» bancária

Transparência? Transparência? Transparência é transferência? Desculpe Vossa Excelência desculpe Vossa Insolência onde está a transparência a que se faz referência saliência, reverência? Transparência é aldrabância? Ou será lugartenência? E assim que distância há entre a simples aparência metida na transparência da venda do BPA?

Que mistério, que indecência no BPA haverá?

Habilidade bancária

Queres comprar um Banco um Banco que era do Estado e não tens para o solavanco basto dinheiro guardado arrecadado dentro ou fora do país aproveitado?

Queres e não tens vintém? Pois escuta-me bem.

Vais ao banco em questão e fazes um empréstimo elevado tu recebes a massa no balcão saltas o barranco e com o tal dinheiro então compras o dito Banco...

Santo Cristo!

Sê franco: há negócio mais fácil do que isto?...

Confusão bancária

Não sei quê, Belmiro, Tertir, Interfina, lá vai mais um tiro ao virar da esquina, se não for Belmiro seja lá quem for que misture as tintas os Quintas e Quintas ou a Anapor seja lá quem for para dar o tiro com a maioria Tertir ou Belmiro ou o Mota & Cia.

... Vamos, entrem logo, façam o vosso jogo!

Negociatas bancárias

São três bancos, três lambões particulares com lucros não aos milhares mas aos milhões.

Investem de alma e coração os tais milhões na especulação com estranhas alianças tantas, tais, que lhes concedem as Finanças benefícios fiscais.

E assim em vez de alguns milhões de contos pagam de imposto uns poucos parques pontos...

Agora diga lá Cavaco se há razão para não aumentar aos pobres a pensão...

Pobreza «bancária»

Bancos? Está tudo bem. Também acho, pra ser franco, que os pobres que somos, têm direito a terem seu banco.

Um banco assente no estrado longe dos ventos adversos. Sim, é num banco sentado que o poeta escreve estes versos...



Agenda

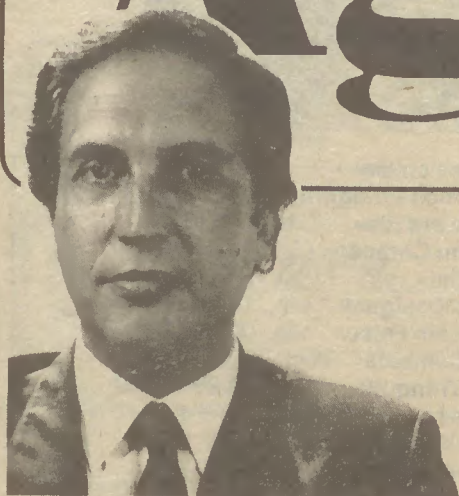
Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 886

13 de Dezembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**Carlos
Carvalho**

**Portugal
pode ser
Melhor!**

Anos 90

Quinta-feira, 13

Lisboa

● Encontro com estudantes do **Instituto Superior de Economia**, a partir das 12.30. Carlos Carvalho almoça na cantina do ISE e, após breve visita às instalações, participa num debate.

● Participa à noite no debate sobre **O Programa Ciência e o financiamento da I&D em Portugal**, que tem início às 21.30 no Instituto Superior Técnico (sala G3).

Sexta-feira, 14

Oeiras/Cascais

● Encontro com os trabalhadores dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Oeiras no **Espargal/Paço d'Arcos** - às 7.30.

● Em **Algés**: visita ao **Mercado** às 10.15; ao **Infantário 25 de Abril** às 11.00; a partir das 12.00, almoço com apoiantes na **URPIA** (R. dos Anjos, 23).

● Visita às instalações dos Serviços Municipalizados da **CM de Cascais** - às 13.30 - e encontro com representantes dos órgãos de comunicação do concelho na Cooperativa Linha do Estoril, na Parede.

Sábado, 15

Coimbra

● Encontro com o Reitor da **Universidade de Coimbra** - às 11.00.

● A partir das 15.00, Carlos Carvalho participa no Encontro do PCP sobre **Os Problemas do Ensino Superior** que se realiza na Faculdade de Ciências, intervindo na sessão de encerramento.

● Às 19.30: **jantar-convívio** na Cantina A da Universidade.

Domingo, 16

Distrito de Coimbra

● Em **S. João do Campo**: encontro com a Junta de Freguesia e visita (às 10.30) ao Mercado; **almoço-convívio** ao ar livre, no Largo da Cruz.

● Na cidade de **Coimbra**: participação e intervenção (cerca das 18.00) no seminário sobre **Problemas de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Coimbra**, a decorrer no salão das Piscinas Municipais.

Segunda, 17

Lisboa

● Em **Encontro com Desportistas** - no Hotel Berna (Sala Caparica) às 19.00 - Carlos Carvalho fará uma declaração sobre «Uma política desportiva para um Portugal melhor».

Terça, 18

Distrito de Beja

● Em **Serpa**: visita à Câmara Municipal, às 11.00, seguindo-se visita à **Herdade da Lage**, exploração agrícola privada, e almoço - às 13.00 - com apoiantes e representantes da Comunicação Social local no Restaurante das Piscinas.

● Em **Beja**: visita à Câmara Municipal e encontro com estruturas locais (a partir das 15.00). No Parque de Materiais da Câmara Municipal: visita às instalações e encontro com os trabalhadores. Às 18.00, encontro com representantes da Comunicação Social local no restaurante Luís da Rocha.

● Em **Aljustrel**, às 20.30: **sessão pública no Sindicato Mineiro**.

Quarta, 19

Lisboa

● Encontro com dirigentes de **associações juvenis** - no café Chiado, às 18.30

LOURES

Jantar-convívio com Álvaro Cunhal

Promovido pela Comissão
Concelhia de Loures no
Refeitório da Câmara Municipal

2.ª-feira às 19.30

COIMBRA

Encontro do PCP sobre problemas do Ensino Superior

promovido pela Comissão
para as questões da Educação
e do Ensino do PCP

Participação de
Carlos Carvalho

Sábado a partir das 11.00 na Sala 1
do Departamento de Química da Faculdade
de Ciências (r/c)

Seminário do PCP: Questões da Emigração, Hoje

Sábado a partir das 10.00
Lisboa — Junta de Freguesia
de Alcântara

Debate

**O Programa CIÊNCIA
e o financiamento
da I&D em Portugal**
promovido pela Comissão
para as questões da Ciência
e da Tecnologia do PCP

Participação de Carlos Carvalho

Hoje às 21.30
no Instituto Superior Técnico (sala G3)



Assembleias das Organizações Regionais do PCP

LISBOA

2.ª Assembleia da ORL

Sexta-feira a partir das 21.30
Sábado a partir das 10.30
no Cinema D. João V, na Damaia

Participação de **Álvaro Cunhal**, que intervém
na sessão pública de encerramento (sábado às
18.00)

BRAGANÇA

1.ª Assembleia da Organização Regional

Domingo a partir das 10.00
na Escola Preparatória
de Mirandela

Participação dos camaradas
Serafim Brás e Agostinho Lopes

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model (36º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Pisca-Pisca
14.25 - Primeira Matinée - «Pecados de Família», real. Jerrold Freedman (EUA/1987, 100 min.)
16.10 - Ponto Por Ponto
16.50 - O Estado da Europa (série, 1º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.40 - Roda da Sorte (62ª sessão)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta (34º epis.)
21.15 - Desenhos Animados
21.25 - O Melhor de «Euronico»
22.25 - Primeira Página Especial
23.25 - Twin Peaks (4º epis.)
00.20 - 24 Horas
00.50 - Boletim meteorológico
00.55 - Remate

RTP2

12.00 - A Força Astral (13º epis.)
12.40 - Filhos e Filhas (614º epis.)
13.05 - Jerry Lewis (13º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Aventura (13º epis.)
16.20 - A Ilha das Borboletas (6º epis.)
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.35 - O Menino Doutor (24º epis.)
19.00 - Ti-ti-ti (83º epis.)
19.25 - Clrco
19.45 - Via Rápida
20.00 - Regiões Magazine
20.45 - Dick Tracy (61º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Dramazine
22.00 - Fora de Jogo
22.55 - Cineclube - «Três Modernos Peregrinos», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBR/1944, 119 min.)
01.00 - Boletim meteorológico

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Pisca-Pisca
14.15 - Primeira Matinée - «Quando Ela era Ele», real. Vincente Minnelli,

interpr. Tony Curtis, Debbie Reynolds, (EUA/1964, 117 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Transantártica (6º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.25 - Sessão da Noite - «Um Lugar no Coração», real. Robert Benton (EUA/1984, 111 min.)
23.25 - Chefe, Mas Pouco (43º epis.)
23.55 - 24 Horas
00.25 - Boletim meteorológico
00.30 - Remate
00.55 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (13º epis.)

RTP2

12.00 - Universo Juvenil (4º epis.)
12.25 - Documnetário
12.40 - Filhos e Filhas



13.25 - Armação Ilimitada (20º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - O Mundo do Coral (4º epis.)
16.20 - Novos Horizontes
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.35 - Charlot (12º progr.)
19.00 - Ti-ti-ti
19.25 - Circo
19.45 - Via Rápida
20.00 - Nunca Mais é Sábado
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - A Tenda dos Milagres (13º epis.)
22.10 - Rotações
23.10 - Pop-Off
23.40 - As Teias da Lei (6º epis.)
00.25 - Boletim meteorológico

Sábado
RTP1

09.00 - À Mão de Semear
09.25 - Canal Jovem
13.00 - Encontro à Uma
13.55 - Os Melhores Anos (13º epis.)
14.20 - Musical: «Diamonds Awards» (2ª parte)
15.15 - Grandes Viagens (5º epis.)
16.15 - Primeira Matinée - «Matrimónio Desigual», real. Joan Tewkesbury (EUA/1989, 100 min.)

17.55 - A Magia de Paul Daniels
18.30 - Fogo Grego
18.55 - Hooperman (12º epis.)
19.20 - TVer
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado



21.30 - Napoleão e a Europa (6º e últ. epis.)
22.30 - Casa Cheia (concurso)



23.20 - Tanamera (3º epis.)
00.10 - Última Sessão - «Movimento em Falso», real. Wim Wenders (EUA/1975, 99 min.)

RTP2

09.00 - Universidade Aberta
10.15 - Fora de Horas
10.55 - National Geographic (19º epis.)
11.50 - Forum Musical
13.00 - Agarra o 2
14.00 - Cine-Sábado - «Forte Apache», real. John Ford, interpr. Henry Fonda, John Wayne (EUA/1948, 122 min.)
16.00 - Estádio
18.30 - Jornal Fim-de-Semana
19.00 - Arca de Noé (concurso)
19.45 - Clube Paraíso (5º epis.)
20.35 - Tauromaquia
21.00 - Estádio
24.00 - GNR no Coliseu
01.00 - Dinheiro do Céu (2º epis.)
01.50 - Boletim meteorológico

Domingo
RTP1

09.00 - Canal Jovem
11.30 - Missa
12.25 - 70x7
13.00 - Notícias
13.15 - Os Gophers (13º epis.)
13.40 - Fronteiras (5º epis.)
14.30 - Mapa Cor de Rock

musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

Para crianças

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16; dom. às 11. Cada Macaco no seu Galho, pelo Grupo Os Papa-Léguas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada. Sala Estúdio - 3ª a sáb. às 19.00, dom. às 15. **Amor a Quanto Obrigas**, de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite - Pelo Teatro de Almada.

LOURES

Teatro da Malaposta, R. de Angola, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Oso de Mafoma**, de António de Macedo, encen. José Martins.

Teatro Maizum, Rua Poais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teia**, de Graça Gonçalves, encen. Silvina Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazaré Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Casa de Boneca**, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Muito Barulho Por Nada**, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virgínia Woolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala 1 - Um Elétrico Chamado Desejo**, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Tóres**, de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16: **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16. **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro O Cartaz


Filmes

«Pecados de Família» - 5ª, 14.25, RTP-1
«Três Modernos Peregrinos» - 5ª, 22.55, RTP-2
«Quando Ela era Ele» - 6ª, 14.15, RTP-1
«Um Lugar no Coração» - 6ª, 21.20, RTP-1
«Forte Apache» - sáb., 14.00, RTP-2
«Matrimónio Desigual» - sáb., 16.15, RTP-1
«Movimento em Falso» - sáb., 00.15, RTP-1
«O Grande Combate» - dom., 15.25, RTP-1
«O Homem Tranquilo» - dom., 22.25, RTP-2
«Quase Sem Natal» - 2ª, 14.30, RTP-1
«Casei com Wyatt Earp» - 3ª, 14.40, RTP-1
«Caminho para Dois» - 4ª, 14.25, RTP-1
«O Homem das Estrelas» - 4ª, 21.40, RTP-1

Teatro

«Dulcinea ou a Última Aventura de D. Quixote» - 2ª, 22.20, RTP-2

Música

Quinta
19.45, RTP-2: Via Rápida

Sexta
19.45, RTP-2: Via Rápida
23.10, RTP-2: Pop-Off

Sábado
11.50, RTP-2: Forum Musical
14.20, RTP-1: Diamonds Awards - II
24.00, RTP-2: GNR no Coliseu

Domingo
09.00, RTP-2: Outras Músicas
14.30, RTP-1: Mapa Cor de Rock

Segunda
19.40, RTP-2: Via Rápida

Terça
13.05, RTP-2: Variedades no Teatro Apollo
19.40, RTP-2: Via Rápida

Quarta
19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.55), 6ª (00.30), 2ª (00.55), 3ª (00.30), 4ª (00.25)
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.10
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
Troféu - RTP-2, dom., 13.00

21.20 - Telefilme - «Um Cadáver de Sobremesa», real. Eileen Brennan (EUA/1976)
22.20 - Primeira Página
23.15 - Allô, Allô (13º epis.)
23.50 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 - Documentário
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Variedades no Teatro Apollo (3º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Viajando pelo Mundo (14º epis.)
16.20 - Os Henderson (16º epis.)
16.40 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Tribunal de Júri (5º epis.)
18.55 - Ti-Ti-Ti
19.20 - Via Rápida
19.30 - Clássicos da TV - «O Polvo»
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemazine
21.55 - Cinemadois - «A Minha Bela Lavandaria», real. Stephen Frears (GBR/1985, 94 min.)
23.30 - Especial Desporto

Quarta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.45 - Culinária

12.05 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Pisca-Pisca
14.25 - Primeira Matinée - «Caminho para Dois», real. Stanley Donen, interpr. Albert Finney, Audrey Hepburn (EUA/1966, 111 min.)
16.10 - Ponto Por Ponto
16.50 - O Corpo Humano (14º epis.)
17.20 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.50 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Tieta
21.10 - Desenhos Animados
21.20 - Vamos Jogar no Totobola
21.40 - Lotação Esgotada - «Starman - O Homem das Estrelas», real. John Carpenter (EUA/1984, 115 min.)
00.05 - 24 Horas
00.40 - Remate

RTP2

12.00 - Os Centuriões
12.25 - Documentário
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Lutar para Vencer (8º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Madeira - Cá entre nós
16.55 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Rainhas de Beleza (4º epis.)
18.55 - Ti-Ti-Ti
19.20 - Via Rápida
19.30 - Clássicos da TV - «O Polvo»
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.25 - Especial Desporto

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Amar-te-ei Até Te Matar	—	★★★	—	★★★
B	Fantasia	—	★★★	★★★★	★★★★★
C	Non ou A Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	★★	★★★
E	Tudo Bons Rapazes	—	★★	★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Lawrence Kasdan — **Fonte Nova/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), **Quarteto/4** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — **Lisboa**.
 B — Real. Walt Disney — **Forum Picoas/2** (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00), **King Triplex/1** (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — **Lisboa**.
 C — Real. Manoel de Oliveira — **King Triplex/3** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa**.
 D — Real. Philip Kaufman — **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — **Lisboa**.
 E — Real. Martin Scorsese — **Alfa/4** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Amoreiras/6** (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), **Fonte Nova/1** (14.00, 16.40, 19.15, 21.45), **Quarteto/2** (14.15, 17.00, 20.00, 22.30) — **Lisboa**.

ANTOLOGIA

SABES O QUE
TE DIGO PA' ?
NÃO ÉS MAIS DO
QUE UM PORCO
CAPITALISTA
ALIENADO PELA
SOCIEDADE
DE CONSUMO



GAYO (Espanha) in «La Codorniz» n.º 1654 — Dezembro 1973

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

No encerramento dos Festivais de Lisboa 1990 realizam-se hoje e amanhã no S. Luís dois concertos pela Orquestra Sinfónica de Budapeste dirigida por Manfred Ramin, o último dos quais com a participação da cantora Ileana Cotrubas. As 21.30.

Na Gulbenkian uma outra cantora, a soprano Felicity Lott, acompanhada pela Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Bishop-Kovachich: hoje, no Grande Auditório, 21.30, com obras de Wagner, Richard Strauss e Brahms e amanhã, às 18.30, com o mesmo programa.

Na mesma sala mas na segunda-feira, às 18.30, um concerto pelo Trio Da Vinci (Max Rabinovitch, Donald McCall, Elizabeth Allen), que interpreta obras de Schubert e Mendelssohn.

Na Basílica da Estrela realiza-se na quarta-feira, dia 19, às 21.30, um concerto durante o qual serão interpretados a **Missa da Criação**, de Haydn, e **Lauda Slon**, de Mendelssohn.

Intérpretes: Coro Gulbenkian e Orquestra Gulbenkian e os cantores Lorna Anderson, Neil Mackie e Harry Peters, com direcção do maestro Michel Corboz.

Os bilhetes para o concerto na Basílica da Estrela custam 900\$00 e podem ser adquiridos nas bilheteiras da Fundação Gulbenkian, ou no local uma hora antes do início.

Ópera

No Teatro de S. Carlos representa-se nos dias 13 e 19 às 20.30 e no dia 16 às 16.00 a ópera **Mefistofele**, com libreto e música de Arrigo Boito, uma produção do Teatro Lírico Nacional de Madrid com o concurso de intérpretes espanhóis e portugueses.

Este espectáculo estreou no início da semana e é o primeiro da temporada de ópera 90-91.

Dança

A Companhia de Dança de Lisboa está a cumprir uma pequena



na série de espectáculos na Sala Polivalente do Centro Nacional de Cultura (Rua António Maria Cardoso, ao Chiado), preenchidos com a interpretação de **A Bailarina do Mar**, uma coreografia de Paula Massano. Durante esta semana, um só espectáculo: segunda-feira às 21.30.

Cinema

No cinema Londres prossegue na próxima terça-feira às 19.00 com o filme **A Fantástica Aventura do Barão**, de Terry Gilliam, o ciclo que o ABC-Cine-Clube de Lisboa organizou com algum do grande cinema inglês desta década.

Este ciclo prosseguirá ainda em Janeiro, estando programados para o Londres (nos dias 15 e 29) filmes de Stephen Frears e Alan Clarke, e para a Sociedade Portuguesa de Autores (nos dias 15 e 22) de Alexander Mackendrick.

Vida Soviética

A Redacção da **Vida Soviética** solicita-nos que avisemos os leitores e assinantes da revista que, por motivos de natureza técnica, o número relativo ao mês de Novembro não foi distribuído, sendo dentro de alguns dias editado um número duplo correspondente aos meses de Novembro e Dezembro.

A Redacção da Revista pede desculpa a leitores e assinantes pelos incómodos decorrentes.

Portugal-Cuba

A Associação de Amizade Portugal-Cuba promove na sua sede, amanhã a partir das 21.00, um debate sobre **A actualidade cubana** com o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, há pouco regressado daquele país socialista.

Natal no MDM

O MDM organiza mais uma vez este ano a sua **Venda de Natal** na sede nacional da organização - Av. Duque de Loulé, 111, 4.º. Ali há como sempre uma grande diversidade de objectos: do artesanato português, com destaque para as cerâmicas e tecelagens, ao artesanato estrangeiro, dos livros escolhidos às pequenas lembranças. Esta banca de Natal está aberta todos os dias úteis das 10 às 20 horas e aos sábados das 10 às 13 horas.

Exposições

LISBOA

Ana Marchand - Pintura. Galeria Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 29/12)

António Martínez - «Retábulos», pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 31/12)

Armando Alves - Objectos (1970-1990). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.

Armando José Gonçalves - Pintura. Casa do Alentejo, Rua Portas de Santo Antão (até 15/12)

Canto da Maia - Escultura. Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)

Cristina Iglésias (Espanha) - Escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (até 4/1)

Colectiva de pintura (Eduardo Santos Neves, Eduardo Lima Telheira, Fátima Cruz Neves). Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 28/12)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-icnográfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Felipa Lobato - Pintura e escultura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 5/1)

Glória Elena - Pintura; Silvia Westphalen - Escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede, 9, 1.ª (de 15/12 a 16/1)

João Antas e Isabel Laginhas - «Ménage à Deux», pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13 (até 18/12)

João Penalva - Pintura. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1)

João Serrano - Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 4/1)

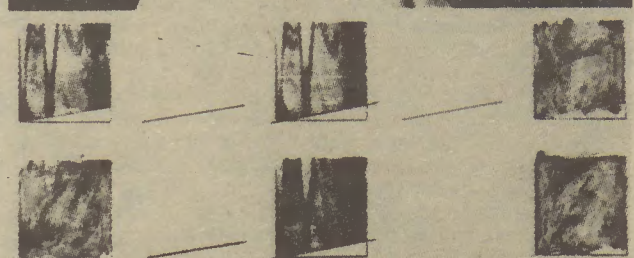
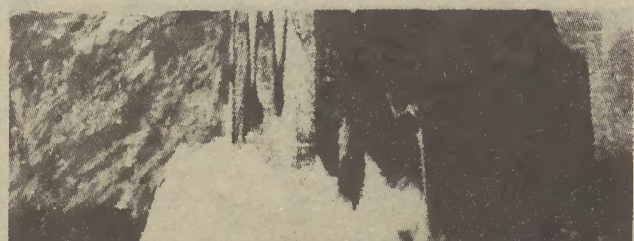
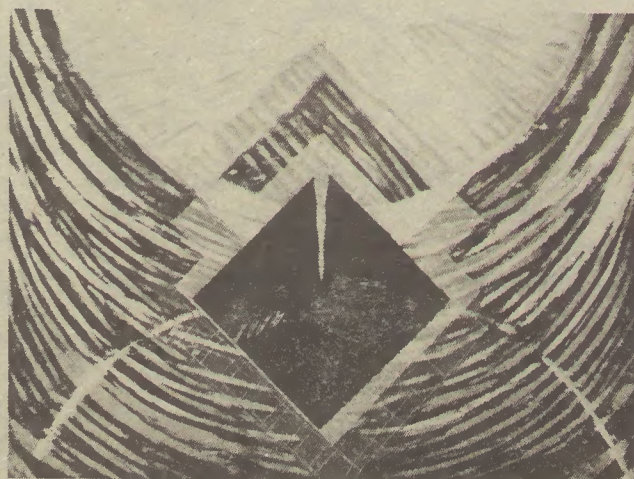
José Rodrigues - Exposição antológica de escultura e desenho. Sotcip, R. D. Estefânia, 195-D. De 2.ª a sáb. das 10 às 20 (até 5/1)

Malangatana - Desenhos. Galeria Moira, Rua Nova da Piedade, 33 (até 13/12)

Manuel Vieira - Pintura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, c/v (até 15/12)

Menez - Pintura (retrospectiva). Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Dezembro)

40 Gravadores do Québec (gravura contemporânea). Ga-



Gravadores contemporâneos do Québec na sede da Gravura

leria da Cooperativa Gravura, Travessa do Sequeiro (até fim de Dezembro)

Rogério Silva - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/12)

Romy Castro - Pintura; António Matos - Escultura. FGaleria de S. mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 14/1)

Ruth Rosengarten - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A

Sara Mendes - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, s/cv. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20 (até 4/1)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3.ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Cal-

çada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17

Virgílio Domingues - Escultura. Galeria Alfa Mixta, Escolas Gerais,

34. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 22/12)

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

PORTO Aida Sousa Dias - Escultura; Alberto Cédron - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 4/1)

Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves. Das 14 às 20 (até 6/1)

Eduardo Batarda - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30

Julião Sarmiento - Pintura recente. Galeria Pedro Oliveira, Calçada de Monchique, 3. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 29/12)

Eustaquio Segrelles - Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista 1471 (até 16/12)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2.ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

Rui Aguiar - Pintura. Quadrado Azul, R.

de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2.ª a sáb. das 15 às 22

OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva (Cândida Conde Miranda, Graciete Rosa Rosa, João Duarte, Carmo Pólvora, Ilda Pombelira, Vitor Alves). Até 30/12, Casa Museu dos Patudos, ALPIARÇA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Gil Teixeira Lopes - Pintura, gravura, escultura. Até 8/1, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

Tempo Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado. Vento fraco. Períodos de chuva fraca no litoral Norte e Centro, mais intensa no Sul, no domingo.

Pequena subida da temperatura mínima.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Regionalização... para o ano 2000?

No Encontro à uma, três deputados: Ilda Figueiredo, do PCP; Jorge Lacão, do PS; Silva Marques, do PSD. Discutia-se a regionalização.

Ilda Figueiredo: fugindo à regionalização, o PSD recusa-se a abrir mão da mínima fatia do poder.

Silva Marques; pois, mas o PSD não quer uma regionalização apressada...

Isto é debate? Isto é assumir uma responsabilidade? Bolas para o PSD e para o seu governo, governo do «quero, posso e mando».

Ele que se lembre, porém, da opinião do seu Chefe: os portugueses são inteligentes...

O que faltou e o que sobejou

Não pode de maneira nenhuma considerar-se edificante o espectáculo do debate entre Basílio Horta e Mário Soares. E a audiência deve ter ficado perplexa...

Porque, por um lado, o povo português quer discussão e não agressão. E se, por um lado acha condenável a «luta livre» de Horta, por outro lado verifica as incoerências de um Soares que se afirma defensor da transparência democrática e por outro lado se refugia no «segredo de justiça» para evitar uma incómoda transparência. O mesmo que se apregoa como árbitro e por outro lado declara, a respeito das suas viagens, que todas as que fez foi para servir o governo do prof. Cavaco Silva.

Faltaram as ideias, sobejou a pancadaria. Ora a Presidência da República não é propriamente um palco para luta de galos...

Ministro ao cubo

Naquele **telejornal** (um simples, um vulgar telejornal...) apareceu o ministro Fernando Nogueira. Depois mais Fernando Nogueira. E de novo Fernando Nogueira.

Assim Portugal deve ser o único país em cuja televisão há ministros... ao cubo. Ainda por cima para dizer coisas tão importantes como «a NATO é imprescindível».

O que não dirá ele quando for um ministro elevado à quarta ou quinta potência?

Os consumos supérfluos

Ora bem. Nessa tal emissão vimos a seguir o Faria de Oliveira, o Arlindo de Carvalho, o Cavaco, o Valente de Oliveira, o Peneda, o subsecretário da Defesa, o subsecretário da Juventude, O Miguel Belez. Por favor, parem com isso dentro da minha cabeça!

Por acaso, foi nessa emissão que ouvimos atentamente as seguintes palavras:

- Os trabalhadores não podem deixar de se sentirem chocados quando os lucros realizados nas empresas são encaminhados para alguns consumos supérfluos, sumptuários...

Dou um doce ao leitor que adivinhar quem pronunciou estas palavras. Ninguém acertou, claro. Pois escutem: foi o prof Cavaco Silva numa reunião com empresários do Vale do Ave, mergulhado em crise dramática e que foi objecto de análise no último Tempo de Antena do PCP.

Pois a respeito de «consumos supérfluos e sumptuários» o governo de Cavaco Silva deve ter ficado também com as orelhas a arder...

O grande discurso

Telejornal fez uma longa reportagem a propósito do décimo aniversário da morte de Sá Carneiro. Evidentemente, não se esqueceram do essencial, quer dizer, da presença do prof. Cavaco Silva.

Lá estava ele na sessão. Um pouco distante, é certo. Um pouco frio. Combaldado, talvez. É natural, pensei eu, a comoção, a unção, a devoção...

E começou a falar naquilo que eu esperava fosse um grande discurso. E o que saiu, foi isto:

- Sobre a morte de Sá Carneiro, a cidade do Porto presta-lhe justa homenagem através da inauguração deste monumento!

Reparem na elevação, na beleza, na profundidade dos conceitos! Ao pé deste orador, Garrett, José Estevão, António Cândido não passam de meros aprendizes!

Sobre o mesmo assunto, mas noutra local, falou Carlos Macedo. Assim:

- O dia quatro de Dezembro é para nós importante, ao contrário de outras pessoas que o procuram chamar a si. O dia quatro é de todos nós, de todos os que estivemos na primeira hora, em 1979 e em 1980, e não de indivíduos que estiveram na hora de 1987, 88 e 90...

Como o nosso povo costuma dizer:

- Toma lá que já almoçaste!

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Quinta-feira na «Primeira Página»

Na manhã seguinte...

«Não me custa admitir que, como serão televisivo e no lugar de uma qualquer série ligeira, a maioria dos telespectadores se deve ter interessado por este debate afogado em picardias, remosques e agitação verbal. Mas quero crer que na manhã seguinte já deve ser patente a grande pobreza de ideias e o fraco nível deste debate entre candidatos à Presidência da República, por principal responsabilidade do estilo carroceiro e do reacçãoarismo de Basílio Horta. Confirmou-se, a meu ver, a principal desvantagem dos debates a dois: faltar um terceiro que diga umas verdades aos outros e, sobretudo, ali lembrasse o País, os seus problemas e o seu presente e futuro.»

(Vitor Dias, «Semanário», 8 de Dezembro)

Frustrada expectativa

«Penso que o debate de ontem frustrou a expectativa legítima dos portugueses e a minha própria. Os portugueses estavam à espera de ouvir discutir ideias para avaliar as possibilidades de cada candidato. Em vez disso, assistiram a uma chicana inqualificável de mau advogado...

Foi um debate que, quanto a mim, digo-o com tristeza, não dignificou o regime nem as instituições democráticas.

Pelo meu lado, fiquei surpreendido pela posição do candidato Basílio Horta, que sempre considerei um homem moderado de centro-direita. Descobri-lhe ontem uma postura de emulo português do senhor Le Pen, que pode encantar alguns dos seus jovens e actuais apoiantes da extrema-direita mas que criará, necessariamente, muitas reacções negativas e até anticorpos no eleitorado de direita democrática, para já não falar do centro que, obviamente, não se reconhece naquele comportamento.

Lamento não ter podido, por força das interrupções permanentes de que fui alvo, desenvolver as minhas ideias nem debater algumas das questões que se põem no futuro próximo de Portugal, no quadro europeu, e são essenciais para todos nós. Mas estou seguro de que terei ainda outras oportunidades para o fazer, com a serenidade e a clareza a que habituei os portugueses.

(Mário Soares, «Expresso», 8 de Dezembro)

Pedagógico

«A primeira ruptura deu-se logo um minuto depois do debate: Gomes Mota, que esta-

va na Televisão com Mário Soares, cortou relações com o seu amigo Basílio. O tom fora demasiado baixo. Foi um disparate de frases desconexas. Basílio disse: «Não se interessa por nada de nada a não ser por viagens». Soares balbuciou: «O essencial eu digo-lhe assim...». E continuaram neste estilo. «O Presidente da República não é um caixeiro-viajante», acusou Basílio. E Soares simpático: «Não é que alguma vez me passasse pela cabeça chamar-lhe macaco. Foi uma metáfora.» À medida que o debate avançava, o estilo ia refinando. Basílio a jogar em casa: «Faz favor, ó!». Soares, ao mesmo ritmo: «Agora, esteja caladinho».

Mário Soares, perdido com a arrogância de Basílio: «O que é que o senhor doutor Basílio Horta diria se eu tivesse aqui um texto? Bananas...». E Basílio, falando de Macau: «Quem as faz lá, faz cá». Pedagógico.

(Paulo Portas, «O Independente», 7 de Dezembro)

Exagerou

«Claro que Soares não é um ideólogo, mas Basílio, apesar de ser um homem inteligente, não ultrapassa, como ficou provado, a barreira dos «guerrilheiros» da política rasa. Para demonstrar aos eleitores que dispõe do perfil para a Presidência necessitaria de ter sido moderado; mas, pelo contrário, foi um radical, atirou-se voluntariamente para a extrema-direita e perdeu a oportunidade de captar franjas do eleitorado social-democrata. Ao criticar Soares por não ter intervido contra o Governo, atingiu Cavaco. Ao dizer que Soares ganhara a Freitas do Amaral, irritou o presidente do CDS. O debate obrigará certamente o Primeiro-Ministro e o PSD a reagirem contra o candidato de direita. A contumácia de Basílio Horta não tinha só como alvo atingir Soares, mas criar uma dinâmica desfavorável ao PSD. Ao ser tão agressivo Basílio Horta pretendia fugir dos lugares de despromoção, dos «poucos por cento». Mas exagerou.

O que pode aumentar após este debate é a tendência para a abstenção. Acontecimentos destes não têm outro efeito se não afastar gente da política, nomeadamente os jovens que não compreendem o tipo de virulência utilizado.»

(Cáceres Monteiro, «O Jornal», 7 de Dezembro)

Peixeirada

«Falou-se de macacos, de bananas, de escândalos, de viagens, da descolonização. Recorrendo a uma imagem culinária, foi o que pode chamar-se uma peixeirada da

horta. Soares disse várias vezes a Basílio: «Esteja caladinho», mas Basílio nunca se calou. É possível que muitos telespectadores tenham apreciado este diálogo atropelado, fraco de ideias, perante um sinaleiro que não pôde dirigir o trânsito. Falta agora o debate sobre o papel do Presidente da República.»

(Afonso Praça, «O Jornal», 7 de Dezembro)

Mais bicharada: a jibóia

«Infelizmente, o debate não proporcionou a discussão dos grandes projectos dos dois candidatos. Aliás, isso seria impossível, uma vez que Mário Soares não tem, como ficou patente, qualquer projecto político. Por isso mesmo, o debate arriscava-se a cair nas banalidades gerais que têm marcado a sua campanha. Não era para isso que eu ali estava. Em situações desta natureza, Soares costuma usar a técnica da jibóia: saliva, saliva, amolece e depois engole. Foi isso que não deixei que ele fizesse.

A razão de ser da minha candidatura é não só a defesa de um projecto político próprio, de unidade do centro e da direita — hoje bem claro para os portugueses — mas também a análise e a discussão da gestão do Estado. Tal procedimento é, aliás, normal em democracia, pelo que não há que estranhar a dureza e a frontalidade do debate, nem confundir a apresentação de casos concretos — e não desmentidos — com agressividade excessiva. Só para quem não conhece os debates presidenciais travados nos EUA ou na França se pode surpreender com a discussão travada. Mário Soares é que não estava habituado a ser criticado nem ia preparado para um debate daquela natureza.

Só os soaristas cegos podem ter ficado chocados com um frente-a-frente que considero utilíssimo para a transparência das instituições e para a própria saúde do regime democrático.»

(Basílio Horta, «Expresso», 8 de Dezembro)

Morreu a estatura

«O candidato Basílio Horta morreu 5.ª-feira à noite, sem apelo nem agravo.

Morreu nem sequer por artes do opositor — que se limitou a ser igual a si próprio apenas mais gasto pela «patine» dos anos. Morreu por «hara-kiri» ou, mais provavelmente, morreu porque mal acompanhado e mal aconselhado.

Há um mês atrás, escrevi aqui que o grande combate de Basílio Horta ia ser não o de vencer as eleições, tarefa praticamente impossível, mas o de demonstrar ao País que tinha estatura para o cargo a que se candidatava. Lamento dizê-lo agora, porque, pessoalmente, tenho pelo dr. Basílio Horta simpatia, respeito e consideração: 5.ª-feira passada, ele demonstrou, de uma forma que chegou a ser cruel de observar, tudo aquilo que um candidato à Presidência da República não deve ser e tudo aquilo que um Presidente da República não pode ser.»

(Miguel Sousa Tavares, «Semanário», 8 de Dezembro)

Xadrez

CCLXXXII — 13 de Dezembro de 1990

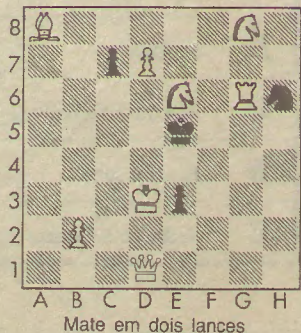
Proposição N.º 282

Por: J. Beszczynski

1.º Prémio *ex-aequo* Start, 1955/56

Pr.: [4]: Ps.é3, ç7-Ch6-Ré5

Br.: [8]: Ps.b2, d7-Cs.é6, g8-Ba8-Tg6-Dd1-Rd3



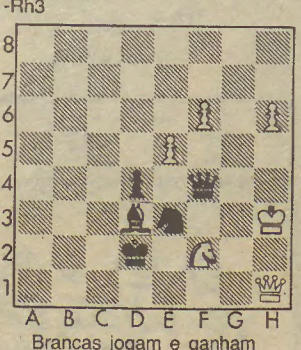
Proposição N.º 282

Por: Alexandr Iosifovic Herbstmann

1.º Prémio Tyovaen Shakki, 1935

Pr.: [5]: P.d4-Cé3-Bd3-Df4-Rd2

Br.: [6]: Ps.é5, f6, g6-Cf2-Dh1-Rh3



SOLUÇÃO DO N.º CCLXXXII

N.º 282/A (J.B.): Chave: 1.

Dç2! [Ameaça: 2. Dç5++]. 1. ..., Rd6; 2. Dç7++ 1. ..., Rf5; 2. Rd4+

N.º 282/B (A.I.H.): 1. Dé1+,

Rç2 (Se: 1. ..., R:D; 2. C:d3); 2. Dç1+, Rb3; 3. Db2+, Rç4; 4. Db4+

Rd5; 5. Dd6+, Rç4; 6. Dç5+, Rb3; 7. Db4+, Rç2; 8. Db2, R: b2; 9. C: d3+ e g.

A. de M. M.

Damas

CCLXXXII — 13 de Dezembro de 1990

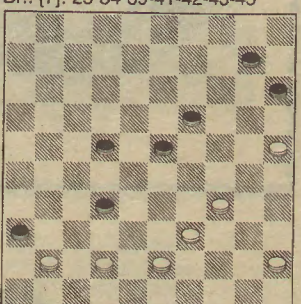
PROPOSIÇÃO N.º 282

Por: BENEDICTUS SPRINGER

— 1949

Pr.: [7]: 10-15-19-22-23-32-36

Br.: [7]: 25-34-39-41-42-43-45



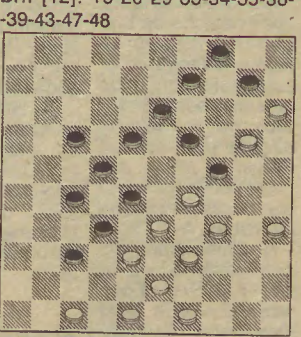
Brancas jogam e ganham

GOLPE N.º 282

Por: M. LAPOSTOLLE — 1945

Pr.: [13]: 4-9-10-13-17-18-19-22-24-27-28-32-37.

Br.: [12]: 15-20-29-33-34-35-38-39-43-47-48



SOLUÇÕES DO N.º CCLXXXII

N.º 282 (B.S.): 1. 42-38,

(36x47=D); 2. 38x29, (47x24*); 3. 25-20!! (24-35); 4. 39-33,

(15x24); 5. 45-40, (35x29); 6. 34x5=D+Golpe Turcol 2.... (24-42); 3.45-40, (15x24); 4. 39-33,

(42x29); 5. 34x5=D+

GOLPE N.º 282 (M.L.): 1. 35-30,

(24x35); 2. 34-30!, (35-24); 3. 20-14, (9x20); 4. 39-34, (28x30); 5. 48-42!, (37x39); 6. 49-43!,

(24x42); 7. 43x21!, (27-16); 8. 47-9, (4x13); 9. 15x4=D, (13-19); 10. 4-27, (19-23). 11. 27-38, (23-28);

12. 38-27 ou 49, (28-33); 13. 27 ou 49-43, (16-21); 14. 43x16, (33-39);

15. 16-49!+

10. ..., (19-14); 11. 27-38, (24-30); 12. 38-43, (30-35); 13. 43-49,

(16-21); 14. 49-16, (35-40); 15. 16-11, (40-45); 16. 11-50+

A. de M. M.